



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante almoço de trabalho oferecido pelo Presidente da França, Jacques Chirac

Evian – França, 01 de junho de 2003

Companheiros chefes de Estado e de Governo,

Minhas primeiras palavras são de agradecimento à iniciativa do presidente Jacques Chirac.

O diálogo dos países mais ricos do mundo com os países em desenvolvimento é, hoje, mais necessário do que nunca.

Temos que trabalhar juntos. A solução de nossos problemas passa necessariamente pelo respeito às nossas diferenças.

Venho de um país que se encontra hoje mobilizado por uma energia ético-política extraordinária, tanto para enfrentar nossos problemas internos como para estabelecer novas e mais construtivas parcerias internacionais.

A pobreza e a miséria que atingem milhões de homens e mulheres no Brasil, na América Latina, na África e na Ásia, nos obrigam a construir uma nova aliança contra a exclusão social.

Estou convencido de que não haverá desenvolvimento econômico sem sustentabilidade social e que, sem ambos, teremos um mundo cada vez mais inseguro. É nesse espaço de desagregação social que prosperam os ressentimentos, a criminalidade e, em especial, o narcotráfico e o terrorismo.

Quero lhes falar de forma simples e direta: venho lhes propor ações coletivas, responsáveis e solidárias, em favor da superação das condições desumanas em que se encontra grande parcela da população do globo.

A fome não pode esperar. É preciso enfrentá-la com medidas emergenciais e estruturais.

Se todos assumirmos nossas responsabilidades, criaremos um ambiente de



maior igualdade e de oportunidades para todos.

A economia mundial está dando sinais preocupantes de retração. Os problemas sociais, como o desemprego, inclusive nos países ricos, estão se agravando cada vez mais.

Estou seguro que um dos objetivos desta reunião do G8 é buscar caminhos para que a economia volte a crescer. Precisamos de uma nova equação, que permita a retomada do crescimento e inclua os países em desenvolvimento.

A incorporação dos países em desenvolvimento à economia global passa necessariamente pelo acesso, sem discriminação, aos mercados dos países ricos.

Fizemos um enorme esforço e sacrifício para conquistar competitividade. Mas como competir livremente em meio à guerra de subsídios e outros mecanismos de proteção, que criam uma verdadeira exclusão comercial?

Não viemos aqui para nos lamentar, nem simplesmente para engrossar o coro das recriminações. Sabemos quais são nossas responsabilidades.

Estamos fazendo a nossa parte, executando políticas econômicas equilibradas, combatendo o desperdício e a corrupção, aprimorando as instituições para o bom funcionamento de nossas economias.

Temos demonstrado vontade política para combater os desequilíbrios sociais e a pobreza.

Estamos fazendo isso no Brasil com democracia e pluralismo, sem fundamentalismos, com cautela e firmeza. Estamos organizando nossas finanças e recuperando a estabilidade para crescer de modo sustentado.

Mas sabemos que organizar e dar estabilidade à nossa economia é tarefa necessária, mas não suficiente. Precisamos forjar um novo paradigma de desenvolvimento, que combine estabilidade financeira com crescimento econômico e justiça social.

Hoje, queremos crescer com financiamento sustentável, distribuindo renda e fortalecendo a democracia.

Nenhuma teoria, por mais sofisticada que seja, pode ficar indiferente à miséria



e à exclusão.

Olhando a história contemporânea, sobretudo nos períodos que se seguiram a graves crises econômicas e sociais, vejo que o desenvolvimento deu-se a partir de profundas reformas sociais. Essas reformas incorporaram milhões de homens e mulheres à produção, ao consumo e à cidadania, e criaram um novo e prolongado dinamismo econômico.

Foi assim nos Estados Unidos a partir dos anos 30. Foi assim no pós Segunda Guerra, na Europa.

O Brasil e muitos países em desenvolvimento fizeram, na última década, o esforço exigido pelas estratégias econômicas predominantes. Mas não houve avanços importantes no combate à exclusão social. Ao contrário, onde o fundamentalismo imperou, não se alcançou a prometida estabilidade econômica. Aumentaram o desemprego, a fome e a miséria. Nossos sistemas produtivos não conquistaram espaços no comércio mundial correspondentes aos nossos sacrifícios. A falta de democracia econômica e social ameaçou a democracia como um todo.

Não queremos o olhar piedoso dos países ricos. Necessitamos de soluções estruturais, que devem fazer parte de um conjunto de mudanças na economia mundial.

Esperamos coerência de nossos parceiros mais ricos.

Vejo, com preocupação, as resistências na OMC para remover subsídios bilionários, principalmente à agricultura. Questões prioritárias, como a do acesso a medicamentos, são proteladas.

Essas atitudes não são construtivas e só aumentam o ceticismo em relação às boas intenções e à sabedoria dos mais prósperos.

Temos que definir responsabilidades, o que implica também novas tarefas para os países em desenvolvimento. Os que dispõem de maior capacidade podem e devem executar políticas mais solidárias e generosas em favor das nações mais necessitadas.

É isso que o Brasil está fazendo no plano regional.



Meu governo quer fortalecer o Mercosul e promover a integração da América Latina. Como afirmou o presidente Kirchner, da Argentina, são projetos estratégicos e políticos, orientados para a melhoria das nossas condições de vida.

Sei que aqui vai se discutir o NEPAD. De nossa parte, com a África, que visitarei em agosto próximo, vamos ampliar a cooperação especialmente em setores como saúde, educação, qualificação profissional e infra-estrutura.

Os países da América Latina e do Caribe, que integram o Grupo do Rio, na recente cúpula de Cuzco, incumbiram o presidente Vicente Fox, do México, e a mim, para que fôssemos seus porta-vozes, aqui em Evian.

Lá foram discutidos mecanismos inovadores de financiamento para combater a pobreza e investir em infra-estrutura. Recomendo a meus colegas aqui presentes a leitura atenta dessas propostas.

A fome é uma realidade intolerável. Sabemos que existem plenas condições para superar esse flagelo.

Minha proposta – antecipada em Porto Alegre e Davos – é que seja criado um fundo mundial capaz de dar comida a quem tem fome e, ao mesmo tempo, criar condições para acabar com as causas estruturais da fome.

É o que estamos começando a fazer no Brasil.

Há várias formas para gerar recursos para um fundo dessa natureza. Dou dois exemplos. O primeiro é a taxação do comércio internacional de armas – o que traria vantagens do ponto de vista econômico e ético. Outra possibilidade é criar mecanismos para estimular que os países ricos reinvestam, nesse fundo, percentagem dos juros pagos pelos países devedores.

Alguns países desenvolvidos têm apresentado propostas para enfrentar esse problema. São iniciativas válidas, que merecem ser consideradas.

Caros colegas,

O multilateralismo representa, no plano das relações internacionais, um avanço comparável ao da democracia, em termos nacionais. Valorizá-lo é obrigação de toda nação comprometida com o progresso da civilização, independentemente de



sua dimensão econômica e de seu peso político e militar.

Temos que manter o diálogo, ampliando-o em bases duradouras e não de forma episódica. Isso se aplica ao G-8 e ao Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A expectativa do Brasil é de que os países do G-8 tornem-se verdadeiros aliados no combate à fome e à exclusão social, e na retomada da cooperação internacional para o desenvolvimento, indispensável para a segurança e a paz.

Minha vida e trajetória política me fazem crer que as causas justas são vitoriosas quando há vontade, diálogo e negociação.

Para que este inédito encontro em Evian atenda aos anseios legítimos de nossos povos – no Sul e no Norte – temos que demonstrar, acima de tudo, determinação no combate às desigualdades sociais.

Muito obrigado.



**Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante sessão especial da
91ª Conferência Internacional do Trabalho – OIT**

Genebra – Suíça, 02 de junho de 2003

Senhores diretores executivos da OIT,
Representantes dos estados membros da OIT,
Meus caros representantes dos trabalhadores,
Representantes dos empregadores,
Meus companheiros da delegação brasileira,
Nossa Embaixadora,
Meus amigos e minhas amigas,

Eu estava pensando em fazer um discurso de improviso, mas, exatamente por me sentir em casa, eu tenho medo de falar demais, porque quando eu ia à porta de uma fábrica fazer assembleia, eu falava umas 30 vezes: “e para terminar... e para terminar...” e nunca terminava. E como eu sei que o tempo de vocês é muito precioso, vou tratar de ler o meu pronunciamento quero dizer a vocês que é com muito prazer e muito honra que eu estou nesta Casa, que simboliza a possibilidade da harmonização entre o capital e o trabalho. Esta Casa que redefine, de quando em quando, normas que garantem a todos nós o estabelecimento de normas, apesar de muitos governos não cumprirem os acordos que assinam. Acho que, nesse momento em que o mundo vive essa experiência de globalização, a OIT pode ter um papel ainda mais importante para aperfeiçoar o trânsito do trabalho, com a mesma facilidade com que se movimenta o capital nos dias de hoje.

Eu sempre briguei para chegar onde cheguei. Se tem uma coisa pela qual eu briguei, foi para ser Presidente da República. Perdi três vezes. Quando muitos pensavam que eu ia desistir, lá estava eu, outra vez, disputando a eleição para Presidente da República. E por uma simples razão: eu sempre acreditei que a



grande tarefa de um dirigente político é poder cumprir, no exercício do seu mandato, as coisas nas quais ele acreditava poder fazer, antes da campanha. Hoje eu estou convencido de que, certamente, não teremos tempo para fazer tudo que queremos fazer, mas, certamente, faremos para o mundo do trabalho muito mais do que já foi feito no meu país. Eu comecei o Governo com essa convicção e, tenho certeza, terminarei cumprindo grande parte dos sonhos que sonhei a vida inteira poder cumprir. Até porque eu estou cada vez mais consciente de que, nesse mundo globalizado, o movimento sindical de trabalhadores precisa, cada vez mais, ser menos corporativo e cada vez mais político.

E quando eu digo ser político, não é pedindo para que vocês se filiem a algum partido político, é para terem consciência de que muitas coisas que acontecem no mundo do trabalho são decididas fora do mundo do trabalho. E é lá que, muitas vezes, nós temos que antecipar as nossas ações. Se o movimento sindical não tomar essa atitude, muitas organizações não-sindicais ocuparão o espaço que deveria ser do sindicato.

Nós não temos o direito de continuar a fazer o mesmo tipo de sindicalismo que fazíamos há 20 ou 30 anos. É preciso que cada um de nós, em função da realidade do nosso país, repense o papel que o movimento sindical deve ter para ganhar credibilidade junto aos trabalhadores que representam.

Quando eu era dirigente sindical, eu dizia para os empregadores que o empregador inteligente era aquele que preferia negociar com um sindicato forte, onde você faz acordo e este é cumprido. Com o sindicato fraco, você faz acordo e os trabalhadores não o respeitam. E eu espero que o movimento sindical possa, numa mesa de negociação, firmar todos os acordos importantes que o meu país precisa e que, certamente, muitos dos países de vocês ainda precisam.

No Brasil, nós nunca tivemos tantos sindicalistas no poder como temos agora. Nós temos o Presidente da República e vários ministros. Portanto, agora, nós não temos mais em quem jogar a culpa por não fazermos o que tem que ser feito. Nós agora temos quatro anos para transformar em ações concretas tudo aquilo que



ensinamos aos trabalhadores ou que reivindicamos dos outros que não eram do nosso partido.

Eu quero dizer para vocês que foi muito proveitosa a minha vinda a Evian. Quando tomei posse como Presidente da República, disse a mim mesmo que não iria perder nenhuma oportunidade que se apresentasse à minha frente. E a vida ela é feita de oportunidades. De quando em quando elas passam na sua frente. Ou você pega ou deixa a oportunidade passar. Foi assim quando eu decidi participar do Fórum de Davos, em janeiro deste ano, quando muita gente achava que eu não deveria participar, porque era um encontro de “mega empresários.” E eu resolvi que era um espaço do qual eu deveria participar, porque eu tinha coisas para falar. E eu vim levantar o debate sobre a questão da fome, existente em praticamente todos os países em vias de desenvolvimento.

Quando eu fui convidado para Evian, também havia muita gente que se perguntava o que o Presidente do Brasil viria fazer em Evian, afinal de contas, é uma reunião dos oito países mais ricos do mundo. Haverá muitos protestos, e o Presidente do Brasil pode ser confundido. E eu, junto com meus companheiros, tomamos a decisão de vir porque, outra vez, nós tínhamos o que falar. Viemos para falar aquilo que nós entendíamos que era preciso falar. E agora estou aqui, na OIT, onde se encontro vários companheiros que já encontrei em algum lugar deste mundo, em algum momento. E me encontro aqui com empresários que, certamente, estão com a cabeça muito mais arejada para estabelecer uma nova dinâmica no mundo do trabalho. Por isso, eu quero, meu querido Diretor-Geral, agradecer essa oportunidade e, queira Deus, que, a partir desta minha vinda, outros Presidentes da República se disponham a participar desse debate, porque, afinal de contas, pode ser nesta Casa que a gente comece a decidir coisas importantes para os trabalhadores do mundo inteiro.

É com grande emoção que tomo a palavra diante de vocês. Antes de ter sido eleito Presidente do Brasil – como o primeiro representante do meu partido –, fui muitas coisas no mundo do trabalho: fui um operário metalúrgico, sindicalista, ajudei



a fundar o meu partido e a fundar a Central Única dos Trabalhadores. Enfrentei condições que estão muito longe do que a OIT definiria como trabalho decente. Fui trabalhador infantil. Conheci a exclusão social que aflige tantos milhões de brasileiros, homens, mulheres e crianças mundo afora, sobretudo, nos países em desenvolvimento.

De certo modo, a agenda desta Organização se confunde com a minha agenda pessoal e também com a minha agenda política. Represento um país de contrastes e desigualdades, que confronta seus dirigentes, no plano interno, com os mesmos desafios que precisam ser enfrentados pela comunidade internacional e pela OIT no plano mundial.

Antes de dedicar-me a governar o Brasil, tive uma longa experiência de coordenação sindical e negociação coletiva com representantes dos empresários e com o Governo. Conheci as restrições à liberdade de associação durante o regime autoritário no meu país. A democracia foi reconquistada com a participação ativa dos trabalhadores. Ao longo daqueles anos, aprendemos a persistir na defesa de nossos direitos e interesses fundamentais. Aprendemos também a ouvir, a dialogar e a construir consensos.

De certo modo, a estrutura tripartite, que constitui a força deste Fórum, tem semelhança com a circunstância histórica que vive o Brasil. Meu Governo vem promovendo ampla abertura de diálogo e aperfeiçoamento do convívio democrático. A criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social inaugura uma nova experiência de negociação entre representantes do Governo e da sociedade civil, empresários, sindicalistas, ONGs. Estamos reunindo ampla base social para promover as transformações esperadas pela Nação no combate à fome e à pobreza, no acesso à educação e à saúde, na disseminação da justiça social, na defesa dos direitos fundamentais do trabalhador.

Não por coincidência, hoje, na OIT, pronuncio meu primeiro discurso em um organismo das Nações Unidas, em nome deste novo Brasil. O Brasil quer refletir, em



sua política externa, o reencontro consigo mesmo. Somos responsáveis por resgatar as enormes dívidas sociais que temos com a grande maioria do nosso povo.

No princípio do ano, tive a honra de participar, mais uma vez, do Fórum Social Mundial, de Porto Alegre, e também do Fórum Econômico Mundial, me Davos, onde defendi uma ordem internacional mais justa, igualitária e democrática. Acabo de participar do diálogo de Evian, em que os dirigentes do G-8 se reuniram, pela primeira vez, com mandatários do mundo em desenvolvimento.

Minha mensagem foi clara: não há desenvolvimento econômico sem justiça social. Não podemos contemplar passivamente a disparidade entre as ilhas de abundância e os oceanos de penúria. Com vontade política podemos corrigir distorções e estimular mudanças; canalizar recursos para o combate à fome e à miséria; estabelecer condições equânimes de competição comercial, revitalizar a cooperação internacional para o desenvolvimento, democratizar as relações internacionais e fortalecer o multilateralismo em prol da paz e segurança internacionais. Precisamos de medidas emergenciais e de soluções estruturais.

Não quero parecer ingênuo. Sei que, muitas vezes, as boas intenções não se traduzem em resultados concretos. Mas os contatos que venho mantendo me levam a crer que há uma sensibilidade crescente dos dirigentes mundiais para os desafios sociais que a humanidade tem pela frente. É crescente a coalizão de governos, ONGs, sindicatos, entidades de classes e de representantes da sociedade civil, que desejam trabalhar por um novo modelo, menos concentrador de riqueza, mais solidário, mais humano e mais justo.

A OIT tem um papel central nesses esforços. Uma importante contribuição já está sendo prestada. A liderança do embaixador Juan Somavía está ajudando a revitalizar a OIT, como instância de defesa dos direitos do trabalhador e como centro de reflexão crítica.

A Declaração de Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, adotada em junho de 1998, configurou um compromisso em torno de propostas que meu Governo apóia integralmente: a liberdade de associação; o direito à negociação



coletiva; a eliminação do trabalho forçado; a erradicação do trabalho infantil; a igualdade de remuneração e a não-discriminação no emprego.

O conceito de “trabalho decente” norteia, no Brasil, a atuação do Ministério do Trabalho e Emprego. O termo capta o espírito humanista que estamos imprimindo à nossa mobilização nacional e internacional. Trata-se de proporcionar ao trabalhador não um emprego qualquer, mas de assegurar-lhe remuneração justa, processo de trabalho não penoso e criativo, segurança à sua família, respeito aos seus direitos, atenção às suas reivindicações.

Os debates sobre as dimensões sociais da globalização situam a OIT na vanguarda da crítica aos padrões de desenvolvimento insustentáveis e desequilibrados. Na América do Sul, vários países pagaram um elevado preço social e político por terem aceito o receituário “neo-liberal”, esquecendo nossas duras realidades sociais.

Somos a favor de um comércio internacional, verdadeiramente livre, de mais investimento produtivo, de maior cooperação científica e tecnológica. Precisamos integrar as correntes dinâmicas da economia internacional para modernizarmos nossas sociedades. Mas sabemos, hoje, que os benefícios da chamada globalização são colhidos, predominantemente, por uma pequena parcela da sociedade. Sabemos que, sem um esforço coletivo por condições mais equitativas de competição e distribuição de frutos, não haverá progresso, ao contrário, a distância entre ricos e pobres tenderá a aumentar. É essencial identificar os caminhos para a promoção de mudanças verdadeiras.

O comércio internacional é um deles. Não é admissível que os setores em que os países em desenvolvimento revelam competitividade – como o do agropênia, o têxtil, o siderúrgico, entre outros – sejam sujeitos às práticas comerciais protecionistas no mundo industrializado. A resistência dos países desenvolvidos em eliminar seus subsídios agrícolas bilionários e suas práticas arbitrárias são totalmente incoerentes com sua própria defesa do livre comércio. Essa incoerência entre discurso e prática provoca ceticismo e desconfiança.



A América do Sul, pela riqueza e importância de sua biodiversidade, tem assumido posição pioneira em favor da proteção do meio ambiente. Apesar disso, há tentativas por parte dos países mais ricos de utilizar a questão ambiental para elevar barreiras comerciais indevidas.

Existe aqui um problema ético que precisa ser levado em conta. Por princípio, as negociações internacionais não podem agravar a situação de desvantagem em que já se encontram os países menos desenvolvidos. Estes devem ter espaço e flexibilidade para adotar políticas industriais e de desenvolvimento científico e tecnológico capazes de gerar empregos e contribuir para aumentar a renda dos trabalhadores.

Em janeiro deste ano, recebemos, em Brasília, o Diretor-Geral para um evento destinado a fornecer subsídios aos estudos da Comissão Mundial Sobre as Dimensões Sociais da Globalização. Esperamos que suas conclusões contribuam para uma abordagem lúcida e racional desta complexa questão. Desde já, podemos felicitar a OIT por haver respondido à necessidade de submetermos o processo de globalização a critérios de avaliação que combinam o econômico e o social. Recordo, aliás, que o Brasil desempenhou um papel na constituição do grupo de trabalho que deu início a esse debate no ano de 2000. No Brasil, a ênfase no resgate da credibilidade econômica vem acompanhada de políticas de forte cunho social.

O fundamento do programa Fome Zero é o de que a alimentação constitui, antes de tudo, um direito inalienável do cidadão. Melhorar a qualidade, quantidade e regularidade dos alimentos acessíveis aos brasileiros mais carentes é, na realidade, um requisito para o desenvolvimento social e econômico do país. Combater a fome é gerar empregos, aumentar a produção de alimentos, dinamizar o comércio local e dar condições de cidadania às famílias abaixo da linha de pobreza. É também estimular a agricultura familiar, tão importante na promoção de um regime agrário mais justo.



Em Porto Alegre, em Davos e, agora em Evian, conclamei os países ricos a contribuírem para a canalização de recursos ao combate à fome. Propus que seja formando um fundo mundial contra a fome e sugeri algumas formas de viabilizá-lo. Os recursos existem. Precisamos mobilizar governos e setor privado. Trata-se de uma questão de responsabilidade política e um imperativo ético e moral. Renovo este apelo aos representantes governamentais, sindicais e empresariais aqui reunidos.

O programa Primeiro Emprego, que estamos organizando no Brasil, é uma iniciativa de especial relevância para um país com cerca de 18 milhões de jovens de até 24 anos envolvidos no mercado de trabalho. Prevê concessão de apoio do Governo às empresas que contratem jovens trabalhadores, por um período inicial de doze meses. Haverá benefícios diferenciados para grandes, pequenas e médias empresas. Partimos do pressuposto de que o jovem empregado fortalece o tecido social, contribui para a coesão da estrutura familiar e escapa das malhas da criminalidade.

Muito tem que ser feito no Brasil, na frente social e na área da proteção ao trabalhador. Particularmente preocupante é o fato de os negros e as mulheres ainda serem remunerados cerca de 40% abaixo da média nacional. Precisamos dedicar uma atenção prioritária às questões racial e de gênero.

O Brasil tem orgulho de sua composição multi-étnica. Mas, hoje, sabemos que ainda estamos distantes da igualdade de oportunidades para negros, indígenas e outros grupos. O preconceito e a discriminação persistem e precisam ser enfrentados com determinação.

A criação das Secretarias Especiais de Promoção da Igualdade Racial e de Políticas para as Mulheres, com status de Ministérios, refletem o compromisso do meu Governo com uma política afirmativa de inclusão social em relação aos segmentos tradicionalmente desfavorecidos. Este é o objetivo do programa Brasil, Gênero e Raça. O Ministério do Trabalho está desenvolvendo, em parceria com a OIT, programas para a implementação das Convenções nº 100 e 111. O programa



de Gênero e Cidadania, inicialmente posto em prática pela prefeitura de Santo André, no estado de São Paulo, visa considerar a dimensão de gênero nas políticas de redução da pobreza e da exclusão.

Com 76 milhões de afrodescendentes, somos a segunda maior nação negra do mundo, atrás só da Nigéria. Estou pessoalmente empenhado em refletir essa realidade em nossa atuação interna e externa. Temos um compromisso político, moral e histórico com a África, e com os brasileiros que descendem dos africanos. E vamos honrar esse compromisso.

A situação do trabalho infantil, no Brasil, ainda é muito preocupante. O programa Bolsa Escola, estruturado, está tendo um impacto positivo. O país passou a falar mais em Educação quando se deparou com a realidade da exploração da mão-de-obra de crianças. O Brasil vem assumindo liderança regional na adoção de leis que buscam a prevenção do trabalho infantil e a proteção do adolescente trabalhador. O programa de Erradicação do Trabalho Infantil destina-se às famílias mais pobres, com renda per capita de até ½ salário mínimo e filhos entre 7 e 14 anos. O Programa propicia uma complementação de renda às famílias e promove o acesso e a permanência das crianças na escola.

O Governo tem também intensificado a fiscalização e o combate ao trabalho forçado, infelizmente ainda presente em áreas do nosso país. As vítimas mais comuns são indígenas e trabalhadores em regiões de escassa presença do poder público. O Grupo Especial de Fiscalização Móvel, criado pelo Ministério do Trabalho, atua na apuração de denúncias. A partir de abril deste ano, o Brasil passou a contar com um banco de dados atualizado e unificado sobre os casos de escravidão registrados no país – resultado de um programa de cooperação técnica com a OIT.

A Organização presta valioso serviço à comunidade internacional, ao formular e supervisionar a aplicação das normas internacionais do trabalho. Os padrões mínimos da OIT constituem referência obrigatória para os esforços nacionais de defesa dos direitos do trabalhador e correção de eventuais distorções. Devemos zelar pela universalização do respeito a essas normas e padrões.



Como tem apontado o embaixador Somavia, a OIT enfrenta desafios novos, decorrentes da crescente informalidade do trabalho, a acentuada degradação salarial e o descompasso entre a demanda e a oferta de empregos – tanto nos países desenvolvidos como naqueles em desenvolvimento.

As peculiaridades de cada país aconselham soluções diferenciadas. Antes de recorrer a sanções ou outras medidas de caráter impositivo, há um amplo espaço de atuação a ser preenchido pela OIT com vistas à promoção e proteção de direitos do trabalhador, por meio de cooperação sempre ativa e presente.

Nesse sentido, quero ressaltar que hoje o embaixador Somavia e eu estaremos assinando um Memorando de Entendimentos, buscando maior e mais efetiva cooperação técnica na promoção de uma agenda de trabalho decente. Através desse instrumento, a OIT poderá contribuir muito para a implantação de políticas e programas desenvolvidos no Brasil, como é o caso do Fórum Nacional do Trabalho que, a partir do próximo mês, estará promovendo um amplo debate, com vistas à reforma da legislação trabalhista e sindical em nosso país.

Não posso deixar de dar uma palavra sobre a prioridade que o Brasil atribui hoje ao fortalecimento das relações com seus vizinhos. Na América do Sul vivemos um momento de mobilização. Os temas sociais ocupam o centro da agenda política. Nos freqüentes contatos que tenho mantido com meus colegas do Mercosul e demais países da região, percebo enorme interesse em compartilhar experiências e projetar ações conjuntas. A dimensão social deixa de ser um mero apêndice do processo de integração para constituir um de seus pilares.

O Instituto Social Brasil-Argentina, criado no último dia 11 de abril, tem entre suas prioridades a erradicação do trabalho infantil, programas sociais que beneficiem os idosos e a implementação de políticas e ações conjuntas de emprego, saúde, educação e direitos humanos.

O apoio de organismos internacionais a projetos como o Fome Zero e o Bolsa Escola têm contribuído para divulgá-los também no exterior. Desejamos desenvolver com parceiros de todas as regiões do mundo, maior cooperação voltada para as



questões sociais. Nossos projetos de cooperação técnica com a África incluem, cada vez mais, um componente social. A OIT pode contribuir para difundir essas iniciativas inovadoras em várias partes do mundo.

A conjuntura internacional não é tranquilizadora. As principais potências econômicas atravessam períodos de baixas taxas de crescimento ou estagnação, com reflexos negativos sobre as relações com as economias do Sul; e são pouco encorajadoras as perspectivas das negociações multilaterais na OMC. O protecionismo segue imperando. O sistema de segurança coletiva sofre sérios abalos. A proliferação de armas de destruição em massa, a violência inter-étnica, o terrorismo ameaçam a estabilidade internacional. Há um crescente déficit de solidariedade e cooperação no campo econômico-comercial, na proteção ambiental, na promoção da justiça, na construção da paz.

Estou convencido de que chegou o momento de repensar métodos de trabalho e renovar os organismos internacionais. Precisamos, necessariamente, reformar o Conselho de Segurança e dar maior força ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. É tarefa de todos nós preservar o multilateralismo e aperfeiçoá-lo, independentemente de nosso poderio econômico, financeiro, militar. Para isso, é necessário reduzir a enorme distância entre os acordos internacionais e sua efetiva aplicação. Por sua experiência e liderança, a OIT pode trazer significativa contribuição a esses esforços.

Apesar do quadro de dificuldades políticas e econômicas que enfrentamos, mantenho meu otimismo e minha confiança no futuro. Em meu país, estamos traçando uma rota de crescente credibilidade financeira e institucional. Em nossa região, a América do Sul, a democracia aprofunda suas raízes, transformando as afinidades históricas e culturais que nos unem em integração econômica e social. De todas as partes do mundo me chegam manifestações de apoio e solidariedade à nossa guerra contra a fome e a pobreza. Aliás, a única guerra que nos interessa.

Tenho certeza de que podemos reunir vontades para fazer desse imperativo moral um forte movimento pela igualdade social e valorização do mundo do trabalho.



Muito obrigado.

/rsm



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no 8º Congresso Nacional da CUT

Pavilhão do Anhembi-SP, 04 de junho de 2003

Meus queridos e queridas companheiras,
Delegados e delegadas da Central Única dos Trabalhadores,
Meus queridos companheiros e companheiras, convidados estrangeiros presentes neste Congresso,

Meu querido companheiro João Felício, presidente da CUT,
Meus companheiros da Direção da CUT, que estão à Mesa,
Delegados e delegadas,

Eu quero dizer para vocês que, cada vez que eu participava de um Congresso da CUT, era como se eu estivesse na minha casa, conversando com a minha mulher e com os meus filhos, porque, no meio de companheiros, eu me sinto como se estivesse em casa. E mesmo aqueles que possam divergir, nós temos que respeitá-los, porque na casa da gente também, muitas vezes, a família pensa diferente.

Entretanto, nós temos que levar em conta o que nós queremos, o que estamos fazendo para que a gente possa ter a dimensão do passo que cada um de nós pode dar.

Eu tenho, meu caro João Felício, a consciência de que muitas pessoas que morrem afogadas, não morrem afogadas porque não sabem nadar. Se as pessoas tivessem controle emocional e consciência de que o seu corpo é mais leve do que a água, e se mantivessem a tranquilidade, certamente, muitos não morreriam. Morrem porque ficam nervosas, batem demasiadamente as mãos e os pés, abrem a boca demais, bebem água indevidamente e morrem afogadas.

Num governo também é assim. Em um país do tamanho do Brasil, com a quantidade de problemas que tem, o Presidente da República não pode, em nenhum



momento, perder o equilíbrio, perder a noção daquilo que ele mesmo espera de si e daqueles que são os seus compromissos históricos – que ninguém pediu para que eu assumisse com a classe trabalhadora. Mas eu assumi, ao longo de mais de 30 anos, desde que comecei a minha vida sindical.

Eu tenho consciência, meu caro João Felício, de cada passo a ser dado, e da dificuldade de cada um. Mas me levanto, todo santo dia, João Felício, com a certeza de que vamos cumprir aquilo que sonhamos juntos. Não é apenas a música do Raul Seixas que diz que sonhar junto transforma um sonho em realidade. Nós vamos transformar este país juntos: trabalhadores, Governo, empresários, produtores rurais, sem-terra, mulheres, homens, negros e brancos. E vamos transformar porque temos consciência da importância do nosso país no cenário mundial, e porque temos clareza das coisas que nós vamos fazer. Eu acho importante e acho normal, quero deixar claro aqui, que ninguém se tornará meu amigo porque defende as reformas ou meu inimigo porque não as defende. Quem lida comigo, há trinta anos, sabe que se tem uma coisa que eu não perco, nos bons e nos maus momentos, é o bom senso de não confundir as divergências políticas com as minhas relações de amizade pessoal.

Vamos fazer as coisas numa mesa de negociação, onde todos poderão dizer o que pensam, onde todos poderão brigar por aquilo que acreditam que seja verdadeiro, até que uma determinada maioria possa construir aquilo que seja o melhor para este país.

Mas muitas vezes, João, acontecem coisas que deixam a gente meio chateado. Aqui, tem mulheres e homens casados, que saem de manhã para trabalhar e trabalham o dia inteiro, das 7 da manhã às 6 da tarde. Alguns pegam três ônibus para o trabalho, de segunda à sexta. Às vezes uma companheira mulher chega em casa meia hora atrasada, porque teve um problema qualquer, e o marido, que já está em casa e, ao invés de reconhecer as 12 horas de trabalho dela, prefere reconhecer apenas a meia hora que ela atrasou, e por conta disso começa a brigar. Com o homem acontece a mesma coisa; muitas vezes o companheiro trabalha das 7



às 6 horas, todo santo dia, e às vezes pára para tomar uma cervejinha com um companheiro. Quando chega em casa, não tem nenhum elogio pelas 12 horas que trabalhou, mas críticas pela meia hora em que ele tomou uma cerveja.

Eu faço essa comparação por causa de algumas coisas que acontecem no Governo, que não é diferente do que acontece na família. Na semana passada, João – quem está na área de saúde, aqui, se lembra –, nós lançamos o mais importante projeto para cuidar dos doentes mentais neste país, o “Volta para Casa”, que foi aprovado, e vai fazer com que a maioria dos doentes mentais possam voltar para casa. A família vai receber um salário para cuidar dessa pessoa em casa, e o Estado vai dar assistência para essa pessoa. Qual não foi a minha surpresa ao ver a televisão e ler os jornais! Não falavam quase nada do projeto que nós lançamos, mas falavam de uma mulher que veio dizer que o Fernandinho Beira-Mar se recuperou porque estava lendo a Bíblia. Nós lançamos o mais importante e único projeto de turismo da história do Brasil, numa perspectiva de criarmos um milhão e duzentos mil empregos. No dia seguinte, eu li os jornais e não havia uma só matéria sobre o lançamento do projeto de turismo. Teve apenas uma declaração de uma reunião minha com a bancada do PT.

Eu estou vendo a cara do companheiro Assis, aqui, e estou lembrando da luta que nós tivemos durante a campanha, quando dissemos que não iríamos permitir que as plataformas P51 e P52 fossem feitas na Noruega. Nós estamos com apenas cinco meses de Governo e as plataformas serão feitas no Brasil, gerando emprego para a indústria naval.

Da mesma forma, João Felício, que pela primeira vez na história do Brasil, a agricultura familiar – que, no ano passado recebeu apenas 4 bilhões de financiamentos, e só liberaram 2 bilhões dos 4 bilhões previstos – este ano, vai receber 5 bilhões e 400 milhões. O Banco do Brasil sabe que, este ano, todo dinheiro anunciado vai ter que ser liberado para que a agricultura familiar possa sobreviver com dignidade.

Todo mundo sabe que eu vou fazer a reforma agrária. Não porque alguém



quer ou porque seja um compromisso histórico meu, mas porque há uma necessidade de se fazer justiça social neste país. E fazer reforma agrária significa dar condições para que, quem já está na terra, possa produzir decentemente. Os companheiros sem-terra e os companheiros da Contag sabem que hoje, quase 80% dos assentados estão vivendo em péssimas condições. Porque fazer reforma agrária não é assentar, apenas. E assentar, é dar assistência técnica, é dar crédito, é garantir preço, é organizar em cooperativa, é organizar em agroindústria, é fazer as pessoas se tornarem produtivas neste país. E isso nós vamos fazer, da mesma forma como vamos criar o mais importante plano de cargos e salários para o setor público já feito na história deste país.

O que não pode é alguém julgar uma criança quando ela ainda está no ventre da mãe, porque nós temos apenas cinco meses de Governo. E se eu fosse uma criança, gerada no ventre da minha mãe, ainda faltariam quatro meses para que vocês pudessem dizer se eu seria bonito ou feio. Portanto, não vamos bater os braços nem gritar desesperados, porque pode-se morrer afogado desnecessariamente.

Companheiro João Felício, eu tive a felicidade de ir à cidade de Buíque, em Pernambuco, anunciar o crédito para 500 mil famílias do semi-árido, um crédito chamado Seguro Agrícola. Para quê? Para que os trabalhadores do Nordeste, ao enfrentarem a seca, tenham um dinheiro em mãos para sobreviver no ano de seca. E se ele plantar, se todo mundo plantar e não houver preço para o produto, o Estado comprará a safra para o programa Fome Zero, para levarmos comida onde não tem neste país.

Da mesma forma, meus companheiros e companheiras, e vocês hão de convir que não foi pouco o que nós já fizemos na política externa. Os preconceituosos contra mim diziam assim: como é possível o Lula governar um país, se ele não sabe nem falar inglês? Como é que ele vai conseguir conversar com o Bush, com o Tony Blair? Eu estou provando que eu não preciso falar inglês para ser respeitado no mundo. Eu tenho que falar português. Eu tenho que falar, pura e



simplesmente, a língua de 175 milhões de brasileiros, para ser respeitado no mundo. Pela primeira vez, estamos concretizando o desejo e o sonho da integração latino-americana. Com discurso é fácil fazer, mas não há integração política, econômica e comercial, se não houver integração física. E integração física pressupõe estrada, pontes, ferrovias, aeroportos, e se nós não fizermos isso, o discurso da integração será “balela”. Nós vamos fazer a integração porque acreditamos que a forma mais fácil para os ricos atenderem parte das nossas reivindicações e pararem com o subsídio dos seus produtos, não é ficar chorando e reclamando. Quem me conhece sabe que eu não sou de chorar em reunião. Eu sou de chorar de emoção no meio de vocês, mas não sou de chorar em mesa de negociação.

Você está lembrado, João Felício quando comecei a minha vida sindical – se tiver alguém aqui da década de 70, dos metalúrgicos sabe disso –, o primeiro boletim que fiz na vida, mostrar que um trabalhador sozinho era um graveto fácil de quebrar, mas um monte de gravetinhos juntos, era um feixe de lenha tão forte que ninguém conseguiria quebrá-lo. A América do Sul e a América Latina vão se unir para se tornar um feixe difícil de ser quebrado.

Eu disse ao Presidente da China, ao Presidente da Rússia, ao Presidente da Índia, ao Presidente da África do Sul que nós não precisamos ser convocados pelo G-8 para falar das nossas reivindicações. Nós, sozinhos, temos força suficiente para estabelecer uma política de troca entre nós, e quando a gente fizer isso, o G-8 vai nos chamar e vai nos respeitar muito mais.

Pois bem, meus companheiros e minhas companheiras, eu quero dizer para vocês que olhem bem nos meus olhos e tenham a certeza que este companheiro, torneiro mecânico, nordestino de Pernambuco, que perdeu três eleições, que não desistiu em nenhum momento e, por conta e responsabilidade de vocês, chegou à Presidência da República, não esquecerá nenhum dos compromissos que assumiu na sua história política.

Se alguém, em algum momento, teve vergonha do que foi, eu não tenho. Não tenho vergonha do que fui, não tenho vergonha do que sou e não tenho vergonha do



que serei. Vou repetir para vocês: nós vamos fazer a economia brasileira mudar, nós vamos fazer a economia brasileira voltar a crescer, nós vamos gerar os empregos que nós precisamos, nós vamos fazer as reformas que precisam ser feitas neste país, e vamos fazê-las com a maior tranqüilidade.

Eu, vocês sabem, não me preocupo com vaias, porque eu acho que a vaia é tão importante quanto os aplausos. Tem gente que me vaiou porque eu queria criar o PT, tem gente que me vaiou porque eu queria criar a CUT, e vocês sabem o tanto que eu fui vaiado para criar a CUT, em 1983. Quero pedir a vocês: ao invés de alguns companheiros, tão preciosos, fazerem rachas, seria melhor dizer o que querem para que a gente pudesse atender, para que a gente pudesse fazer as coisas. Isso seria muito melhor e muito mais prudente.

Por isso, meus companheiros e minhas companheiras, podem ficar certos que eu virei em todos os congressos da CUT até o final do meu mandato. E virei depois que deixar a Presidência da República.

Muito obrigado, boa sorte e bom congresso para vocês.

/rss/cms



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração do Terminal Ferroviário da Ferronorte em Alto Araguaia

Alto Araguaia – MT, 06 de junho de 2003

Meus amigos, minhas amigas do estado do Mato Grosso,
Meus amigos e minhas amigas do Alto Araguaia,
Meu companheiro Zeca, governador do estado do Mato Grosso do Sul,
Meu companheiro Blairo, governador do estado do Mato Grosso,
Meu querido companheiro Anderson Adauto, ministro dos Transportes,
Meu companheiro Amaury, secretário-executivo do Ministério da Agricultura
do meu Governo,
Companheiros prefeitos,
Companheiros deputados,
Companheira Serys, senadora da República pelo Mato Grosso,
Empresários,
Trabalhadores,
Companheiros representantes da Caixa Econômica Federal, do Fundo de
Pensão FUNCEF, sócio da Ferronorte,
Companheiros da Previ,
Meu companheiro Ioschpe – um homem que, quando crescer mais a
produção de ferrovia, vai poder produzir mais vagões e máquinas neste país,
Olacyr de Moraes, o empresário que acreditou, desde o começo, que esse era
o caminho,
Meu caro José Carlos Bulay, companheiro empresário de Mato Grosso do
Sul,
Meu companheiro, aqui representado por seu filho, o senador Vicente Vuolo,
autor da lei que criou a ferrovia,
Primeira-dama Telma de Souza Terezinha,



E demais companheiros, produtores rurais, mulheres, homens e crianças do Alto Araguaia,

O que pude presenciar, nessa viagem de poucas horas entre Rondonópolis e Alto Araguaia, e nessa extraordinária viagem de uma hora, num percurso de 95 Km até esta cidade, é a demonstração mais viva de que um país que tem o povo que tem o Brasil, a classe produtora que tem, que tem as terras que tem, é um país abençoado por Deus como o nosso, não poderia ser pobre como nós somos.

A única explicação é que nós não fizemos as coisas certas nos momentos certos. O nosso país acabou com a escravidão depois que vários outros países já tinham acabado. O nosso país proclamou a independência depois que vários outros já tinham proclamado. No Brasil, até as mulheres conseguiram o direito ao voto depois que outras mulheres tinham conseguido, em outros países. No nosso país, o analfabetismo não foi enfrentado de frente, na década de 50. E isso justifica, hoje, parte do nosso atraso. O nosso país não investiu nas coisas que deveria investir, na época que deveria.

Se tivéssemos feito reforma agrária quando o mundo inteiro fez, nós não teríamos, hoje, violência no campo, não teríamos disputa pela terra. Se nós não tivéssemos destruído o pouco de malha ferroviária que nós tínhamos, certamente estaríamos hoje, muito mais avançados na questão da ferrovia.

Eu estou citando isso apenas para que ninguém se esqueça de que este país sempre teve potencialidade, sempre teve condições de se transformar num grande país. Entretanto, muitas vezes foi governado por governantes que pensavam pequeno, que sonhavam pequeno e que preferiram ficar olhando as belezas da Europa ou as belezas dos Estados Unidos, ao invés de olhar a potencialidade que esse país tinha, para crescer e para se desenvolver.

Eu, meu caro Bráulio, meu caro Zeca, fui à reunião do G-8. Foi a primeira vez que um Presidente da República latino foi chamado para participar de uma reunião junto com os oito países mais ricos do mundo. Foi a primeira vez que foram



convidados o Brasil, o México, a China, o Senegal, a África do Sul. Nós éramos 12 países, considerados países em vias de desenvolvimento, junto com os oito países mais ricos do mundo.

E o que eu notei nessas conversas? Notei que os governantes dos países mais pobres passam o tempo inteiro reclamando que os Estados Unidos não nos dão para aquilo que achamos que temos direito. Notei que uma outra parte dos países passam o tempo inteiro reclamando que a Europa não faz por nós aquilo que gostaríamos que ela fizesse. E fiquei me lembrando do meu tempo de dirigente sindical, do tempo em que eu reivindicava alguma coisa aos empresários que trabalhavam comigo e, muitas vezes, eles não concordavam com a minha reivindicação. Para conquistar uma parte daquilo que eu achava que tinha direito, ao invés de ficar chorando, eu ia à luta.

Pois bem, nessa relação entre o Brasil e o mundo, o Brasil tem que compreender que, em comércio exterior, ninguém faz concessão. Não adianta a gente ficar chorando para a União Européia reduzir os subsídios que eles dão para os seus agricultores. Eles não vão reduzir, não, porque é interesse deles, inclusive político, manter o subsídio. Os Estados Unidos estão produzindo álcool de milho, que vai custar três vezes mais caro que o álcool de cana que produzimos aqui. Seria mais fácil comprar de nós. Por que não vão comprar? Porque eles precisam, primeiro, se eleger lá e, segundo, manter a agricultura deles funcionando.

Ora, se nós temos esse problema, não adianta a gente ficar chorando: “Nós somos os coitadinhos, nós somos os pobrezinhos, nós somos a América Latina, por favor...” Não. Ninguém respeita negociador que chora ou que anda de cabeça baixa.

O Brasil não deve nada a nenhum país do mundo, do ponto de vista da sua capacidade tecnológica e da produtividade agrícola. Não devemos nada a nenhum país do mundo. Competimos com todos eles. E, certamente, produziremos produtos de melhor qualidade com mais produtividade. Entretanto, se nós não tivermos ousadia de nos vendermos lá fora, vender os nossos produtos, a nossa qualidade, vender aquilo que a gente sabe fazer, ninguém estará preocupado em ter piedade



se aqui tem criança de rua, se aqui tem ocupação de terras, se aqui tem violência, se aqui tem qualquer coisa. Nós é que temos que ter a preocupação de ir lá fora dizer: “Nós existimos. Nós temos competência. Nós temos produtos e queremos disputar em igualdade de condições com vocês”.

Foi por isso, Governador, que tive uma reunião na China, na Rússia, na Índia, na África do Sul e na Argélia. Fomos dizer a eles que se Rússia, Brasil, Índia, África do Sul, Argélia e México, tivessem consciência da força que têm e se juntassem para fazer a mesma política com relação ao mundo desenvolvido, certamente não seríamos nós que ficaríamos chorando para eles baixarem os subsídios deles. Seriam eles que viriam atrás de nós para oferecer os seus mercados para que nós vendêssemos os nossos produtos.

Disse bem o nosso Governador: “Nós vamos aumentar a produção deste país”. Mas é importante pensar em outras questões ,e aqui está o Ministro dos Transportes. Se hoje a gente aumentasse muito a produção, a gente teria um gargalo, porque não teríamos corredor para conseguir exportar tudo que a gente precisa exportar. Os nossos portos estão com problemas, alguns precisam até de um trabalho de dragagem para poderem carregar cargas mais pesadas. As nossas ferrovias estão ainda incipientes e poucas funcionam bem.

E as nossas estradas... me desculpem, não quero fazer crítica a ninguém, mas um governo pode até não ter dinheiro para fazer uma estrada nova, mas não ter competência para cuidar das que já existem é uma falta de vergonha, é uma falta de respeito. Pelo menos a manutenção das estradas existentes precisaria ter feito. Vocês, que têm que mandar a carga de vocês para fora, sabem o quanto custa a demora para esta carga chegar ao destino. E é por isso que estou orgulhoso de fazer esta viagem de trem; eu nunca consegui compreender, Senador – cada vez que a gente vai à Itália, cada vez que a gente vai à Europa, a gente anda de trem - porque que o Brasil desmontou as poucas ferrovias que tinha, porque que o Brasil não fez as novas ferrovias que precisava. Pois bem, nunca é tarde para a gente começar a fazer as coisas. Agora, nós vamos fazer.



Eu quero dizer aqui, meu companheiro Governador, que não vai ser por causa de uns poucos milhões de reais que a gente não vai levar esta ferrovia até Rondonópolis, não. Na medida em que a gente for economizando em coisas que são supérfluas, em coisas que não são prioridades, vai sobrando dinheiro, Zeca, para se fazer o que é necessário. Hoje eu dizia, lá no comício em Rondonópolis, que eu fui o único candidato à Presidente da República que nunca foi ao marco zero da Rodovia Santarém-Cuiabá para jurar que eu ia construí-la. Recusei-me a ir lá em 89, em 94 e em 98. Nunca fui, porque prefiro dizer a verdade do que mentir como muitos já mentiram na história deste país. Nunca prometi fazer esta rodovia. Nunca. E outros prometeram. Já passaram uns 10 antes de mim e não a fizeram. Eu disse ao Governador: eu nunca prometi, mas vamos fazer essa rodovia ligando Santarém a Cuiabá, porque a nossa produção vai precisar dela.

Por isso, eu saio daqui feliz e com a esperança renovada, de que o nosso país pode ser melhor do que ele é hoje. As condições estão dadas, vocês têm um Presidente motivado, têm um Governador, têm prefeitos motivados, têm o povo com uma expectativa nunca vista na história deste país, um povo acreditando, um povo apostando, uma classe empresarial que está convicta que este país não pode parar. E essa vontade coletiva vai fazer com que o Brasil dê o salto de qualidade que precisa para se tornar um país grande, que distribua renda, que gere empregos, um país que invista na educação, que cuide da saúde do seu povo. Esse é o sonho de todos nós.

E o meu Governador sabe, assim como o Zeca sabe que, nós só temos quatro anos de mandato. Nem ele e nem eu temos o direito de ficar chorando pelo que não foi feito, nós só ganhamos as eleições exatamente porque a coisa estava ruim; se a coisa estivesse boa a mentira teria prevalecido; como o povo estava enxergando como estavam o Brasil e o Mato Grosso, então elegeu a gente. Agora não vamos chorar, vamos fazer o que a gente acredita. E podem ficar certos, de uma coisa: nós, meu caro Nelson, vamos cuidar das ferrovias com o carinho que o Brasil sempre deveria ter cuidado, e nunca deveria ter deixado as ferrovias caírem



no esquecimento.

Nós temos consciência do que significam as ferrovias para o transporte de carga, mas elas podem ser aprimoradas, também, para o transporte de passageiros, em muitos lugares deste país. Nós temos consciência disso. Nós temos consciência do que significa o transporte fluvial para um país que tem a costa marítima que tem o Brasil e para um país que tem a quantidade de rios totalmente navegáveis, como temos no Brasil.

Nós precisamos fazer um acordo entre aqueles que querem construir e as pessoas que defendem o meio ambiente. Não é preciso ter guerra, é preciso sentar em torno de uma mesa e ver o que é possível fazer, prevalecendo o bom senso, para que as coisas aconteçam no nosso país.

Vamos fazer um sistema intermodal de transporte, que possa combinar a ferrovia, a hidrovia e as estradas. Não é saudável para a economia e não é saudável para a vida do motorista e sua família, que ele tenha que andar 2 mil quilômetros com uma carga. É melhor que ele ande apenas 300 quilômetros e venha dormir na sua casa, toda noite, para cuidar da sua família, sem correr riscos.

Agora mesmo, nós estamos discutindo criar programas de incentivo à renovação das frotas de caminhões. Vamos tentar renovar a frota de caminhões para os motoristas autônomos, porque a gente não pode ficar com caminhões velhos, com uma média de 18 anos, trafegando nas estradas brasileiras, colocando em risco a vida do caminhoneiro e a vida de quem está passando perto do caminhão, que já está superado.

Vamos fazer as coisas bem pensadas, bem discutidas. Sabemos cada passo que vamos dar. Nada será feito fora de hora. Ninguém colhe uma melancia apressado porque pode colhê-la verde e ela estará sem gosto nenhum. Nós queremos esperar as coisas amadurecerem, e estão amadurecendo. Este ano – está aqui o Amaury – nós vamos lançar o maior plano de safra já anunciado neste país, neste mês ainda, em Brasília, para que o dinheiro chegue na hora que tem que chegar e não três ou quatro meses depois que o Governo anunciou na televisão.



Nós vamos anunciar o maior volume de recursos já investidos na agricultura familiar. São 5 bilhões e 700 milhões de reais, para que a agricultura familiar possa melhorar a sua capacidade produtiva e de financiamento. Nós vamos criar o maior sistema de cooperativa de crédito já feito na história deste país, para financiar os pequenos e os médios agricultores.

Nós queremos provar, Zeca, e vamos fazer juntos, meu Governador, em quatro anos, o que outros não fizeram em 10 ou em 15.

Este meu querido companheiro, de vez em quando vai a Brasília conversar comigo. E diz a verdade o meu Ministro dos Transportes: ele não vai lá reivindicar apenas. Ele vai lá para nos dizer: “Eu estou fazendo assim, se vocês fizerem, vai dar certo”. Este aqui, a mesma coisa. Ou seja, a gente está tentando provar, em cada Estado, em cada cidade, que as coisas podem ser muito diferentes. E o meu querido Prefeito, que reivindicou tão pouco, reivindicou uma agência da Caixa Econômica Federal.

Aqui tem um “cara” que é Presidente, o Guilherme é presidente do Fundo de Pensão da Caixa Econômica Federal, aliás, é sócio da Ferronorte, tem 23%. Pois bem, eu vou designá-lo e você vai cobrar dele, Prefeito. Ele vai falar com o Jorge Mattoso, presidente da Caixa Econômica Federal, para que instale uma agência com funcionários e dinheiro aqui, no Alto Araguaia.

Vamos falar da questão do saneamento básico. Eu anunciei numa reunião – não sei se você estava em Brasília –, numa reunião que tinha dois mil Prefeitos, a liberação de 1 bilhão e 400 milhões para financiamento de saneamento básico. E, obviamente, esse dinheiro tem que ser investido nas regiões mais carentes e mais necessitadas.

Eu confesso a você que vou levar – só espero que algum assessor meu esteja anotando – para o ministro das Cidades, o companheiro Olívio Dutra, a reivindicação, que recebi por escrito, que a sua esposa me deu, para que ele converse com você, por telefone, ou venha aqui, para ver o que que é possível fazer.



E a questão dos assentamentos. Durante a campanha, eu dizia assim: “eu vou fazer uma reforma agrária tranqüila e pacífica, sem que precise haver nenhuma violência”. Sei que tem muita gente que gostaria que as coisas acontecessem na hora em que se fala. Mas vocês são homens da agricultura e sabem que, quando vocês colocam a sementinha da soja lá, por mais pressa que tenham, vocês tem que esperar, no mínimo, 120 dias para colher a “bichinha” que vai dar a soja que vocês levam para a casa da gente. Quem planta um feijãozinho sabe que vai ter que esperar 90 dias. Quem planta um milhozinho sabe que vai ter que esperar 150 dias. Se vai criar um porquinho, vai demorar 6 meses para comer o bichinho.

Então, vejam, nós vamos fazer um pacote para a agricultura familiar, um pacote para os assentamentos deste país. Queremos fazer um acordo. Nada será feito na marra, nem contra os grandes, nem contra os pequenos. Tudo será feito em torno de uma mesa de negociação, para que a gente possa determinar direitos e deveres para cada um de nós. Se a gente não fizer assim, apenas a lei não resolve; muitas vezes, existe a lei, mas quem tem dinheiro convoca um advogado e burla a lei. Nós não queremos isso. Nós queremos olho no olho, acordo, assinatura entre companheiros para que se possa cumprir o acordado.

E vamos fazer. Vamos fazer porque acreditamos nisso e porque não é incompatível a agricultura empresarial com a agricultura familiar. As duas se completam, as duas podem ter uma utilidade extraordinária para este país. É verdade que a agricultura familiar não exporta. Mas só o fato de ela manter a família no campo, só o fato de um pequeno agricultor não precisar deixar a sua roça e ir morar embaixo de uma ponte, em Cuiabá ou em São Paulo, já é uma vitória excepcional, porque estamos garantindo qualidade de vida para ele na sua terrinha, na sua rocinha e ele vai poder produzir com muito mais qualidade.

Quero agradecer a todos vocês a forma carinhosa com que fui recebido aqui. E tenho dito sempre: muitas vezes, prefiro falar a verdade olhando na cara das pessoas, do que contar uma mentira fácil, como habitualmente acontece no Brasil. Prefiro agir como ajo com meus filhos. Muitas vezes, sou obrigado a ir dormir com



vontade de chorar, porque neguei uma coisa para o meu filho, mas, ao mesmo tempo, com a consciência tranqüila de que fui honesto com ele. É melhor que mentir para um filho sabendo que é mentira, sabendo que não se vai cumprir. Quero tratar o povo brasileiro com o mesmo carinho, com a mesma paixão com que trato cada um dos meus cinco filhos, porque não posso faltar com os compromissos que assumi.

Eu me lembro dos meus compromissos todo santo dia, me lembro de cada coisa que falei, ao longo da minha vida política. Eu me lembro de quantas vezes causei medo, em muita gente, neste país e, também, de quantas vezes tive medo de muita gente. Entretanto, como Deus escreve certo por linhas tortas, quis que, mesmo com divergências aqui ou acolá, nós pudéssemos, neste dia 6 de junho de 2003, nos encontrar aqui, no Alto Araguaia, para que pudéssemos, juntos, fazer uma profissão de fé por este país extraordinário.

Muito obrigado, gente. Que Deus abençoe cada um de vocês. E podem ter certeza de que vamos fazer este país dar certo.

/mcpro/lrj/vpm



**Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva,
durante visita de trabalho ao Brasil do Presidente do Conselho de Ministros da
República do Líbano, Rafik Hariri**

Palácio Itamaraty, 10 de junho de 2003

Excelentíssimo senhor presidente do Conselho de Ministros da República do Líbano, senhor Rafik Hariri,
Ministros libaneses que compõem a delegação,
Ministros brasileiros,
Empresários brasileiros e libaneses,
Deputados,
Senadores,
E membros da imprensa brasileira e libanesa,

Em menos de 48 horas, tive o prazer de encontrar duas vezes o Presidente do Conselho de Ministros do Líbano. O Líbano é uma terra cara ao Brasil pela importância da comunidade de origem libanesa em nosso país e pela contribuição notável que o imigrante libanês deu ao nosso desenvolvimento como Nação.

Apesar desses fortes laços, nosso relacionamento no plano econômico e comercial é ainda incipiente, estando muito aquém do que seria de se esperar.

É necessário um esforço conjunto dos dois governos para intensificar as relações e torná-las mais concretas. É importante, também, que o empresariado libanês e o brasileiro se envolvam mais com iniciativas que possam contribuir para esse objetivo.

Na segunda visita que empreende ao nosso país, o presidente do Conselho de Ministros do Líbano, Rafik Hariri, mostra a importância que o Líbano atribui às relações com o Brasil. Nosso interesse é recíproco e espero, em breve, retribuir essa visita.



Para a imprensa brasileira é importante lembrar que o único chefe de Estado brasileiro que visitou o Líbano foi D. Pedro, numa viagem de 11 a 15 de novembro de 1876. Portanto, o Brasil já está devendo uma viagem ao Líbano há mais de um século.

Em nossas conversações, discutimos medidas para desenvolver nossas relações econômicas e comerciais, dentre as quais a criação de uma Comissão Bilateral de Comércio e Investimentos, em que representantes do Governo e do setor privado proporão medidas para o aumento do intercâmbio comercial, para o desenvolvimento das relações financeiras e para o incremento do fluxo mútuo de capitais e investimentos.

Em nossa reunião passamos em revista os grandes temas da atualidade internacional, dentre os quais reitero o que disse no domingo, em São Paulo, sobre o firme apoio do governo brasileiro ao estabelecimento de um Estado Palestino independente, democrático, coeso e economicamente viável, e que viva em paz com seus vizinhos, em especial com Israel. Isso muito contribuirá para uma solução definitiva e duradoura do conflito no Oriente Médio.

Concordamos sobre a necessidade da reconstrução do sistema multilateral com a revalorização do papel da ONU e, no caso do Iraque, estivemos também de acordo sobre a importância de apoiar o papel do Secretário-Geral da ONU e de seu Representante Especial para aquele país, principalmente no que se refere à criação de condições para que a população iraquiana se pronuncie sobre seu destino.

No âmbito regional, o Brasil tem um grande interesse em intensificar seu relacionamento com o mundo árabe e, nesse contexto, também conta com a amizade do Líbano para avançar nessa direção.

O governo brasileiro tem a intenção de divulgar, em breve, um plano de ação para o desenvolvimento das relações com os países árabes no período de meu Governo. Nesse contexto, como também mencionei no domingo, pretendo empreender, ainda este ano, viagem a alguns países árabes, dentre os quais certamente estará o Líbano.



Com o objetivo de discutir preliminarmente sobre essa viagem, o ministro Celso Amorim deverá empreender visita ao Líbano nos próximos dias 26 e 27 deste mês.

Com esta reunião certamente estaremos dando um passo extraordinário para que a relação Brasil e Líbano não seja apenas uma relação sentimental, mas que seja uma relação política muito forte, cultural muito forte e comercial e econômica ainda mais forte.

Por isso, meus agradecimentos ao presidente do Conselho de Ministros, senhor Rafik Hariri.

Muito obrigado.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião da
Câmara de Política Social**

Palácio do Planalto, 12 de junho de 2003

Eu tenho a convicção de que, quando nós lançamos a idéia do Conselho, estávamos criando alguma coisa muito nova no nosso país. E para funcionar, era necessário que as pessoas que participariam do Conselho acreditassem no que estavam fazendo ou que não estão fazendo.

E eu quero dizer para vocês que foi com muito orgulho, e de forma muito prazerosa, que eu recebi do companheiro Tarso Genro os informes dos debates que vocês fizeram nos grupos temáticos e, sobretudo, dos debates que vocês fizeram sobre a reforma da Previdência e a reforma tributária.

Como o time é muito grande e acaba de crescer um pouco mais, a gente sempre fica na expectativa de que as coisas aprovadas pelo Conselho sejam trabalhadas pelo próprio Conselho, enquanto homens e mulheres da sociedade, para fazer a sociedade acreditar naquilo que vocês acreditaram e aprovaram.

Eu sempre tive consciência de que não há nenhuma reforma fácil. Nem uma simples reforma que façamos na nossa casa é simples. Quem quiser realizar uma experiência, faça um orçamento para construir uma casa nova, ou comece a fazer uma reforma que, quando terminar, pode estar mais cara do que construir a casa nova.

Eu sempre tive consciência de que uma coisa só ganha solidez, na sociedade, se nós criarmos os espaços políticos para as pessoas debaterem, para convergirem ou divergirem, mas que, ao final do processo, se sintam satisfeitas: “olhe, não passou a minha tese, não passou a do meu amigo. Eu fui convencido, eu fui derrotado numa votação, eu perdi porque a outra proposta era melhor e mais convincente do que a minha”. Se nós conseguirmos fazer com que isso aconteça a cada tema importante que o Conselho discutir, nós estaremos consolidando uma



inovação política no nosso país.

Vocês estão percebendo que o exercício da democracia é uma coisa complicada, mas é a única coisa que dá solidez àquilo que a gente aprova. É a gente deitar a cabeça no travesseiro, com a consciência tranqüila de que nós participamos de um debate onde convencemos ou fomos convencidos. Mas, ao mesmo tempo, sair com disposição daquilo que nós formos convencidos. Nós temos que convencer a sociedade.

Não existe nenhuma possibilidade, em nenhum país do mundo, de se ter uma política tributária que seja consensual entre os políticos, entre os sindicalistas e entre os empresários. Não existe. Se eu sair daqui e me reunir individualmente com cada um de vocês, possivelmente, cada um de vocês terá uma coisinha a mais para colocar na reforma tributária ou uma coisinha a mais para tirar da política tributária. Entretanto, eu acho que o exercício que estamos fazendo, aqui, é o de não permitir que prevaleça a vontade individual de ninguém, mas que prevaleça aquilo que formos capazes de conciliar entre nós.

A segunda coisa é a reforma da Previdência Social. A reforma da Previdência é muito importante. Acho que o debate que vocês fizeram foi primordial para que o Governo, junto com os governadores, enviasse a proposta ao Congresso Nacional. Mas essa Reforma vai precisar ainda de debates no Congresso, e todo mundo sabe que o Congresso Nacional é o fórum legítimo onde se dará as negociações, para que se possa ter um texto final da reforma da Previdência e a Tributária.

O que nós temos que ter em conta é que reforma é algo tão complicado que, quando Oswaldo Cruz inventou a vacina da febre amarela para salvar o povo brasileiro de uma peste que se avizinhava, o que aconteceu? Ele quase foi linchado, porque ninguém queria tomar a vacina.

Então, reforma é sempre assim, há pessoas que têm preocupações, às vezes verdadeiras; há pessoas que têm preocupações, às vezes, por falta de informação; há pessoas que são contra, porque acreditam em outra coisa; e também há pessoas que são favoráveis, porque acreditam na proposta.



Esse é um jogo que vocês começaram a fazer e, na minha avaliação, fizeram perfeitamente bem, sem a tese absolutista de que “bom, foi aprovada pelo Conselho, está resolvido o problema”. Não, não está resolvido o problema. Nós temos visto, mesmo em grandes empresas familiares que, enquanto os filhos são pequenos, elas vão muito bem; quando os filhos ganham a idade adulta, começam a brigar pelo poder das fábricas. Temos exemplos homéricos de empresas que foram “p’ra cucuia” por causa de brigas internas dentro da própria família.

Se em uma empresa familiar é assim, imaginem em um governo plural, onde a sociedade é convocada a participar, como nós estamos tentando fazer, da forma mais perfeita possível.

Acontece que o Conselho está no seu início e outros temas virão com muito mais efervescência. Nós vamos ter que logo, logo, começar a discutir a chamada reforma da estrutura sindical; vamos ter que começar a discutir a reforma trabalhista; e vamos discutir alguns tabus históricos na sociedade brasileira, que permanecem há 50 anos e que nós discutiremos com a sobriedade, com a tranquilidade de homens e mulheres de bem, que propõem as reformas sempre imaginando que aquilo que estamos fazendo será muito útil para o futuro que todos nós almejamos construir no nosso país.

Vai ter uma discussão, em algum momento, aqui, sobre a reforma política, que é outra coisa que todo mundo sabe que é essencial, mas que também pouca gente quer mexer, porque mexer em reforma política significa mexer em conceitos já enraizados na cabeça das pessoas; é tentar mexer em direitos, que não são bem direitos, mas as pessoas acham que já é um direito e não querem mexer. E toda vez que você dá um toque de seriedade em alguma coisa, você começa a ver gente contra, gente achando que tem que ficar como está.

Aliás, é sempre mais fácil ficar como está, até no casamento. Tem gente que sabe que não está legal, então fica empurrando com a barriga, quando seria mais fácil fazer um acordo e falar “não está legal”, cada um vai viver a sua vida numa boa. Não é assim Lucélia? É assim que deveria ser, tem gente que tem coragem de fazer,



alguns até mais de uma vez, enquanto outros vivem amargurados a vida inteira e não o fazem.

Eu sempre tento citar essas coisas da nossa vida pessoal, porque a gente consegue fazer um distanciamento muito grande de uma decisão política e daquilo que acontece na casa da gente, e não há diferença. A diferença é apenas de tamanho ou de resultado, mas, no fundo, no fundo, é a mesma coisa. Eu, por exemplo, Marinho, fui à reunião do G-8. Um ser humano normal, aqui no Brasil, lendo na imprensa ou vendo na televisão sobre a reunião do G-8, fica imaginando os oito Presidentes dos países mais ricos do mundo se reunindo, fica imaginando que é uma coisa tão grande que você nem se sente bem lá dentro. E depois que eu participei da reunião, não vi nenhuma diferença, Marinho, das milhares de reuniões que eu fiz a minha vida inteira no movimento sindical, no PT e agora no Governo.

Os problemas são os mesmos, as reclamações são as mesmas, as choradeiras são as mesmas. Sabe, é tudo igual, só muda de tamanho e de local, mas é a mesma coisa. Eu acredito que, quando o Conselho começar a funcionar – na minha opinião, com a densidade que vocês começaram a trabalhar, com o comparecimento que eu estou vendo e, sinceramente, estou exultante de ver a quantidade de pessoas que participam a cada convocação –, a gente só tem certeza de uma coisa: vai ter gente sempre criticando, mas os resultados, possivelmente, serão os mais importantes conquistados na história republicana do nosso país.

E nós temos que fazer muito mais, porque nós vamos ter, no ano que vem, um encontro internacional sobre consertação, ou seja, a palavra sobre um novo contrato social que nós queremos fazer neste país, e que pressupõe mexer em muita coisa que está entranhada nos nossos hábitos, nos nossos costumes, na nossa cultura, nas nossas vaidades. E mexer com isso sempre trará problemas. Sempre arrumaremos alguns inimigos ou arrumaremos outros amigos. Mas, o dado concreto é que essa é a razão pela qual a gente pode acabar, no Brasil, com aquela história de “coisa que pega” e “coisa que não pega”. “Lei que pega” e “lei que não pega”. Se a gente fizer as coisas mais discutidas, todos nós, moral, ética e



politicamente, estaremos compromissados com as coisas que forem votadas.

Por exemplo, eu já disse da outra vez e vou repetir aqui, eu não teria – se dependesse do governo federal – nenhuma necessidade de discutir a reforma da Previdência Social com a pressa que nós estamos discutindo, porque o Governo pode empurrar com a barriga mais um tempo. Entretanto, grande parte dos estados brasileiros estão falidos. Há estados que estão gastando 50% do orçamento com os inativos. Em algum momento, alguém vai ter que dar uma resposta para isso. Quis Deus que fosse eu e vocês, que fosse no meu Governo. Poderia ter sido dada antes, ou poderia ser dada depois. Mas para que esperar para fazer as coisas, quando elas têm que ser feitas?

Eu sempre me pergunto: quanto custou ao Brasil a gente não mexer nas coisas, quando deveríamos ter mexido? Eu sempre me pergunto quanto custou a gente não alfabetizar o Brasil há 50 anos, quando custou ao Brasil a gente não fazer a reforma política há 20 anos ou não fazer a reforma na estrutura sindical. Eu, por exemplo, me tornei um dirigente sindical importante, lutando contra a estrutura sindical que está aí. Mas já faz 23 anos que eu saí do movimento sindical e nós continuamos com a mesma estrutura sindical. Nós temos a CUT, a Força Sindical, a CGT, GTB, a CAT, um monte de central e nenhuma delas está prevista na Constituição. E o Governo as trata dentro da legalidade, como se estivesse na Constituição. Mas não está. Ora, então, ao invés de viver na promiscuidade, vamos dar a isso uma densidade legal, para que possamos viver mais decentemente, orgulhosos dos atos e dos gestos que fizemos.

Por isso, eu quero pedir a cada companheiro e a cada companheira aqui presente, que levasse cada vez mais a sério a sua participação no Conselho. Ou seja, muitas vezes a gente não vê a dimensão de um gesto que a gente faz. Até um gol, por mais simples que seja, muitas vezes a gente só vai saber se ele foi bonito quando a gente vê todos os gols da rodada; vendo-o sozinho, não se tem dimensão se foi feio ou bonito, mas quando se vê todos os gols, aquele foi o mais bonito.

Possivelmente, nem todo mundo tem, ainda, a clareza da importância do



gesto que vocês estão fazendo hoje, aqui, e nos debates que o companheiro Tarso está coordenando em nome do Governo.

Por isso, Tarso, eu queria, mais uma vez, dizer a você – eu não posso ficar elogiando muito Ministro, porque daqui a pouco o cidadão se acha no direito de pedir aumento de salário, e o salário do Ministério está contingenciado aqui neste país – que a competência, a capacidade, o jeito que você está imprimindo na condução das discussões, certamente representam 50% do sucesso deste Conselho. E os outros 50% representam a boa vontade dos conselheiros e das conselheiras em participar.

Tenham a convicção de que eu estou jogando muitas fichas, mais do que vocês pensam que eu tenho, no sucesso das políticas emanadas deste Conselho, como orientação para o comportamento do nosso governo.

Eu quero, portanto, agradecer a você Tarso, aos empresários, aos sindicalistas, aos intelectuais. E dizer que, muitas vezes, na política, as pessoas têm mais pressa do que o tempo exige que as pessoas tenham. Nós somos apressados por natureza, ou seja, toda vez que nós queremos uma coisa, nós as queremos num tempo mais rápido do que o tempo natural de fazê-las acontecer. Eu fico vendo a imprensa, todo dia, e há determinados órgãos de imprensa que se comportam, em relação ao governo, como se eu já estivesse há 15 anos na Presidência. Mas estou apenas há cinco meses. E eu acho que nós já fizemos, em cinco meses, o que nenhum de vocês, individualmente, esperava que já tivesse sido feito neste país.

Toda vez que eu pego a lista das coisas que já foram feitas em cada Ministério eu fico me perguntando se fomos nós mesmos que fizemos isso. E a possibilidade é de fazer muito mais, porque eu acho que o Brasil está dando uma chance a si mesmo. Não há problema que não tenha solução, não há problema que a gente não possa discutir com vocês abertamente, da forma mais tranqüila, em que cada um possa dizer aquilo que pensa, para que possamos consolidar uma relação de respeito, uma relação ética e, sobretudo, uma relação com pensamento positivo, entre nós.

Eu acho que um Conselho como este não deve dedicar um minuto sequer a



chorar as coisas que não estão dando certo. Nós temos que tentar olhar, sempre, que é possível fazer mais do que já foi feito neste país. E eu quero que vocês saibam que a minha confiança no trabalho deste Conselho é tanta quanto a confiança que eu tenho em mim mesmo e nos meus ministros.

Muito obrigado e boa sorte.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento do Plano Agrícola e Pecuário – Safra 2003/2004

Palácio do Planalto, 12 de junho de 2003

Quero cumprimentar a minha esposa,

O companheiro ministro Roberto Rodrigues,

O companheiro José Dirceu, que é o nosso ministro da Casa Civil,

Os meus ministros que estão aqui, na frente, de Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral; e de Segurança Alimentar e Combate à Fome, o companheiro José Graziano,

Álvaro Ribeiro Costa, que é o nosso Advogado-Geral da União,

O companheiro Luiz Dulci, que é o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República,

Miguel Rossetto, nosso ministro do Desenvolvimento Agrário,

A minha companheira Emília Fernandes, secretária especial de Política para as Mulheres,

O companheiro José Fritsch, que amanhã estará aqui comigo lançando o primeiro Programa Nacional de Pesca neste país,

E o nosso companheiro Antônio Palocci, tão elogiado pelo companheiro Roberto Rodrigues,

Olhem, antes de fazer o meu pronunciamento, quero dizer a vocês que quem merece homenagem aqui, além de vocês, é o companheiro Roberto Rodrigues.

Vejam que engraçado: eu não conhecia o Roberto Rodrigues. A primeira demonstração de que eu não queria fazer um ministério de amigos é que não conhecia o Roberto Rodrigues, a não ser de duas ou três reuniões de que participamos. Todo mundo que me conheceu, nesses últimos anos, sempre imaginou que o meu ministro da Agricultura seria o José Graziano, que, hoje, é o



responsável pela política de combate à fome.

Quando ganhamos as eleições e fomos discutir o Ministério, conversei com o Graziano: “E, agora, a Agricultura.” E foi exatamente o companheiro Graziano, que todos imaginavam que fosse ser o meu Ministro, que me falou: “Olhe, acho que você deveria conversar com o Roberto Rodrigues.” Falei para o Graziano: “Eu não tenho uma relação de amizade com o Roberto Rodrigues. Então, você converse com o Roberto Rodrigues.” O Graziano conversou, sondou – porque tem esse negócio de sondagem –, ele não recusou, mas também não disse que sim. Estava sendo pretendido por outros times de futebol, tinha vontade de ser cantador de tango, em Buenos Aires. Eu fui a uma reunião com um grupo de governadores e disse a um governador: “Sei das suas pretensões. Por favor, não mexa com o Roberto Rodrigues, porque vou convidá-lo para ser ministro da Agricultura”. Esse governador respeitou o trato, não convidou o Roberto e, então, o Roberto ficou com o “passe” livre para aceitar ser ministro da Agricultura.

E por que nós fizemos isso? Fizemos porque eu sempre achei que, muitas vezes, as coisas no Brasil não davam certo porque pessoas que não entendem dão muito palpite. E era preciso procurar alguém que conhecesse, alguém que tivesse relação de confiança com os empresários do setor agrícola neste país. Eu fiz isso com esse companheiro e fiz isso com o Furlan. São dois setores que eu falei: “Não quero brincadeira nessas áreas”. Para essas áreas, eu tenho que chamar duas pessoas altamente entendidas no assunto, porque são áreas que estão dando certo, o Brasil depende muito das exportações e depende muito da agricultura e temos, então, que fazer com que os melhores possam assumir.

E nesses cinco meses de Governo – parece muito, mas só faz cinco meses que nós estamos no Governo – eu não conheci todos os ministros da Agricultura que o Brasil teve, portanto, não posso fazer julgamento de nenhum. Agora, eu duvido que, em algum momento da história da agricultura brasileira, o Brasil tenha tido alguém melhor do que o Roberto Rodrigues. Não apenas melhor do ponto de vista do conhecimento técnico, não apenas melhor do ponto de vista do conhecimento



específico da agricultura, mas melhor porque um homem não é medido apenas pelo seu conhecimento técnico e científico, muitas vezes ele é conhecido pela sua alma, pela sua bondade, pelo seu companheirismo.

E eu acho que vocês e nós, do Governo, devemos muito ao companheiro Roberto Rodrigues, pela dedicação, pela determinação, pela capacidade de convencimento. Eu diria que ele é um “cri-cri”, em defesa da agricultura brasileira. Ele, certamente, não deixa nenhum ministro em paz. E, quando há qualquer senão com algum ministro, eis que o Roberto Rodrigues me chega e fala assim: “Presidente, eu precisava conversar um minutinho com Vossa Excelência. Um minutinho, é o seguinte: convença o Palocci que precisa fazer tal coisa”.

Eu acho que vocês estão dignamente representados pelo nosso companheiro Roberto Rodrigues, ministro da Agricultura. Se a gente for levar a ferro e fogo todos os projetos e os planos que ele tem na cabeça, podem ficar certos de que tudo o que ele mostrou de futurologia, aí, será pequeno diante do que vai acontecer no nosso país nos próximos anos.

E estamos fazendo isso porque acreditamos que esse é um caminho e que o Brasil não deve favor a nenhum país do mundo, nem aos países em via de desenvolvimento, nem à União Européia, nem aos Estados Unidos, nem à Austrália. Na agricultura, no agronegócio, o nosso país adquiriu ISO “não sei quantos mil”, porque nós estamos preparados para enfrentar qualquer área.

É por isso que lá fora ainda se fala muito em comércio livre, mas não querem tirar os seus subsídios, porque sabem que nós vamos “dar um banho” com a nossa competência na agricultura. Tenho certeza de que vamos fazer isso.

Do ponto de vista internacional, estamos trabalhando com uma visão muito clara, sem deixar de perceber a importância da União Européia, dos Estados Unidos. Nós estamos tentando consolidar outras possibilidades de parcerias na América do Sul. Nós nunca tivemos a oportunidade extraordinária de uma boa relação com a Argentina, como temos agora. E vamos consolidá-la. Nós queremos novos países nesse negócio.



Nós estamos, agora, fazendo uma visita à África, sobretudo a alguns países com os quais nós temos interesse de negociar no continente africano. Em dezembro, nós vamos para os países árabes, porque o Brasil não vai ficar esperando as pessoas virem aqui. Nós vamos atrás, porque nós temos o que mostrar, não apenas aqui dentro, mas mostrar lá fora. E achamos que temos condições de obter grandes resultados.

Estamos numa aproximação muito grande com a China, com a Índia, com a Rússia. Nós não vamos ficar esperando as pessoas perguntarem o que a gente tem, nós vamos lá. Antigamente, diziam: “Vamos mostrar o que a baiana tem”, agora, mostrar o que o Brasil tem para colocar no mundo.

Então, estejam certos de que o nosso companheiro Roberto foi humilde nos prognósticos dele, porque a pretensão coletiva do Governo é ainda muito maior do que o que o Roberto anunciou para vocês.

Nós pretendemos – antes de ler o meu discurso – enviar o mais rápido possível, em caráter de emergência, um projeto de lei sobre a questão do seguro agrícola. Nós vamos ter o chamado “seguro rural”, pelo qual tantos brigam por este país afora. Nós vamos mandar, em caráter de urgência, para que os deputados, depois, façam democraticamente a sua parte, votando esse projeto com urgência.

Este é o primeiro Plano de Safra que o meu Governo apresenta. Ele será anunciado em duas etapas. Hoje, estamos destacando o agronegócio. A agricultura familiar também está sendo contemplada. O Plano de Safra destinado aos pequenos produtores será divulgado nos próximos dias.

Tenho afirmado que a agricultura empresarial e a agricultura familiar são, além de complementares, necessárias e indispensáveis ao maior desenvolvimento do meio rural brasileiro.

Neste Plano, do meu Governo, estão definidos os mecanismos para que o Brasil tenha, no ano que vem, uma safra ainda maior do que a deste ano.

Sabemos que essa é uma meta difícil. Mas ela é digna da grandeza da agricultura brasileira. Até porque, em política, não existe milagre. Existe



determinação, existe trabalho, existe definição de prioridades e existe um horizonte que almejamos alcançar.

Este ano o Brasil irá colher a maior safra de sua história. Segundo os informes do meu companheiro Roberto Rodrigues, nós iremos colher algo em torno de 115 milhões de toneladas. Esse número é resultado do tremendo esforço dos produtores brasileiros que, além disso, tiveram um ano bom, com chuva na hora certa e sem maiores contratemplos climáticos. Se as condições forem novamente favoráveis, poderemos superar a barreira de 120 milhões de toneladas na próxima safra.

Hoje, o agronegócio é responsável por 29% do PIB brasileiro, por 41% de nossas exportações e por 37% dos empregos gerados no nosso país. No que depender do Governo, esses percentuais serão ainda maiores nos próximos anos. Até porque cultivamos, hoje, pouco mais de 40 milhões de hectares de terras, sendo que possuímos mais 90 milhões de hectares de áreas agricultáveis.

E as medidas que eu vou anunciar agora vão levar a agricultura brasileira a ampliar a oferta de alimentos no país e a conquistar cada vez mais mercados no mundo.

Estamos colocando à disposição do produtor rural brasileiro, para a safra 2004, 32 bilhões e 500 milhões de reais. Isso, apesar da difícil situação econômico-financeira do nosso país. É bom vocês guardarem o número, porque se não começar a sair, vocês me telefonam que eu vou cobrar ao Roberto e cobrar ao Palocci porque, no Brasil, não foram poucas às vezes em que se anunciou durante o dia e, quando fomos ver recebemos a noite. E essa coisa, para nós, é séria porque entre seres humanos tem que existir, sobretudo, uma relação de confiança. Confiança para quando a gente diz “sim”.

Temos, um aumento de 25,8% em relação aos valores liberados na safra passada. Desse total, 27 bilhões e 100 milhões serão liberados pelo Ministério da Agricultura. Os outros 5 bilhões e 400 milhões de reais, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.



As taxas de juros, que hoje estão em 8,75%, serão mantidas nos níveis atuais para os empréstimos de custeio e investimento, inclusive nos programas executados com recursos do BNDES.

Já o Proger Rural, programa de geração de emprego e renda, terá suas taxas de juros reduzidas de 8,75% para 7,25%.

Estamos destinando 5 bilhões e 750 milhões a programas de investimento e modernização para o setor produtivo rural. Esses recursos, provenientes do BNDES, dos Fundos Constitucionais e do Proger Rural, representam um aumento de 24,2% sobre a safra passada.

O Proger Rural terá seu volume de recursos dobrado em relação à safra 2002/2003, passando para 1 bilhão e 900 milhões de reais; 32% desse montante do Proger – ou seja, 600 milhões de reais – serão destinados à aquisição de maquinário agrícola.

E um parêntese aqui: o Roberto ainda não me convenceu de que a gente não pode ter, num futuro muito próximo, uma linha de crédito para tratores usados, ou seja, para pessoas que não podem comprar um novo. Essa é uma coisa de que o Roberto não me convenceu, vai ter que ter muito papo para me convencer de que não é possível fazer isso.

Se a gente começa a vida comprando um carrinho velho, no campo a gente pode começar comprando um tratorzinho usado, para que a gente possa produzir. Na agricultura familiar, possivelmente muitos poderiam adquirir, se tivessem financiamento.

Esse programa vai garantir que os pequenos e médios produtores tenham acesso à tecnologia utilizada pelos grandes produtores.

O Governo está incentivando a produção de alimentos básicos, com o objetivo de aumentar o abastecimento. Vamos garantir comida na mesa do povo. Até porque é uma coisa inexplicável, do ponto de vista da segurança de um país, a gente ter tanta capacidade de produção de alimento e saber que tem tanta gente com fome no Brasil.



E, mais ainda, os números que o ministro da Agricultura citou, do que nós temos em disponibilidade de estoque é muito pequeno para um país da dimensão do Brasil. Até porque o estoque é uma questão de segurança nacional. Um país tem que ter uma quantidade de comida estocada para enfrentar as adversidades. Senão, uma simples garoa pode fazer a gente entrar em colapso. A gente se preocupa com energia, com água, com dinheiro, com financiamento, com trator, com tecnologia e a gente não se preocupa com o estoque daquilo que é básico para a sobrevivência humana, que é o alimento. Nós vamos levar isso muito a sério.

Isso, sem deixar de dar a devida atenção aos principais produtos do agronegócio brasileiro, fundamentais como itens de exportação e geração de emprego e renda.

Também vamos investir na recomposição dos estoques públicos para evitar oscilações bruscas de preço.

O Estado brasileiro precisa ter um papel muito mais vigoroso na estocagem de produtos agrícolas. No Brasil, somente 5% das propriedades possuem infraestrutura de armazenamento. É pouco e nós precisamos cuidar disso com muito carinho. Na Argentina, esse número chega a 25%; na União Européia, a 50%, e nos Estados Unidos, a 65%. Portanto, nós estamos, ainda, muito distantes daquilo que é o ideal de capacidade de armazenamento das coisas que nós produzimos.

Quero terminar falando de cooperativas. Estamos abrindo linhas de crédito para a formação, ampliação e renovação do capital fixo e do capital de giro das cooperativas, possibilitando a sua modernização. Para isso, vamos investir, por meio do Prodecoop, 450 milhões de reais, o que significa um aumento de 80% sobre a safra anterior.

A nossa agricultura já tem dado uma contribuição extraordinária ao país. No meu Governo, e com essas medidas, se tornará ainda mais forte e decisiva para o crescimento da economia e do bem-estar do nosso povo.

Ao terminar, quero que vocês saiam daqui – já que nós não temos o hábito de oferecer um coquetel, quando termina uma atividade – com a convicção de que não



haverá nenhuma porta fechada neste Governo, que não haverá nenhum problema insolúvel nesses próximos quatro anos, até porque eu acredito que não há problema que não tenha solução se as pessoas que estão envolvidas naquele problema tiverem bom senso, discernimento, e que cada um se convença de que, individualmente, ninguém é o dono da verdade. Nós precisamos construir uma verdade que interesse à maioria daqueles que nós representamos.

Quero que vocês saiam daqui com uma convicção: não deixem de reivindicar, porque reivindicar é sempre muito importante e mantém o Governo sempre em estado de alerta. Momento ruim, num Governo, é aquele em que o Governo pensa que está fazendo tudo, que está perfeito e se contenta com as pesquisas de opinião pública.

Para nós, a cobrança é uma necessidade, para que a gente nunca deixe de perceber que a sociedade brasileira está vigilante, em relação aos nossos passos.

Entretanto, eu quero que essa cobrança seja feita com maturidade. Porque a vida é assim: vocês cobram do Governo, os credores de vocês cobram de vocês, os credores dos credores de vocês cobram deles; ou seja, tem sempre uma fila de pessoas achando que o outro pode mais e pode fazer tudo.

Eu sempre faço a comparação da casa da gente. Nem sempre a gente consegue atender tudo que a mulher da gente deseja, que os maridos das mulheres desejam, que os nossos filhos desejam.

Hoje, por exemplo, é o Dia dos Namorados, e eu não sei se todos conseguirão dar o presente que a mulher espera que dêem. Não sei nem se todos voltarão para casa, hoje.

Então, este Governo quer estabelecer com vocês e quer estabelecer com a agricultura familiar uma relação que eu não sei se vocês já tiveram, mas, se não tiveram, vão ter. Haverá momentos em que a gente vai ter que dizer “não”, e esse “não” tem que ser dito com a mesma sinceridade, com a mesma honestidade e no mesmo tom de voz com que a gente diz “sim”.



Quando os seres humanos estabelecerem essa relação de confiabilidade, podem ficar certos: tudo vai ficar mais fácil para o nosso país.

Muito obrigado.

lrj/mcpro



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de lançamento das Conferências Nacionais de Aqüicultura e
Pesca**

Palácio do Planalto, 13 de junho de 2003

Minha querida companheira Marisa,
Meu querido companheiro José Fritsch, secretário especial de
Aqüicultura,
Sua companheira Ivone,
Ministro Miro Teixeira, das Comunicações,
Ministro Luiz Dulci, chefe da Secretaria-Geral da Presidência da
República,
Meu companheiro Álvaro Augusto Ribeiro Costa, advogado-geral da
União,
Meu companheiro José Graziano, ministro de Estado Extraordinário de
Segurança Alimentar e Combate à Fome,
Meu querido companheiro Aluizio Mercadante, líder do Governo no
Senado,
Meus companheiros deputados, deputadas,
Companheiros empresários,
Companheiros, como diria “seu” Toinho, pescadores e pescadeiras do
meu Brasil,

Antes de falar, eu quero dizer para vocês que, possivelmente, nós,
autoridades brasileiras, autoridades circunstanciais, se não tivéssemos feito
este lançamento, não teríamos conhecido esses integrantes do Grupo
“Marujada, Fragata Brasileira”.

Essas apresentações, que podem se tornar um hábito dentro do Palácio



do Planalto, são para a gente ir tomando consciência de que, no Brasil, há muito mais coisas bonitas do que as que aparecem nas televisões. E que nem todos os poetas do Brasil conseguiram se projetar com a publicação de um livro ou com uma grande entrevista numa revista importante do Brasil. O que a gente percebe é que um companheiro, como “seu” Toinho, na verdade só precisava de uma chance e de uma oportunidade para dizer a todos nós: “Eu sei mais do que pescar, eu também sei fazer poema”. Meus parabéns, meu querido, porque quantos poetas nós temos por este país afora, que ainda não tiveram a oportunidade de chegar aqui? Mas, certamente, terão, porque muitos atos acontecerão aqui neste salão.

Se eu tivesse que fazer uma imagem sobre a pesca no Brasil e sobre a vida dos pescadores, a imagem, para mim, seria a imagem da paciência. Não há ninguém que tenha mais paciência, no mundo, do que um pescador, um bom pescador, porque aqueles apressados ficam cinco minutos e já caem fora, achando que não vai dar nada. Não têm a paciência de esperar o bom cardume passar para poder voltar para casa. E, principalmente, quando a gente vai ter que decidir, aqui, hoje, se o padroeiro é Santo Antônio ou São Pedro, porque as moças e os rapazes que estão ávidos e esperançosos de arrumar os seus parceiros ou parceiras, hoje, que é o dia de Santo Antônio, ficaram preocupados e pensaram: mas será que ele é padroeiro? É um santo casamenteiro ou é um santo pescador? E, para nossa sorte, das mulheres solteiras e dos homens solteiros, hoje é dia do santo casamenteiro. O do pescador vai ser dia 29, o dia de São Pedro.

Quando eu falo da paciência eu me lembro de um filme que, eu acredito, muitos já assistiram: “O Velho e o Mar”, uma história de Ernest Hemingway, que mostra a paciência do ser humano, mostra a esperança de conseguir realizar um sonho. Quantos sonhos vocês já tiveram neste país, acreditando que a pesca um dia iria ser levada a sério?

O Furlan me dizia que a última vez que se discutiu pesca, neste país, foi



numa reunião, aqui mesmo, com o presidente Geisel. Eu estou falando de mil novecentos e setenta e poucos, portanto, são três décadas em que esse segmento está marginalizado, vivendo por conta da bravura de homens e mulheres que costumam resistir a qualquer adversidade.

No Brasil, tem-se o hábito de acabar com uma coisa e não colocar nada no lugar. Acabou-se com a Sudep, e a pesca se transformou numa palavra dentro do Ministério da Agricultura, sem se levar em conta a nossa costa marítima, sem se levar em conta a quantidade de água doce que nós temos no nosso país.

E o problema não é que os Presidentes não soubessem. Qualquer Presidente da República, não precisa ser muito letrado – como disse o nosso companheiro Toinho – para saber que nós temos uma costa marítima invejável, e que temos um percentual de água doce e rios bons e preparados para a pesca como nenhum outro país do mundo tem.

Entretanto, nunca se cuidou disso com carinho. Eu estava em Itajaí, no ano passado, quando participei de um seminário. Eu cheguei ao final do seminário, havia muitos pescadores, empresários, e eu assumi o compromisso de que nós iríamos criar a Secretaria da Pesca. E criamos, logo no começo do Governo.

Entretanto, entre você criar e estruturar a Secretaria, e começar a definir as políticas, há sempre um tempo. Isso é sempre como uma casa, ou seja, por mais que a gente tenha pressa de morar, vai ter que começar a fazê-la pelo alicerce, vai ter que colocar tijolo sobre tijolo, colocar o madeiramento, e depois colocar telhas, para ela ficar pronta.

Sempre demora um pouco mais do que a gente gostaria. Quando a gente tenta fazer uma casa na base do mutirão, às vezes a gente chama um monte de amigos, trabalha, como a gente está, aqui, hoje. Faz-se uma parede, e, se a cerveja foi demais, na segunda-feira a gente descobre que a parede não está no prumo, então é preciso refazê-la ou tirar no reboco, o que vai



tomar mais cara a casa.

Nós estamos hoje começando uma Conferência Nacional de Pesca. Estamos começando pelo caminho certo, pois este assunto não pode ser uma decisão apenas do Governo, não pode ser uma decisão do Ministro, não pode ser uma decisão desse ou daquele empresário, desse ou daquele pescador. Tem que ser uma decisão do conjunto das pessoas que vivem da pesca neste país, para que a gente possa construir uma coisa tão sólida, que daqui a alguns anos, mesmo que um Governo queira acabar, a sociedade esteja tão solidamente organizada que ele não terá como acabar. Até porque nós não estamos criando a Secretaria para o Governo e muito menos queremos preparar os pescadores e a indústria para o Governo. Nós queremos prepará-los porque o Brasil, certamente, precisa muito mais de vocês do que vocês imaginam. Afinal de contas, nós somos um país com baixo consumo de proteínas e, sobretudo, da proteína advinda do peixe.

Então eu quero, meu companheiro Fritsch, dizer para você que somente um homem de Chapecó – que nem sabia o que era um açude, porque Chapecó não tem açude, Chapecó tem frango, tem frigorífico só – é que poderia assumir a Secretaria com a competência, com a vontade e com a disposição de fazer as coisas acontecerem, como você tem.

Eu digo que política não tem segredo, se há uma coisa que ninguém precisa ter é diploma universitário para conhecer política. O cidadão para ser médico, tem que ter diploma, para ser jornalista dizem que precisa, mas nem tanto, e vai por aí afora; mas o político não precisa, a política está na carne, está nas entranhas dele fazer as coisas corretas ou não.

Eu sempre comparo mais ou menos ao futebol, porque futebol é coisa que todo mundo entende; mesmo os que não são corintianos entendem de futebol neste país, mesmo o Aluizio Mercadante que é santista, ou o Miro Teixeira, que é flamenguista, ou os cruzeirenses, sei lá, todo mundo entende.

Mas a verdade é que, muitas vezes, as pessoas ficam sonhando com tal



jogador e não entendem por que o técnico coloca tal jogador, porque muitas vezes é um jogador briguento, que não deixa o adversário sossegado um minuto, que fica grudado ali, brigando pelos seus interesses, brigando pelas suas coisas... E eu confesso a vocês: se não fosse a disposição de brigar do companheiro Fritsch, possivelmente a gente não tivesse lançado hoje a Conferência, ainda estivéssemos discutindo funcionários para a Secretaria dele.

As coisas são assim, são mais difíceis do que a gente imagina. Mas o Companheiro Fritsch está de parabéns. Que você saiba que, além da participação da sociedade pesqueira deste país, este ato que estamos realizando hoje se deve, sobretudo, à sua competência e capacidade de acreditar nas coisas que você faz.

Entre o rio Oiapoque, no extremo Norte, e o arroio Chuí, no Sul, estende-se nossa costa marítima. Trata-se de uma imensa diversidade ecológica formada por praias, brejos, estuários, mangues, lagunas e um mar aberto com 3 milhões e 500 mil quilômetros quadrados, que delimita nossa Zona Econômica Exclusiva.

Do outro lado, no interior do território, um verdadeiro oceano doce premia o país com a maior concentração de recursos hídricos do mundo.

O Brasil tem 5,7% das terras firmes do planeta. E quase 12% de toda a água doce disponível no planeta. Somos uma das grandes reservas líquidas da Natureza. Apesar disso, a nossa realidade continua dura.

Nesse imenso ambiente, riquíssimo, tem prosperado uma contabilidade perversa. Lado a lado, convivem a fome e o desperdício absurdo de um potencial tão generoso.

Não é preciso ir longe. Nossos próprios pescadores artesanais engrossam, em grande parte, as fileiras dos excluídos: 70% deles são vítimas do analfabetismo. Somente agora, neste Governo, eles foram contemplados com um programa específico, o programa chamado “Pescando Letras”, que vai



beneficiar 65 mil pessoas até dezembro e superar o analfabetismo, nesse segmento, até 2006.

Apesar da Natureza farta, nossa pesca e a produção em cativeiro não ultrapassam um milhão de toneladas. Inferior, portanto, à de países como Peru, Chile, Argentina e México. Pior do que isso: o esquecimento a que ficou relegado o setor incentiva a exploração descontrolada em celeiros inacessíveis às nossas embarcações.

A pesca intensiva, praticada por modernos barcos estrangeiros, por exemplo, avança por águas territoriais, onde a acanhada frota nacional mal consegue chegar. Esses são os extremos que marcam a situação da pesca em nosso país. Entre eles é preciso desbravar um novo caminho.

É para isso que existe Estado, que existe Governo, para propor políticas que conciliem a preservação do patrimônio comum com a exploração econômica sustentável dos recursos, a serviço do interesse de todos. É disso que trata o Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento da Aqüicultura e Pesca, que vai coroar as conferências estaduais e nacional, abertas hoje aqui.

Diz o ditado que nenhum vento é bom quando não se sabe o porto onde se quer chegar. Nós sabemos o porto onde queremos chegar. O nome desse porto chama-se: justiça social.

Sabemos que o desafio enfrentado nas águas é o mesmo que vivemos em terra firme. Cabe ao Governo, a este Governo, criar condições para que a sociedade pautе a economia e o desenvolvimento pelo princípio da justiça social, da democracia participativa e da solidariedade republicana, com direitos e deveres iguais para todos.

Meus amigos e minhas amigas, exatamente porque o desafio é imenso, não podemos destruir ou negligenciar o que nos é dado como trunfo. O desperdício do nosso potencial pesqueiro acentua o absurdo dos desequilíbrios que nos cercam.



Até meados dos anos 70, o peixe ainda era a segunda fonte de proteína no cardápio nacional. A fome cresceu, mas a multiplicação dos peixes não tem ocorrido em igual velocidade. Faltou planejamento, faltou Governo, faltou Estado, faltou atenção ao que é nosso – a começar pelas necessidades sociais.

Recuperar o tempo perdido, de qualquer forma, não redime o país da devastação predatória a que foi submetido.

A pesca e a aquicultura brasileiras devem ganhar escala, incorporando tecnologia, eficiência e criatividade no manejo produtivo. Embora as reservas oceânicas sejam imensas, elas não são inesgotáveis.

Esse é mais um motivo para que as fazendas de criação – ou seja, a aquicultura – sejam cada vez mais decisivas para equilibrar a oferta e a demanda de proteína sem saturar os recursos naturais.

A aquicultura já abastece 20% da oferta pesqueira mundial e não pára de crescer. No Brasil, como disse o companheiro Fritsch, ela também cresce a taxas espantosas de 25% ao ano. Mas a nossa produção ainda é muito pequena, menos de 300 mil toneladas ao ano. Há países, como a China, que produzem milhões de toneladas anuais.

Temos clima favorável. E um mar interno feito de reservatórios e açudes que somam mais de cinco milhões de hectares só nas bacias do Paraná e do São Francisco. Sistemas de manejo específicos podem conectar essas águas ao mercado pesqueiro em regiões carentes de proteína e emprego, como é o caso do nosso querido Nordeste. Não são miragens, são realidades palpáveis.

Este é o porto que buscamos: colocar as potencialidades do país a serviço da sociedade, numa rota de desenvolvimento sustentável.

É o que estamos fazendo hoje, ao anunciamos um conjunto de medidas para ampliar em 50% a produção da pesca e da aquicultura nacionais nos próximos três anos, o que permitirá elevar o consumo dos atuais 7 kg para 12



kg por habitante em 2006. E fazemos isso olhando tanto o humilde pescador artesanal quanto a moderna indústria pesqueira.

Para isso, decidimos destinar 1 bilhão e meio de reais do BNDES, oriundos do Fundo da Marinha Mercante, para a construção de embarcações adequadas à pesca oceânica. Essa frota é indispensável à captura em águas profundas nacionais, bem como ao exercício de nossos direitos legítimos de pesca no mar Antártico e no Atlântico Norte. Vamos destinar, inicialmente, 800 milhões de reais para ampliar e modernizar a pesca e a aquicultura no Norte e Nordeste, através de Acordo de Cooperação entre o Banco do Nordeste e o Banco da Amazônia, com aportes dos fundos constitucionais das respectivas regiões. Essa injeção de recursos, que poderá ser ampliada, é suficiente, desde já, para expandir em 20% a produção anual nordestina, incorporando-a ao esforço de combate à fome e geração de emprego e renda.

Na mesma direção – também o Fritsch já falou isso – estamos firmando convênios entre a FAO, a Fundação Banco do Brasil e a Codevasf para desenvolvimento da aquicultura no semi-árido.

Na Amazônia, esse Acordo de Cooperação permitirá não apenas ampliar a oferta pesqueira e a construção de embarcações, mas também emancipar pescadores artesanais submetidos à indigna dependência dos sistemas de aviamento.

Com esse foco no pescador artesanal, decidimos liberar R\$ 55 milhões para financiamentos do Pronaf/Pesca, bem como encaminhar projeto de lei, em regime de urgência, que reduz de três anos para 12 meses o tempo de carteira exigido para o acesso do pescador ao seguro-desemprego, nos períodos de defeso.

Finalmente, decidimos equalizar os preços do óleo diesel marítimo para a frota pesqueira nacional. Com essa medida vamos reduzir em 20%, em média, os preços de um item que representa quase a metade dos custos de produção. Abre-se espaço, assim, para uma oferta mais barata no varejo,



capaz de ampliar o consumo de produtos da pesca nacional. Se depender deste Governo, o Brasil vai ocupar uma posição de destaque no século 21 como grande produtor de proteína de baixo custo.

Muito trabalho e muito sucesso nas Conferências que hoje se iniciam, meu caro Fritsch. Um bom Plano Nacional de Aqüicultura e Pesca vai contribuir para transformar as muitas promessas de fartura, sempre adiadas, em vida digna compartilhada por todo o nosso povo. É esse, meu caro Fritsch, o porto onde nós queremos chegar e do qual eu falei no começo.

Muito obrigado e boa sorte aos pescadores do meu país.

/rss/cms



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na 11ª
Feira Nacional do Doce – Fenadoce**

Pelotas – RS, 17 de junho de 2003

Minha querida companheira Marisa Letícia da Silva,
Meu querido companheiro governador Germano Rigotto e sua esposa,
Cláudia Rigotto,
Meu companheiro Roberto Rodrigues, ministro da Agricultura, Pecuária
e Abastecimento,
Meu querido companheiro Olívio Dutra, ministro das Cidades,
Minha querida companheira Emília Fernandes, ministra da Secretaria
Especial de Política para as Mulheres,
Meu querido companheiro Gilberto Gil, ministro da Cultura,
Meu querido companheiro Tarso Genro, secretário Especial do Conselho
de Desenvolvimento Econômico e Social,
Meu querido governador Zeca do PT e sua companheira Gilda,
Meu caro Jorge Mattoso, presidente da Caixa Econômica Federal,
Meu querido Fernando Marrone e Míriam, prefeito e sua esposa,
Meu caro Jorge Laidano, presidente da FENADOCE,
Meu caro Fernando Estima, presidente do CDL,
Meus queridos alunos da Escola São Francisco,
Alunos surdo-mudos das escolas municipais de Pelotas,
Delegados do Orçamento Participativo de Pelotas,
Prefeitos aqui presentes,
Vereadores,
Secretários,
Assessores,
Mulheres e homens do nosso querido Rio Grande do Sul,



Eu, se me permitem, vou quebrar a regra do protocolo e vou levar esse microfone aqui para a frente, para ter uma conversa “tête-à-tête” com os meus companheiros desse imenso Brasil e desse grandioso estado do Rio Grande do Sul. Estado ao qual eu sou grato durante toda a minha vida política, porque, se dependesse dos rincões gaúchos eu, há muito tempo, já teria sido eleito Presidente da República.

Meu companheiro Rigotto, governador do estado do Rio Grande do Sul, pessoa com quem eu tenho trabalhado da forma mais harmônica possível, junto com os vários ministros de Estado que compõem minha equipe: o companheiro Miguel Rosseto, que não pôde vir hoje porque está numa reunião do CONSEA; o Olívio, o Tarso, a Emília, e a nossa companheira Dilma Rousseff, ministra de Minas e Energia.

O Rigotto pode ser testemunha de que a disputa eleitoral de 2002 ficou na agenda de 2002, porque agora nós fomos eleitos para trabalhar por esse Brasil e não há espaço para coisas menores.

Quero dizer a vocês que é uma alegria imensa estar aqui, porque é a sétima feira de agronegócios que eu visito este ano. Eu duvido, meu companheiro Roberto Rodrigues, que em algum momento da história do Brasil, um Presidente da República visitou, em apenas cinco meses, sete feiras de agronegócios neste país.

Isso porque é exatamente através do agronegócio que nós estamos dando uma demonstração ao Brasil, à América do Sul e ao mundo, de que este país recuperou sua auto-estima, e este país não vai pedir licença para ninguém, porque sabe o que quer e sabe como chegar onde quer.

Vocês sabem perfeitamente bem a situação em que encontramos o Brasil. E eu assumi um compromisso de que não iria, depois da minha vitória, ficar chorando aquilo que não tinha sido feito pelo meu antecessor. Eu disse, publicamente, quando fui eleito, que tenho quatro anos para dedicar o que



tenho de melhor da minha vida, da minha inteligência, para provar que um torneiro mecânico pode governar este país com muito mais sabedoria do que ele já foi governado em qualquer outro momento.

Os que, agora, com muita facilidade, criticam a política econômica, não tiveram coragem de criticar em dezembro. Porque, em dezembro, os mesmos que estão criticando agora tinham dúvidas de que nós seríamos capazes de levar o Brasil a sair do buraco em que o encontramos, em dezembro do ano passado.

Este país estava com quase 2.400 pontos de risco. Pela primeira vez, este país teve cortados os seus créditos internacionais para exportação. Isso nunca aconteceu nem no tempo do Ministro Dilson Funaro, quando decretou a moratória, em 86. Nós pegamos este país quando ele não tinha um dólar para financiar a nossa exportação. E havia quem dissesse: “O Lula não pode governar porque, imaginem, ele não fala inglês. Como é que ele vai governar?” Pois bem, bastaram cinco meses para a gente provar que a respeitabilidade de um país não se consegue falando inglês ou espanhol, mas com caráter, com ética e com projetos concretos que nós queremos para o nosso país.

E, hoje, eu duvido que, em algum momento da história do Brasil, este país tenha gozado da respeitabilidade que ele goza, hoje, em todos os países do mundo. Hoje o Brasil goza de respeitabilidade, de esperança, porque as pessoas estão convencidas de que somente nós seremos capazes de compatibilizar uma política de ajuste fiscal, que é necessário fazer, com uma política social intensa.

Acontece que, na vida, tem gente que tem pressa. Vocês todos já viram um jogo de futebol. Tem jogador que tem pressa, pega a bola, não olha para o lado, dá uma “bicuda” e não marca o gol. Tem outro que olha para o lado, vê um companheiro livre, passa a bola e marca o gol. Nós não temos tempo de dar “bicuda”. Nós queremos é marcar todos os gols que achamos que temos o direito de marcar neste país.



Muitas vezes, as pessoas plantam um pé de feijão e não querem esperar 90 dias. Se não esperarem, não comem. É preciso esperar. Um pé de feijão demora 90 dias; a soja demora 120 dias. Ou seja, não dá para a gente colher na hora em que a gente planta. Nós estamos há cinco meses no Governo e tem gente achando que nós já deveríamos ter feito o que os outros não fizeram em 40 anos.

A coisa que eu mais queria na minha vida, quando casei com a minha “galega”, era um filho. Ela engravidou logo no primeiro dia de casamento, porque pernambucano “não deixa por menos”. Pois bem, eu tive que esperar nove meses para nascer a criança. Depois que nasceu, eu tive que esperar quase um ano para ele falar “papai”, quase um ano para ele andar. E eu ficava sentado: “Anda, anda”. Ele não andava. Minha sogra, mais velha do que eu, mais experiente, colocava uma fralda embaixo do braço dele e ficava andando com ele para lá e para cá. Alguém tinha que ensinar.

O Brasil estava quebrado e alguém vai ter que salvar este país!

Depois da posse, muita gente dizia: “Não é possível fazer as reformas.” E eu não queria a reforma para mim, porque não sou especialista nem em reforma tributária, nem em previdenciária. Eu fui juntar as pessoas neste país. Parecia impossível, mas juntamos os 27 governadores de Estado, em três reuniões memoráveis, coisa que parecia impossível. O Rigotto estava presente quando governadores de outros partidos diziam: “Puxa vida, eu fiquei oito anos com o Fernando Henrique Cardoso e ele não conseguiu fazer isso.” Nós fizemos, porque eu aprendi, não na universidade, eu aprendi no chão da fábrica a negociar, a conversar com as pessoas, a respeitar as diferenças.

E fizemos o projeto de política tributária. É lógico que eu sabia que não ia contentar todo mundo. Se Oswaldo Cruz, no começo do século passado, criou a vacina contra a febre amarela para salvar a Humanidade e quando foi começar a aplica-la no Rio de Janeiro, quase o mataram, por que eu iria querer unanimidade? Eu não quero unanimidade. O que eu quero é bom senso nas



discussões das reformas, tanto da tributária quanto da previdenciária.

Eu não sou dono da verdade e ninguém, individualmente, é dono da verdade. A verdade é o resultado do nosso bom senso. Se a gente tiver a boca do tamanho do ouvido e o ouvido do tamanho da boca, para a gente escutar o mesmo tanto que a gente fala, a gente consegue fazer as coisas corretas. Eu estou convencido de que vou fazer as coisas corretas neste país.

Tem gente que não gosta, mas é normal. Nem todo mundo torce para o Grêmio, nem todo mundo torce para o Internacional, nem todo mundo torce para o time, aqui, de Pelotas, nem todo mundo é católico, nem todo mundo gosta do preto, do azul, do verde. Cada um gosta de uma coisa. Essa é que é a coisa extraordinária da democracia e do pluralismo: é cada um acreditar em uma coisa e estabelecer fóruns para discuti-las e aprová-los.

Eu, quando falo da Previdência Social, não quero prejudicar o intelectual. O que eu quero é aproveitar o máximo possível do potencial de inteligência que o intelectual tem para que fique trabalhando até os 60 ou 70 anos, e não se aposente com 53. Por que um cortador de cana tem que trabalhar até aos 60 anos para se aposentar? Por que o professor universitário se aposenta com 53? Se uma cortadora de cana se aposenta com 55, por que que uma procuradora do Estado tem que se aposentar com 47 anos?

Meu caro, neste país ninguém é maior ou menor do que ninguém. Nós somos iguais. E sempre há espaço e fórum para se discutir as coisas. E vamos discuti-los com bom senso, sem mentiras. Mas eu não posso aceitar que alguém neste país se aposente com 17 mil reais por mês, quando 40 milhões de pessoas não têm nem oportunidade de trabalhar. Aqueles que ganham menos neste país sabem que não vão perder, porque me conhecem, não depois de eleito, conhecem a minha trajetória de luta. Algumas pessoas pensam que me incomodo com apupos. Sabem quando é que tomei a maior vaia da minha vida? Quando fui fundar a CUT. Tinha gente que não queria fundar a CUT. Depois, quando fui fundar o PT. Eu ia aos debates, e as



pessoas, que achavam que o partido delas era o partido dos trabalhadores, me vaiavam.

Rigotto, eu comecei fazendo política no palanque do PMDB, lutando por liberdade democrática. Andamos o Brasil inteiro. O dia em que ousei falar: “vou criar um partido”, tomei uma vaia, da qual “nunca mais acordei”. Então, eu estou vacinado, porque eu sei que vou enfrentar muitas coisas neste país; e vou enfrentá-las com a mesma cabeça erguida e com a mesma paciência com que eu cheguei à Presidência da República, com a maior tranqüilidade, sem nenhum problema. Vamos fazer as reformas porque queremos este país crescendo.

Queremos fazer a reforma agrária – o Adão Preto deve estar aqui no nosso meio –, mas reforma agrária para mim, Adão Preto, não é jogar pobre das cidades no campo para eles continuarem pobres; é levar o pobre para conquistar a cidadania no campo, dar a eles financiamento, dar a eles condições de acesso à tecnologia, torná-los produtivos, organizá-los em cooperativas. É por isso, Adão, que você já está convidado.

Nós vamos lançar o maior plano de cooperativas de crédito da história deste país, porque nós queremos baixar os juros. Vamos criar todas as condições para que o povo tenha acesso ao dinheiro fora do próprio sistema financeiro, para não ter que pagar o que paga hoje: taxas escorchantes.

As coisas estão sendo digeridas com muito cuidado, porque às vezes a gente come depressa e fica com indigestão. Nós passamos seis meses arrumando a casa, conquistando a confiança, o que era necessário, construindo a base de apoio que era necessária para votar os projetos no Congresso Nacional. Agora, é época de começar a mostrar as mudanças que o país vai ter. Todo mundo sabe, quem é Governo – e aqui há muitos do governo – sabe que o primeiro ano é sempre mais difícil, porque você governa com base no planejado pelo anterior, não por você. Por melhor que seja, foi planejado por outro, não na sua lógica, na sua ótica, e é preciso dar



redirecionamento para isso. E como sou claro – como sou claro cada vez que converso com os meus filhos eu olho para vocês e me vejo olhando para os meus filhos –, eu prefiro dizer uma verdade dura para o meu povo, de que posso ou não fazer uma coisa, do que fazer o que faz uma parte da classe política, de vez em quando: mente descaradamente, sabendo que não pode cumprir aquilo que está prometendo.

A agricultura brasileira teve, este ano, com o Plano de Safra, o que ela jamais teve, com um dado importante: o dinheiro vai sair. A agricultura familiar, meus companheiros, este ano, vai ter 5 bilhões e 700 milhões. No ano passado teve 4, mas só foram liberados 2 bilhões. Nós estamos dando 5 bilhões e 700 milhões, e vamos liberar 5 bilhões e 700 milhões.

Eu sei que ainda falta. A minha obsessão é gerar empregos. Eu disse que é a “minha obsessão”, porque já fiquei desempregado. Sei o que é um chefe de família levantar todo dia às 5 horas da manhã, andar o dia inteiro e voltar para casa com a carteira no bolso, sem emprego. Eu sei o que é um marido chegar em casa, ver a mulher encostada na beira de um fogão, sem ter o que comer, com os filhos pedindo.

É por isso que o emprego é minha obsessão. Nós vamos fazer. Lógico que não dá para fazer num passe de mágica; se eu pudesse, eu criaria 50 milhões de empregos. Não posso.

Nós vamos reativar a economia, com muito cuidado, com passos certos. Porque a equipe que eu montei, eu duvido que em algum momento da história do Brasil já tenha sido montada outra igual. São pessoas oriundas do Movimento, são pessoas com experiência, são pessoas que vieram da área empresarial, da área sindical, da área intelectual, cada um com um compromisso histórico.

Nós vamos fazer o que tem que ser feito. Sabem por quê? Porque qualquer outro podia errar. Eu não posso. Qualquer outro que errasse e não desse certo, iria morar uns meses na França. Eu tenho que ficar em São



Bernardo, a 600 metros do Sindicato dos Metalúrgicos, de onde eu saí.

Nós sabemos o que tem que acontecer neste país, e vai acontecer: este país vai voltar a crescer, nós vamos gerar empregos; nós vamos fazer o que jamais foi feito para acabar com o analfabetismo; nós sabemos que os educadores brasileiros precisam ter seus salários corrigidos, porque é uma vergonha uma função tão importante ganhar tão pouco.

Agora, todo mundo sabe que toda vez que, na casa da gente, discutimos com a família sobre comprar uma geladeira, nós temos que dizer de onde vem o dinheiro. Dinheiro não vem do acaso, nós temos que construir. E, como o dinheiro vem do bolso do povo, é preciso que a gente discuta com seriedade como gastar esse dinheiro.

Por isso, meu companheiro Rigotto, você pode estar certo de que nós vamos fazer as reformas. Depois da reforma previdenciária e da reforma tributária, vai vir a reforma na estrutura sindical, para acabar com o peleguismo neste país. Tem muito “sindicato de carimbo” no Brasil, sindicato que virou aparelho. E o sindicato é um órgão de defesa dos interesses da classe trabalhadora. Eu estou falando isso e as pessoas sabem que eu sei do que estou falando. Vamos fazer a reforma trabalhista para adequar a relação trabalho e capital ao século XXI e não ao século XIX. Vamos fazer a reforma política para acabar com o político que troca de partido com a mesma facilidade com que troca de camisa.

Tudo isso vai ser feito. E vai ser feito com os passos bem pensados. Nada de forma excitada, sempre com muita tranquilidade. Cada passo vai ser dado pensado, discutido com os governadores, com prefeitos de capitais, com o Conselho de Desenvolvimento que o Tarso Genro tão bem coordena, com os ministros, com o movimento sindical, discutido com todo mundo.

Todo mundo vai ter o direito de se sentar à mesa e dizer: “Eu gostaria que fosse assim, eu gostaria que fosse assado.” E, aí, nós vamos chegar a um consenso. E este país, voltando a se respeitar, como está se respeitando, vai



poder voltar a ser motivo de orgulho para todos nós, como essa Fenadoce é motivo de orgulho para o Brasil e para o Estado do Rio Grande do Sul.

Muito obrigado meus companheiros. E vamos em frente, que ganharemos essa.

/mcpro/lrj/vpm



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião de Cúpula do Mercosul

Assunção – Paraguai, 18 de junho de 2003

Senhores Presidentes,

Desde o início de meu mandato – e antes mesmo que eu assumisse a Presidência – tenho dedicado atenção prioritária à plena realização do Mercosul. Ele é o núcleo em torno do qual pensamos que deva ser levada adiante a tão sonhada integração da América do Sul.

Nos primeiros meses de meu governo recebi, em Brasília, o ex-presidente Eduardo Duhalde e o atual presidente da Argentina, Néstor Kirchner; o presidente Jorge Batlle, do Uruguai, e o presidente eleito do Paraguai, Nicanor Duarte, cuja posse terei o imenso prazer em assistir, em 15 de agosto.

Antes de assumir minhas funções, pude encontrar-me com nosso anfitrião, o presidente González Macchi, e com os presidentes Ricardo Lagos, do Chile, e Sanchez de Lozada, da Bolívia, países associados ao Mercosul. Em mais de uma ocasião, reuni-me com o presidente Hugo Chávez, da Venezuela, que nos honra, aqui, com sua presença.

Antes do fim de agosto, terei tido o privilégio de haver realizado proveitosas reuniões de trabalho com todos os Presidentes da América do Sul. Todos esses encontros permitiram conversas fraternas sobre os problemas comuns que afetam nossas respectivas economias e sociedades. Constituíram oportunidade para discussão de idéias novas e para o encaminhamento de iniciativas concretas que já estão contribuindo para a recuperação dos fluxos de comércio e de investimentos entre nossos países.

Em todos os contatos que mantive com meus colegas Presidentes



constatei profunda coincidência de visões sobre a importância do Mercosul como projeto estratégico de integração regional e como instrumento indispensável para o desenvolvimento econômico e social de nossos países.

Venho a esta reunião com a firme convicção de que é possível retomar os passos necessários para consolidar o Mercosul como União Aduaneira, em que nossos produtos encontrem mercados sem restrições; e caminhar para a construção de um verdadeiro Mercado Comum, espaço ampliado de prosperidade para nossas populações.

Senhores Presidentes,

Os resultados das eleições presidenciais no Brasil, na Argentina e no Paraguai demonstram uma clara opção de nossas sociedades em favor do Mercosul. Em nossas campanhas eleitorais afirmamos que o Mercosul seria prioritário em nossos governos. Os eleitores aprovaram essa proposta. Está assim, em gestação, um novo ambiente político, muito mais propício à retomada dos esforços de integração regional.

Tem havido um diálogo cada vez mais fluido e próximo entre todas as esferas dos governos do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai. Do ponto de vista econômico, com a recuperação da credibilidade externa e interna da economia brasileira e a estabilização da Argentina, estão dadas as condições para a retomada do crescimento em toda a região. Vamos reverter o quadro recessivo enfrentado por nossos países, inclusive o Paraguai e Uruguai. Em particular, o comércio intra-regional está se recuperando aceleradamente e deve retomar, este ano, pelo menos os níveis de 2001.

Os governos dos países que integram o Mercosul têm trabalhado de forma mais determinada e coesa na construção de uma ampla agenda de negociações comerciais com terceiros países e blocos econômicos. Esse novo quadro evidencia atitudes políticas coincidentes, que se somam à inequívoca determinação do governo brasileiro em dar decidido impulso ao processo de integração do Mercosul.



Meus colegas Presidentes,

Proponho hoje que nos comprometamos com uma seqüência de passos para que os objetivos constantes do projeto original do Mercosul possam ser atingidos dentro dos prazos previamente estabelecidos. Vamos desenvolver um programa de trabalho com metas claras, com vistas à consolidação efetiva e completa da União Aduaneira até 2006. Esse programa tem de prever, ainda, elementos que criem bases sólidas para o Mercado Comum do Sul. É necessário ter presentes as diferenças entre as estruturas produtivas dos estados-partes. Devemos construir instrumentos adequados para superar as assimetrias com nossos sócios de economias menores. Esse é o firme compromisso que o Brasil quer aqui assumir.

O programa Objetivo 2006, apresentado nesta reunião e para cujo aperfeiçoamento conto com o apoio de todos os colegas, incorpora algumas tarefas prioritárias. A primeira delas – indispensável – é aperfeiçoar a Tarifa Externa Comum, elemento central da União Aduaneira. Nesse processo, precisaremos ter determinação e, sobretudo, flexibilidade.

Será fundamental para a construção final do espaço comum de produção, comércio e desenvolvimento, nossa capacidade de negociar os instrumentos de política comercial comum, tais como defesa comercial, incentivos, defesa da concorrência e compras governamentais.

Mas para recuperarmos o Mercosul, temos de ir além da discussão sobre os aspectos aduaneiros. É preciso dar prioridade à implementação de políticas que favorecem nossa integração produtiva. Entre essas políticas, quero destacar o Programa dos Foros de Competitividade das Cadeias Produtivas do Mercosul, que deve envolver não só grandes empresas, mas também aquelas de pequeno e médio porte.

No último dia 31 de março demos um passo concreto nessa direção, com a instalação do primeiro Foro Mercosul, dedicado à cadeia de madeiras e móveis. Outros setores industriais, agrícolas e de serviços serão objeto de



futuros foros. Ao mesmo tempo, sabemos que será necessário mobilizar os recursos financeiros para dar apoio ao processo de maior integração das cadeias produtivas dentro da região.

O Brasil já está tomando medidas para estimular parcerias no Mercosul, com a ampliação da participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o nosso BNDES. Estamos empenhados, de forma crescente e decidida, no esforço imprescindível de construir, em toda a América do Sul, uma infra-estrutura física capaz de dar carne e osso à nossa integração.

Pela ação conjunta do Mercosul, podemos mobilizar, ainda, maiores recursos junto aos organismos regionais para o desenvolvimento, como a Corporação Andina de Fomento, o Fonplata e o BID. Quero reiterar meu compromisso de valorizar o Convênio de Créditos Recíprocos (CCR) como instrumento fundamental de promoção do comércio entre os países da América do Sul, em especial os do Mercosul.

Senhores Presidentes,

O processo de construção do Mercado Comum não poderá ser obra, exclusivamente, dos governos e dos setores empresariais interessados nas vantagens da maior liberalização comercial na região. Na construção definitiva do Mercosul, é indispensável debate aberto, seja nos parlamentos, seja na sociedade. É fundamental, nesse sentido, a valorização do Foro Consultivo Econômico e Social, que reúne representantes de entidades empresariais, sindicais e de consumidores.

Temos que fazer um Mercosul democrático, participativo. É esse Mercosul que nossas populações querem. É esse Mercosul que defendemos em nossas campanhas eleitorais. Por isso, é necessário fortalecer também as agendas política, social e cultural do Mercosul, dar-lhe uma dimensão humana. Precisamos nos conhecer melhor, crescer juntos para garantir apoio duradouro ao processo de integração. Daremos importância à construção de instituições



comuns, de políticas sociais, de parcerias na área educacional e cultural dentro do bloco, para que possa florescer uma verdadeira identidade dos cidadãos de nossos países com o Mercosul.

Faltou ao Mercosul uma dimensão política, como se bastassem apenas fórmulas econômicas. É nesse quadro que se impõe a criação de um Parlamento do Mercosul, eleito pelo voto direto. Sei que não é uma coisa simples, mas é o momento dos países que compõem o Mercosul começarem a pensar nisso com muito carinho.

Temos que consolidar os avanços recentemente introduzidos pelo Protocolo de Olivos sobre solução de controvérsias e pela criação do Setor de Assessoria Técnica na Secretaria do Mercosul. Buscaremos implantar outros aperfeiçoamentos institucionais que preparem o Bloco para o funcionamento da União Aduaneira completa. Um passo nesse sentido é a transformação de nossas Declarações Permanentes junto à ALADI, em representações também para assuntos do Mercosul.

Outro passo é acelerar o processo de incorporação das decisões e normas, que aprovamos em reuniões, às legislações de nossos países. Desejamos estreitar a colaboração em projetos sociais entre os governos da região, em cujas sociedades a fome, pobreza e a deterioração social representam um problema comum.

Daí a proposta de criação do Instituto Social para conduzir a reflexão conjunta com vistas ao estabelecimento de metas e ações concretas em matéria de política social, nos países do Mercosul. Vamos apoiar o desenvolvimento do cooperativismo na região, tendo em conta a importância sócioeconômica dessas organizações nos níveis local e regional e o seu papel de agente de inclusão e coesão social.

Meus colegas Presidentes,

O Mercosul está no centro da estratégia brasileira de inserção no mundo. O Mercosul é parte desta América do Sul que desejamos ver



plenamente integrada e próspera. Nesse contexto, são fundamentais os acordos de livre comércio já existentes com a Bolívia e o Chile, e aquele em fase de conclusão com o Peru.

Destacaria, igualmente, o compromisso firmado em abril com a Venezuela, em Recife, e em maio com o Equador, em Brasília, no sentido de constituir, até o final de 2003, uma zona de livre comércio entre os países da Comunidade Andina e do Mercosul, com o propósito de estabelecer um espaço econômico integrado sul-americano. O Mercosul precisa ter a dimensão de toda a América do Sul. A nova América do Sul será criada pela conexão entre o Mercosul e a Comunidade Andina de Nações.

Por outro lado, os projetos de integração física, resultantes da iniciativa para a integração da Infra-Estrutura Regional da América do Sul – IIRSA – permitirão o aproveitamento efetivo das oportunidades abertas por estes acordos, além de representarem vetores de crescimento para as economias da região.

O fortalecimento interno do Mercosul é imprescindível para levar adiante as negociações com outros países e blocos. Será, assim, garantida uma presença influente da América do Sul no mundo.

No plano externo, é significativa a presença da Índia nesta reunião, país com o qual acabamos de celebrar um Acordo-Quadro que servirá de base para as negociações de preferências tarifárias, cuja conclusão está prevista para agosto deste ano. Com a África do Sul, também aqui representada, esperamos dar novo impulso aos entendimentos comerciais, conduzidos ao abrigo do Acordo-Quadro firmado em dezembro de 2000. Reforça-se o diálogo sul, com a presença, entre nós, desses dois importantes países.

A unidade do Mercosul é também fundamental para permitir a consistência de posições comuns, condição necessária para fortalecer a capacidade negociadora do bloco junto a outros parceiros comerciais, como a União Européia e os Estados Unidos.



Caros colegas,

Temos enormes desafios pela frente. O maior deles é trabalhar para transmitir a nossos povos a certeza de que o Mercosul lhes traz vantagens concretas e maior bem-estar. Por isso, vale a pena sua ampliação e consolidação. Não podemos permitir que o burocrático, o meramente técnico ou econômico se sobreponha ao êxito do mais importante projeto político-estratégico em que estamos engajados.

Nesta Cúpula, em que inauguro minha participação formal nos trabalhos do Grupo, quero deixar claro o meu comprometimento pessoal e o firme empenho do governo brasileiro pela retomada e revitalização do projeto original do Mercosul. A plena realização do “Objetivo 2006” requererá esforço, determinação e sabedoria política. Tenho certeza de que o Brasil cumprirá sua parte.

Senhores Presidentes,

A América do Sul vive um momento privilegiado. As graves crises que nossos países enfrentaram não abalaram as convicções democráticas de nossos povos. Elas estão hoje mais fortalecidas do que nunca. Nossa confiança e auto-estima são maiores. Temos, portanto, enormes responsabilidades. A principal delas talvez seja a de enfrentarmos unidos os desafios que temos diante de nós.

A unidade do Mercosul e da América do Sul nos permitirá retomar o crescimento, combater as desigualdades, promover a inclusão, aprofundar a democracia e garantir nossa presença soberana no mundo.

Eu quero dizer a todos os meus colegas Presidentes, aqui presentes, que, no que depender do Brasil, no que depender do meu governo e no que depender do meu esforço pessoal, o Mercosul vai definitivamente cumprir com os objetivos para os quais ele foi criado.

É importante apenas termos clareza de que o Mercosul não começou hoje. Muita coisa já foi feita. Certo ou errado, muita gente já participou de



trabalhos do Mercosul. Cabe a nós, que estamos vivendo esta nova fase da América do Sul e da América Latina, aprender com os erros cometidos no passado por governos anteriores, aperfeiçoar aquilo que está dando certo e trabalhar para que, no final dos nossos mandatos, a gente possa ter o Mercosul trabalhando em igualdade de condições com os grandes blocos econômicos, que existem no mundo hoje.

O mais importante é que, até o final dos nossos governos, nós possamos ter consolidado uma experiência do Mercosul político, ter experimentado uma profunda discussão sobre macroeconomia e ter criado um instrumento financeiro que seja o galvanizador da política de integração física de que o Mercosul e a América do Sul tanto precisam. Porque, sem a integração física, todos os protocolos que firmamos serão apenas mais protocolos. É preciso dar um passo adiante. Nós precisamos dar esse passo.

E vocês podem ter certeza de que, nesses quatro anos de mandato, além dos problemas que existem no Brasil, obviamente, dedicarei cada minuto de minha vida para consolidar o sonho da integração do Mercosul, da América do Sul e da América Latina.

Muito obrigado.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de lançamento do Plano Safra para a Agricultura Familiar
2003/2004**

Palácio do Planalto, 24 de junho de 2003

O companheiro Miguel Rossetto, quando falou – vocês pensam que ministro não fica emocionado, mas fica também –, esqueceu o número do telefone, que é muito importante. Exatamente para que a gente não permita que o dinheiro anunciado não saia, tem um número de telefone, que eu vou dar três segundos para vocês anotarem, e quem estiver em casa vendo: é 0800 787000. Este é o número do Pronaf para que, a partir do dia 15 de julho, como disse o Rossetto, os companheiros e as companheiras que tiverem dificuldade em ter acesso ao dinheiro, por favor não se façam de rogados, telefonem, briguem, xinguem, porque nós não queremos ver sobrar nenhum centavo do dinheiro anunciado para a agricultura familiar.

Não se impressionem com a quantidade de folhas, as letras são grandes.

O primeiro agradecimento, ao meu companheiro Miguel Rossetto e a todos os seus companheiros e companheiras do Ministério, que tiveram a capacidade de, junto com os ministros aqui citados por ele próprio, organizar, sem dúvida nenhuma, aquele que é o melhor plano de safra para a agricultura familiar já anunciado no nosso país. Eu sei que é pouco diante das necessidades, mas sei que é muito diante das possibilidades e do país que nós herdamos. E eu, Miguel Rossetto, quero dizer ao povo que está aqui, aos companheiros e companheiras trabalhadores, que sou testemunha da dedicação, do compromisso e da vontade que você estava de apresentar esse projeto.

Agradeço também ao companheiro Cássio Casseb Lima, presidente do



Banco do Brasil. O Banco do Brasil, para nós, é como se fosse um filho. Todos nós nos sentimos um pouco donos do Banco do Brasil. Mas o Banco do Brasil, com todo o nome extraordinário que tem, muitas vezes deixou a desejar no atendimento e no cumprimento daquilo que, politicamente, foi anunciado várias vezes, no Brasil.

Na primeira conversa que tive com o companheiro Cássio, saí satisfeito, porque vi no Cássio um companheiro capaz de fazer com que o Banco do Brasil pudesse anunciar e liberar os recursos que o governo promete para a agricultura e para outras atividades econômicas. Eu sei do empenho do companheiro Cássio. Eu antecipo o sucesso que esse cartão vai ter. Inclusive, quero dizer aos companheiros, o Roberto, de Ouro Preto do Oeste, à Rosana, de Sananduva e ao companheiro de Pernambuco: podem ter certeza de que esse dinheiro existe, esse dinheiro não é uma ficção, e não só o Banco do Brasil, mas o BNB e o BASA estarão à disposição para fazer esse dinheiro circular. Se esse dinheiro não circular no tempo certo, o Ciro já me disse: alguém “vai dançar”. Então, nós precisamos liberar, até porque credibilidade a gente ganha com gesto e não com discurso.

Quero cumprimentar minha querida companheira Marisa,

Meu companheiro José Alencar,

Nossa querida companheira Mariza, esposa do José Alencar,

Meu companheiro José Dirceu,

E quero dizer ao companheiro Cássio que eu vou fazer o primeiro teste, porque tenho uma grande propriedade de 14 mil metros, na beira da represa Billings e criava 17 cabritos. Quando fui eleito Presidente, fui obrigado a vender meus cabritos, porque senão iam morrer de fome. Eu imaginava viver vendendo queijo das minhas cabrinhas, mas não foi possível porque eu virei Presidente da República. Mas a Marisa, se quiser, pode entrar no Pronaf, o Pronaf Mulher, para aumentar a nossa propriedade. Mas aquele companheiro de Pernambuco, vá gostar de arame em outro lugar! Não sei se ele está me



ouvindo, mas ele sonha grande, porque ele está querendo, cada vez mais, comprar um pouquinho de arame para ir cercando.

Quero agradecer aos companheiros que participaram, de Olinda, de Petrolina, de Ouro Preto do Oeste e de Sananduva, porque foi uma novidade, Rossetto, eu não sei quem pensou isso tudo, mas foi uma grande novidade, essa, de colocar o povo para participar diretamente do lançamento aqui.

Eu quero parabenizar os ministros que estão aqui, o Dulci; a Marina; o Ciro; o Becker, que está substituindo o Palocci; o Jaques Wagner, do Trabalho; porque muito dinheiro que foi anunciado aqui é da pasta do Ministério do Trabalho. Estão aí fazendo festa com o dinheiro do Wagner. Mas também é um dinheiro do trabalhador, que é o dinheiro do FAT, portanto, é a solidariedade do campo e da cidade fazendo o dinheiro chegar onde deveria ter chegado.

A agricultura familiar precisa ser vista como um novo conceito. Houve um tempo em que se dizia assim: é preciso fixar o homem no campo; aí, eu aprendi com meu companheiro José Gomes da Silva, nosso saudoso José Gomes, que a gente não deveria utilizar a palavra “fixar”, porque quem gosta de ser fixado no campo é estaca, o homem e a mulher gostam de trabalhar no campo, mas gostam de ser livres para não ficarem afixados, presos em um único lugar.

E, a partir daí, começou a se discutir novos conceitos. Eu aprendi um na caravana da agricultura familiar, que é a utilização da multifuncionalidade da terra, você não sabe nem falar essa palavra, Tortelli: “multifuncionalidade da terra”. Mas isso significa o quê? Significa que quando nós pensamos em agricultura familiar, nós temos que pensar, primeiro, na ocupação soberana do território nacional; tem que ser pensada uma ocupação ordenada, planejada, para que as coisas dêem resultado; segundo, nós temos sempre que pensar na possibilidade de manter as pessoas na sua terra natal, ninguém muda porque quer, ninguém muda porque deseja mudar de Pernambuco para São Paulo, de São Paulo para a Bahia, da Bahia para o Rio de Janeiro.



As pessoas mudam procurando alguma coisa, procurando uma oportunidade. Se elas tiverem uma oportunidade na sua terra natal certamente é muito melhor viver perto da família, dos compadres, do que ficar apenas se comunicando por carta.

A terceira coisa é a geração de trabalho. A gente pensa muito na geração de empregos e muita gente diz que a agricultura familiar não gera um emprego formal – como estamos acostumados a conhecer, com carteira profissional assinada –, mas a agricultura familiar gera trabalho, porque ela mantém as pessoas no campo. Isso significa menos gente percorrendo o mundo à procura de oportunidades, à procura de escola, à procura de casa, à procura de empregos.

A quarta coisa é a melhoria da qualidade dos alimentos. Hoje tem uma predominância muito grande, no meio da agricultura familiar, da qualidade do produto que é plantado. Um produto sem nenhum pesticida, sem nenhum veneno tem maior preço no mercado, e as pessoas tratam, agora, de trabalhar com mais carinho o alimento que plantam.

E a outra, Marina, é a questão da preservação ambiental, que é o quinto componente dessa multifuncionalidade da nossa terra tão querida, que, se colocada em prática, a gente pode fazer com que a agricultura possa atender a todas essas cinco exigências. Ela pode fazer com que o país seja muito, mas muito melhor do que este que nós vivemos hoje.

Vocês estão lembrados – e eu faço questão de repetir sempre que posso –, eu que comecei o mandato dizendo: “primeiro nós vamos fazer o possível, depois vamos fazer o necessário e, quando a gente menos esperar, a gente vai estar fazendo o impossível”. Eu quero que vocês não esqueçam isso nunca, porque isso é uma coisa muito prática, e quem trabalha na agricultura sabe disso.

Ou seja, não adianta o sr. Teófilo plantar o seu pezinho de milho e querer que ele dê em três meses que não vai dar; ele vai ter que esperar quase



150 dias para o seu pezinho de milho dar. Não adianta plantar o seu feijãozinho e querer que nasça em 10 dias, não vai nascer, vai ter que esperar 90 dias para nascer, para ser bom, robusto, bonito. Assim é a política. As coisas não acontecem no tempo que a gente quer. Elas acontecem no tempo que a gente prepara para elas acontecerem. E nós estamos preparando, há seis meses, para que uma série de coisas aconteçam. Umas que já foram anunciadas, outras que estarão sendo anunciadas a partir desta semana. E o Pronaf para a agricultura familiar é uma coisa muito pensada, muito discutida, envolveu muito debate, envolveu muitos especialistas, envolveu muita gente discutindo o plano ideal dentro da nossa possibilidade. E saiu esse plano, eu não tenho dúvida nenhuma, que passará a balizar as próximas etapas das políticas agrícolas que formos fazer daqui para a frente, quando se tratar de agricultura familiar.

E falta, meu companheiro Manoel, falta, realmente, fazer a política de reforma agrária, que é um sonho, um desejo e um compromisso moral, político e ético da minha vida e do meu governo. Nós sabemos o tamanho do problema, sabemos os caminhos para a solução e sabemos o que vamos fazer.

Agora, em política, de vez em quando a gente ataca uma frente por vez, porque se atacar todas de uma vez você termina não executando bem nenhuma. Nós sabemos do compromisso desse governo com a reforma agrária, e vamos fazê-la, para fazer com que os assentamentos, não apenas os existentes, mas outros que forem acontecer neste país, se tornem efetivamente produtivos e sejam motivo de orgulho das famílias que forem assentadas. Que elas possam trabalhar com dignidade e decência, sustentar sua família e colocar, no mercado, produtos de boa qualidade para a sociedade.

Esse é um sonho e nós vamos realizá-lo. Vamos realizá-lo na medida em que cada etapa esteja sendo cumprida dentro da lógica e das possibilidades de que o governo dispõe. Vocês vão ver muita gente assentada, porque esse é um compromisso até pelo qual eu fui eleito. E isso nós vamos



fazer, com muita tranqüilidade.

Já pedi para o ministro Miguel Rossetto me apresentar um plano para a reforma agrária. O que não falta para o Miguel Rossetto é gente especialista, gente que conhece o assunto com muita profundidade. E nós vamos anunciar logo, logo, um programa de reforma agrária para o nosso país.

Sabemos que, depois de apresentar esse programa, virão outras coisas que nós precisamos fazer. Afinal de contas, nós temos muito, mas muito para fazer, ou seja, por mais que a gente faça, sempre haverá muita coisa por fazer. E como nós estamos com apenas cinco meses de governo, estamos tranqüilos, vamos fazer cada coisa que nós nos comprometemos durante tantos anos em que percorremos este país. Tem gente mais afobada, gente mais apressada, tem gente que gostaria que as coisas acontecessem fora de hora. Não acontecem.

Como eu tenho a responsabilidade de não errar, cada coisa será bem pensada. Se eu pensar bem e não tiver certeza, eu penso outra vez. Se eu pensar pela terceira vez, e não fizer, é porque não era bom. Ou seja, eu aprendi a contar até dez, apesar de só ter nove dedos, que é para não cometer erros. Um erro em qualquer outro governo é mais um erro. No nosso, não pode acontecer. Então nós vamos pensar. Cada coisa lançada aqui é pensada de forma muito meticulosa.

Esta semana nós vamos anunciar muitas coisas aqui, vamos anunciar microcrédito, cooperativas as famosas cooperativas tipo Luzzatti, que tanta gente reivindicou tanto tempo, nós vamos lançar.

No dia primeiro, o companheiro Jaques Wagner vai apresentar aqui o Primeiro Emprego, pensando, sobretudo, na juventude brasileira. E isso vai começar a mudar um pouco a cara do nosso país. Eu tenho um discurso aqui, eu não vou nem ler mais o meu discurso, porque eu iria repetir muitos números que o companheiro Miguel Rossetto citou, então, não tem sentido.

Eu queria chamar a atenção para algumas coisas novas. A primeira



coisa: o tempo do dinheiro. Há muito tempo não saía o crédito para o agricultor familiar no mês de julho. Muitas vezes, passava o tempo do plantio e ele não tinha acesso ao dinheiro. Agora, vai sair antes do plantio.

Segunda coisa: a inclusão da mulher trabalhadora. Esse é um fato, na minha opinião, excepcional, porque significa que se um companheiro que tenha seus 10 hectares de terra e quiser plantar 5 hectares de alguma coisa com o financiamento, a mulher dele pode ter um outro projeto para plantar uma outra coisa no restante da terra, podendo ela, também, conquistar a sua cidadania, e não ficar dependente apenas do projeto do marido.

A terceira coisa é a questão da possibilidade de crédito para a juventude. Eu, na caravana da agricultura familiar, tive a oportunidade de conviver com parte dos jovens mais extraordinários que eu conheci, companheiros de 18, 19, 20 anos, com uma vontade imensa de continuar trabalhando no campo, à espera de uma oportunidade. Essa linha de crédito, Miguel Rossetto, cai como uma dádiva de Deus para jovens que não precisam deixar o campo, precisam, isso sim, que o Estado lhes garanta crédito. Mais do que isso: que esses jovens aproveitem a sua juventude para estudar o máximo que puderem, para que possam ajudar suas famílias na própria agricultura.

Isso é uma coisa excepcional que nós estamos anunciando, e que eu acho que vai balizar, daqui para a frente, a questão dos créditos para outros setores da sociedade.

Nós sabemos que o Miguel também falou, *en passant* – você gostou do *en passant*, não é, Dulci? –, da questão de um setor da agricultura que não tinha direito a empréstimo, porque nem era agricultura familiar, nem era grande empresário, então ele não tinha acesso. É como no meio urbano, um trabalhador que ganha dois mil reais não consegue comprar uma casa porque a casa ou é feita para quem ganha mais ou é feita para quem ganha menos. Ele, que está no meio, intermediário, não consegue financiamento.

Na agricultura é a mesma coisa. Havia uma parcela de agricultores que



estavam entre a agricultura familiar e a empresarial e não tinha linha de crédito. Agora, vai haver uma linha de crédito para esses companheiros, para essas famílias continuarem produzindo no campo com maior tranquilidade e com a certeza de que o governo não vai deixar os produtores rurais na mão.

Nós já anunciamos em Buíque, no estado de Pernambuco, lá no semi-árido, a disposição do governo não só de financiar a agricultura no semi-árido, mas de comprar a safra, se, porventura, no mercado não houver um preço compatível com o valor da sua produção. Isso vai valer para outros segmentos da agricultura e eu penso que, assim, nós estamos dando mais um passo importante na construção do Brasil que todos nós queremos.

Eu só quero pedir a todos vocês que quando tiverem que reclamar, não deixem de reclamar. Eu sei que, muitas vezes, no governo, a gente não gosta de pessoas que reclamam, mas às vezes as pessoas que reclamam ajudam mais do que as que não reclamam, porque a reclamação faz a gente perceber se está certo ou se está errado.

Às vezes as pessoas reclamam sem nenhuma maldade, às vezes reclamam por má-fé, às vezes reclamam por falta de informação, às vezes reclamam porque querem reclamar, mas os ouvidos deste governo têm que estar preparados para receber aplausos e, também, não-aplausos, para receber pessoas que falam bem e pessoas que não falam bem. É assim que a gente vai construir essa democracia. É assim que a gente vai construir um novo país, que foi a razão pela qual vocês tanto trabalharam, para que esse momento acontecesse.

Eu quero terminar dizendo a todos vocês que podem ter certeza de uma coisa: nós vamos fazer neste país tudo o que puder ser feito para melhorar a vida do povo brasileiro, inclusive a reforma da Previdência e a reforma tributária. Tem gente que não gosta, mas é normal. Eu não espero que as pessoas gostem de tudo. Eu não gostei que o Brasil perdesse ontem, fosse desclassificado. Mas estou digerindo isso com a maior seriedade. Nós



queremos fazer com que haja mais justiça no país. E fazer mais justiça no país é fazer todas as reformas que temos que fazer: a política, a sindical, a trabalhista, a previdenciária, a agrária e tantas outras reformas que vão se apresentar para nós. E nós vamos fazê-las com muita tranquilidade.

As pessoas que fazem parte do nosso governo apanharam muito antes de chegar aqui. E eu acho que, pelo fato de termos apanhado muito, todos nós nos calejamos, amadurecemos no momento certo para fazer as mudanças de que o Brasil precisa.

E podem ficar certos de que, a partir do lançamento desse Pronaf para a agricultura familiar, nós vamos nos encontrar aqui, quem sabe ano que vem, para anunciar um novo plano. E aí nós vamos querer ouvir de vocês se valeu a pena, se melhorou ou não melhorou a agricultura familiar. Por enquanto é intenção do governo, do Cássio, do Miguel Rossetto, que apresentaram aqui os planos e o dinheiro. Esse dinheiro tem que sair. Ao sair, ele tem que comprar semente, tem que ajudar vocês a plantarem, tem que permitir que vocês adubem essa terra, reguem essa terra e depois tenham a colheita. Nessa colheita o governo vai estar de olho, porque não vamos deixar, como aconteceu em Caçador, com o companheiro que veio aqui. Eu fui visitar a casa dele, ele plantou tomate, deu bastante tomate. Incentivaram para que ele plantasse mais, ele plantou mais, caiu o preço, e ele teve que vender o caminhão para poder pagar as despesas que tinha feito. Nós precisamos tomar muito cuidado para que isso não aconteça, nós temos que estar vigilantes, porque o nosso objetivo é ajudar e não atrapalhar.

Meus companheiros, muito obrigado, boa sorte a todos vocês, boa sorte às mulheres agricultoras do nosso país, aos trabalhadores rurais deste país. E boa sorte ao companheiro Miguel Rossetto, ao Cássio, aos companheiros do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Eu espero que aqueles que conheçam o que é a agricultura familiar nos ajudem a fiscalizar, para sabermos se agora vai funcionar de verdade esse novo plano para a agricultura familiar.



Muito obrigado e boa sorte.



**Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no anúncio à imprensa da convocação extraordinária do Congresso Nacional
Palácio do Planalto, 25 de junho de 2003**

Ontem, eu conversei com o presidente José Sarney e o presidente João Paulo Cunha, para que nós pudéssemos fazer um anúncio público da convocação extraordinária do Congresso Nacional, que o governo pretende fazer para o mês de julho.

Acho que todos os senadores e deputados e toda a sociedade brasileira têm clareza da importância e da urgência com que o Brasil espera que nós façamos as reformas e que, ao mesmo tempo, votemos os projetos de lei de interesse da sociedade.

Eu acredito que o mês de julho é um mês em que a gente pode fazer avançar em muito as reformas e as leis mais importantes que estão tramitando no Congresso Nacional.

Até o dia 30, o presidente Sarney, o presidente João Paulo e o governo irão definir a pauta, já apresentada pelas lideranças, para que possamos, então, anunciar o ato de convocação extraordinária do Congresso Nacional.

Quero agradecer, de pronto, ao presidente João Paulo e ao presidente José Sarney, porque eles entenderam a importância de nós não perdermos um mês na votação das reformas. Se nós conseguirmos trabalhar bem no mês de julho, certamente poderemos chegar ao final do ano com as reformas aprovadas, e aí teremos que começar a discutir outras reformas que são tão importantes quanto essas que estão no Congresso Nacional. Acho que todos vocês têm consciência do que representa a reforma sindical, a reforma trabalhista, a reforma política. E eu acho que todos os partidos políticos e todos os líderes terão um imenso prazer de, terminando as reformas tributária e previdenciária, começar um novo ciclo de votação.



Mas eu quero aproveitar este ato, não apenas para comunicar a convocação extraordinária do Congresso Nacional no mês de julho, mas também para dizer ao presidente João Paulo e ao presidente José Sarney, aos meus companheiros de governo e aos deputados e senadores aqui presentes que eu, particularmente, fui pego de surpresa hoje com uma manchete no jornal, dizendo que nem o Congresso Nacional impediria as reformas.

Eu vou me dar ao luxo de ler o texto original da minha fala ontem, na CNI, para que não parem dúvidas a respeito do que eu falei. Eu estava me dirigindo a uma freira que tinha recebido um prêmio pelo curso que ela fez no SENAI. E eu dizia o seguinte: “E eu, Irmã, estou com a senhora quando diz que a gente não pode nunca deixar de crescer. Eu, a cada dia que passa, a cada dificuldade, me sinto o brasileiro mais otimista que este país já teve. Nada, podem ficar certos, vai nos impedir – não tem chuva, não tem geada, não tem terremoto, não tem cara feia, não tem nem o Congresso Nacional, não tem o Poder Judiciário –, só Deus será capaz de impedir que a gente faça este país ocupar um lugar de destaque que ele nunca deveria ter deixado de ocupar.” Apenas para lembrar que, em nenhum momento, eu falei de reformas no Congresso Nacional.

Em segundo lugar, João Paulo, eu já dei demonstrações inequívocas, durante esses seis meses de governo, não apenas do respeito, mas da relação que o governo quer e precisa ter com o Congresso Nacional. Se eu não acreditasse nas instituições, eu não teria fundado um partido político, eu não teria sido candidato a Presidente da República e não estaria Presidente da República; não teria ido ao Congresso Nacional, como eu fui, duas vezes, depois da posse. E não estaria tentando um esforço imenso na relação Poder Executivo/Poder Legislativo, para que as coisas possam andar da melhor forma possível, e para que possamos fazer as coisas acontecerem no nosso país.

Eu acho importante aproveitar este momento para dizer ao Presidente da Câmara e ao Presidente do Senado que eles podem transmitir aos



deputados e aos senadores que, em nenhum momento, passou pela cabeça do Presidente da República qualquer ofensa ao Congresso Nacional ou ao Poder Judiciário. Em alguns momentos nós temos sido ofendidos e, mesmo assim, eu tenho me pautado pela cautela de não responder, porque eu aprendi, desde pequeno, com a minha mãe: “quando um não quer, dois não brigam”. E acho que o momento é de fazermos com que as coisas aconteçam da melhor forma possível

Eu espero que vocês dois, Presidente do Senado e Presidente da Câmara, tenham toda a sorte do mundo em convencer todos os partidos políticos e todos os parlamentares a comparecerem maciçamente no mês de julho, para que a gente possa mostrar ao Brasil que as reformas não são só do interesse do Presidente da República. As reformas são, hoje, uma necessidade da sociedade brasileira, para que possamos retomar o crescimento da economia, para que o país volte a crescer e para que possamos gerar os empregos que todos nós queremos criar, para que nunca mais a gente veja o que aconteceu no Rio de Janeiro, naquela fila em que as pessoas, para arrumarem um emprego de gari, foram quase massacradas.

Esse é o objetivo e esse objetivo só será cumprido se os poderes brasileiros estiverem convencidos de que isso não é conquista de um homem ou de um partido político, isso deve ser uma conquista da sociedade, e essa conquista será representada pelo Congresso Nacional, pelo Senado e pela Câmara. Por isso, eu só posso desejar a vocês dois boa sorte. E se houver algum deputado ou senador que tenha se sentido ofendido, João Paulo e José Sarney, eu estarei à disposição para conversar com eles quantas vezes for necessário, porque nada é pior em política do que o equívoco ou as pessoas interpretarem tudo pelas manchetes dos jornais.

Eu, como conheço muito bem como funciona o noticiário, quero dizer que o que eu disse está escrito, com todas as letras: que jamais me passou pela cabeça qualquer ofensa a qualquer poder deste país.



Dito isso, eu acho que você, João Paulo, e José Sarney, têm a palavra para falar aos líderes e à imprensa.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento do 2º Congresso Brasileiro de Agribusiness

Palácio Itamaraty, 25 de junho de 2003

Quero começar cumprimentando o nosso querido companheiro, ministro em exercício das Relações Exteriores, Samuel Pinheiro Guimarães Neto, que cedeu estas instalações para a ABAG se reunir. Eu estava dizendo para o Roberto Rodrigues que a ABAG está muito chique, utilizando o Itamaraty. Isto aqui, nem o Presidente da República consegue utilizar quando quer. De vez em quando, eles fazem uma concessão e me convidam para alguma atividade.

Quero cumprimentar o meu companheiro Roberto Rodrigues, ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento,

O Carlos Locatelli, presidente da ABAG,

O embaixador Waldemar Carneiro Leão, diretor-geral do Departamento Econômico do Ministério das Relações Exteriores,

Os homens de negócios que participam deste 2º Congresso da ABAG,

Eu quero começar dizendo a vocês que estou orgulhoso do agronegócio brasileiro. Eu sei que durante muito tempo existiu entre nós, possivelmente, da minha parte e da parte de vocês, muitos preconceitos ou muitas descrenças em relação ao que pudesse acontecer no Brasil.

Eu sempre digo que às vezes a gente gosta muito de uma pessoa sem conhece-la e, quando a conhece, desgosta. E, muitas vezes, a gente não gosta de uma pessoa sem conhecê-la e, quando a conhece, gosta. E eu sei que durante muito tempo houve uma certa preocupação com o futuro que nós pudéssemos oferecer ao agronegócio brasileiro.

Eu quero contar um caso para vocês. Eu, agora, estou mais cuidadoso porque quando a pessoa vira Presidente da República, qualquer coisa que se



fala, se falar brincadeira, vira manchete no jornal no dia seguinte. Mas se falar coisa séria, não sai.

Quando eu conheci a minha esposa, eu a pedi em casamento – ela era viúva e a ex-sogra dela tinha muitos ciúmes, porque ela passou a ser uma espécie de “filha” do casal, dos pais do marido dela. Quando eu a convidei para casar, a “intimei” a casar, depois de cinco meses de namoro, a “ciumeira” e o ressentimento do casal foram muito grandes. Eles não aceitavam, não sabiam se eu ia cuidar bem da nora dos sonhos deles, aquele negócio todo.

Eu casei, a Marisa ficou grávida do meu filho Fábio e, para acabar com a animosidade, eu chamei a sogra da minha mulher para ser madrinha do meu primeiro filho, que era para demonstrar o grau de confiança e de credibilidade que eu tinha.

E fiz o mesmo com vocês. Quando fui eleito Presidente da República, falei: vou convidar alguém que ninguém do setor tenha qualquer suspeição da sua ligação, credibilidade e competência em relação ao agronegócio. Por isso eu chamei o meu companheiro Roberto Rodrigues para ser o ministro da Agricultura. Pelo grau de competência que ele tem, pela relação que tem com vocês, com alguns, segundo ele me dizia à mesa, há mais de 30 anos. Ele estava até achando que já está velho porque conhece todos vocês, e alguns até de apelido.

E o Roberto veio num momento excepcional de um governo, que são os primeiros meses, e deu o toque de harmonia que nós precisávamos para acabar com qualquer suspeição na relação entre o governo e o setor de agronegócios neste país.

Com alguns setores nós já tínhamos uma relação mais antiga. E isso é importante, porque esse setor, já há algum tempo, vem ganhando destaque nas discussões econômicas do nosso país, vem ganhando destaque toda vez que nós discutimos a necessidade de aumentar o nosso comércio exterior e toda vez que a gente discute avanços tecnológicos.



Isso é extremamente gratificante, porque nós não queremos parar onde estamos. Nós não queremos nos contentar com o patamar que já atingimos, porque temos condições de ir muito mais longe do que fomos até agora.

Foi por isso que nós tratamos com um carinho excepcional o lançamento do Plano Safra 2003/2004. E, aí, diga-se de passagem, outra vez o companheiro Roberto se dedicou dias e dias no sentido de convencer a totalidade do governo da importância, não só de liberarmos a quantia que foi anunciada, mas de fazer com que esse dinheiro chegue no momento certo e não depois que passou o tempo de plantio.

E isso faz com que aumente a nossa responsabilidade. Eu quero que os congressistas que estão participando deste 2º Congresso da ABAG tenham a certeza absoluta de que nós não vamos parar por aqui. Se depender do governo, a gente está muito mais ousado, muito mais ambicioso, acreditando e precisando de vocês mais do que em qualquer outro momento da nossa história.

O Roberto teve a oportunidade de presenciar a reunião que nós tivemos com o presidente Bush, onde nós fizemos questão de deixar claro que, em se tratando de agricultura, embora respeitemos todo e qualquer país e todo e qualquer setor que dispute conosco, conquistamos a maioria e não queremos ficar pedindo licença aos outros para que mostremos a nossa competência, a nossa capacidade produtiva e a nossa capacidade, inclusive, de ganhar mercado, se a disputa for, efetivamente, livre, e se tivermos igualdade nessa disputa.

Penso que aquilo que parecia impossível pode começar a mudar muito antes do que a gente imagina. Eu, há muito tempo, acompanho pela imprensa brigas homéricas de empresários brasileiros, do governo brasileiro, do ministro Roberto, do Itamaraty, com a União Européia, para que ela pare com os subsídios, para que a gente possa competir com os Estados Unidos.

Eu penso que, se toda vez que a gente quiser negociar, a gente ficar



pedindo licença para entrar àqueles que competem conosco, nós nunca vamos conseguir.

O que nós precisamos, na verdade, é mostrar que temos alternativas para fazer negócios, apesar deles. Sem perder de vista, em nenhum momento o que representa para nós a União Européia e o que representam para nós os Estados Unidos. Nós sabemos a importância que têm. Mas nós sabemos, também, que há mercados excepcionais no mundo que foram pouco prospectados, ainda, pelo nosso país.

É por isso que quando eu trouxe o Roberto Rodrigues para o Ministério da Agricultura e o Luiz Furlan para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, eu disse para os dois: “A função de vocês é fazer prospecção em grande profundidade, para ganharmos até da Petrobrás.”

Ou seja, nós temos que procurar novos horizontes, nós temos que procurar novos parceiros. Eu até utilizava, com eles, a idéia dos “ministros mascates”, ou seja, os companheiros que têm que viajar pelo mundo, mostrando o que nós temos.

Normalmente se tem uma visão do Brasil de país de Terceiro Mundo, pobre, que tem índio, que tem gente pobre, que tem carnaval, que tem futebol. É verdade que nós temos tudo isso. Mas é verdade, também, que nós temos outras coisas para vender: nós temos indústrias, temos agricultura, temos um extraordinário rebanho bovino, temos tecnologia. O que precisamos é vender as coisas boas que a gente tem.

E, aí, nós tomamos uma decisão: primeiro, vamos arrumar o nosso quintal. Vamos garantir o financiamento para a agricultura brasileira. Fizemos o Plano Safra, muitos de vocês participaram. Ontem, anunciamos o Plano Safra para a Agricultura Familiar. Tratamos de conversar com todos os Presidentes da América do Sul.

Em seis meses, conversamos com todos os Presidentes dos países da América do Sul e com alguns outros da América Latina, no sentido de dizer:



essa história da integração da América do Sul, que durante séculos foi utilizada de forma sentimental, para mostrar que nós éramos internacionalistas, parou. Não vai mais haver essa relação sentimental. Vamos fazer com que essa relação seja prática, objetiva, concisa, concreta. E para que a gente tenha a integração que a gente sonha é preciso integração física, é preciso que haja estradas; que haja pontes; que haja ferrovias; que haja vôos, para que os homens de negócios daqui possam ir fazer negócios lá e os de lá venham fazer negócios aqui. Se nós esperarmos que um Presidente de um país vá a Miami para vir ao Brasil ou sair da África e ir a Paris para vir ao Brasil, eles farão negócios lá e não precisarão vir para o Brasil.

Nós, que temos interesses, é que temos que criar as condições para que essa integração se dê de forma muito objetiva. É por isso que, no encontro de Cuzco, no Peru, nós propusemos – e vamos discutir com todas as instituições financeiras disponíveis no mundo – a constituição de um fundo para infraestrutura, que sirva à integração da América do Sul. Quando isso acontecer, a gente vai perceber que todos nós deixaremos de ser pobres, ou seja, seremos menos pobres e começaremos a conquistar mais espaço e mais respeito internacional.

E, aí, tomamos a segunda decisão: a África está próxima de nós; temos também um potencial de relações com a África, se imaginarmos a distância que nos separa. Entretanto, vejam o absurdo: um país com 500 mil habitantes, como Cabo Verde, tem um vôo semanal para o Brasil e nós não temos nenhum vôo para nenhum país africano. Como é que podemos continuar falando em integração se não cuidamos de fazer com que a integração aconteça?

É por isso que, no mês de agosto, nós vamos fazer uma viagem a cinco países da África, dentre eles, a África do Sul, que tem potencial de negócios com o Brasil. O Brasil precisa abrir novas fronteiras, porque não é preciso apenas vender produtos agrícolas ou comprar alguns produtos, mas saber que tipo de negócio os investidores brasileiros, dos mais diferentes campos, podem



ter nessa região, porque, se não formos ousados e não tivermos uma política mais ativa, outros terão.

Depois, tomamos a terceira decisão importante: nós vamos para o Oriente Médio. Nós vamos tentar ocupar um espaço que deveríamos estar ocupando, há muito tempo, no mundo árabe. E vamos, em dezembro, fazer uma grande viagem. Já estiveram lá o ministro Celso Amorim, o Roberto Rodrigues e o Furlan. E eu vou, em dezembro, visitar cinco países, com uma idéia de, um dia, fazer uma feira brasileira no Oriente Médio, para mostrar o que a gente tem e para convencê-los a gastar um pouco dos dólares advindos do petróleo, aqui, no nosso país. Queremos mostrar que temos coisas para vender para eles e que também podemos comprar coisas deles.

Mas, mais importante: nós fomos a Evian. E, num encontro com os países que compõem o G-8, mais doze países convidados, eu tive a oportunidade de ser um dos Presidentes que puderam fazer uso da palavra. E eu disse a eles que Brasil, China, Rússia, Índia, Argélia e África do Sul, mais o México, só para citar alguns países, não precisariam esperar um convite do G-8 para se reunirem. Nós temos população, temos mercado potencial, temos tecnologia; temos, portanto, que estabelecer uma relação em que possamos atender, de forma complementar, às nossas necessidades, tanto de venda quanto de compra.

E vamos, também, se Deus quiser, até o meio do ano que vem, estabelecer reuniões de governo para governo, porque não é mais aquela reunião de um Presidente da República com outro Presidente da República. É reunião de governo para governo. É o presidente Lula, com os seus ministros, e o Presidente do outro país, com seus ministros, para que, depois, a gente volte e os nossos ministros continuem fazendo os negócios que nós precisamos.

Essa é uma parte que está trabalhada, eu diria, de forma muito sensata, muito harmônica e muito sólida pelo governo, no campo do agronegócio,



liderado pelo companheiro Roberto Rodrigues.

E nós vamos mais longe. Eu tenho clareza de que nós temos que ter sonhos maiores para o Brasil. O pessoal do açúcar, do álcool, que passou tanto tempo aí “cai não cai”, “quebra não quebra”. Houve um tempo em que era até feio conversar com usineiro, porque era sinônimo de “coisa não muito boa”. Nós nunca tivemos vergonha de ter relação com usineiros – e quem é de São Paulo sabe disso –, nós sempre acreditamos que um país que tinha desenvolvido a tecnologia que o Brasil desenvolveu não poderia abdicar dessa tecnologia de uma matriz energética renovável como o álcool; portanto, nós teríamos que não apenas aumentar a produção, mas brigar para que a indústria automobilística brasileira começasse a produzir carros a álcool, o que já aconteceu e pode acontecer novamente.

Mas vejam o mercado extraordinário que se apresenta para nós. Imaginem vocês o mercado que se abre para o Brasil, se todos os países desenvolvidos do mundo resolverem cumprir, até 2008, o Protocolo de Kioto e tiverem que colocar 10% de álcool nos seus carros. Teremos um Brasil competitivo, porque se os Estados Unidos quiserem competir conosco, produzindo álcool à base de milho, nós não temos porque nos assustar, nós temos como ganhar.

Mas essas coisas não acontecem apenas porque nós produzimos. É preciso que a gente seja ousado na venda dos nossos produtos. É preciso que a gente diga: nós existimos. Se o Japão, sozinho, utilizasse 10% de álcool nos carros que todos os japoneses têm, nós teríamos que vender 50% do que produzimos, só para o Japão. Então, imaginem o potencial que nós temos. E isso vale para todos os produtos.

Eu não desejo o mal para ninguém. Mas acho que, de vez em quando, o que acontece de mau para uns é bom para outros, como agora, por exemplo, nós nunca tivemos a oportunidade fantástica que estamos tendo de colocar a nossa carne no mercado estrangeiro, sobretudo, nos países ricos. Nunca.



Agora, é preciso que a gente capriche, é preciso que a gente invista em tecnologia, é preciso que a gente melhore a qualidade dos nossos produtos, porque eu acho que a exigência não é má em si. A exigência é um bem, porque faz com que tenhamos que investir em tecnologia. Fico feliz e satisfeito que a ABAG tenha tomado como decisão, enquanto iniciativa privada, acreditar no papel que o agronegócio pode ter, investindo em tecnologia.

E por falar em investir em tecnologia, eu queria dizer ao Lovatelli que, quando nós tomamos posse, nem bem tínhamos aprendido ainda o caminho para o gabinete do Presidente ou dos ministros, fomos pegos de surpresa com o problema sério, que era – num país onde era proibido plantar transgênicos – nós termos mais ou menos cinco milhões de toneladas de soja transgênica produzida no Brasil, numa demonstração de que tinha havido um descaso, não só em fazer cumprir a lei, mas em fazer a discussão séria e serena que é preciso fazer sobre esta questão do transgênico.

E sabe meu companheiro Roberto que nós fizemos uma reunião, e mandamos uma Medida Provisória, não tão tranqüila, mas necessária, para que pudéssemos comercializar aqueles cinco milhões de toneladas de soja.

Pois bem, ao mesmo tempo, nós montamos um grupo de trabalho para discutir, não por interesses eminentemente econômicos ou eminentemente ideológicos, contra ou a favor, 8 ou 80. Determinamos que nós vamos ter que fazer nos próximos três meses, o mais competentemente que pudermos, um debate científico, para que, com a decisão científica, possamos tomar uma decisão política sobre que modelo nosso país vai adotar. Acontece que nem sempre as coisas foram tratadas com a seriedade que o Brasil precisaria que fossem tratadas. Muitas vezes, neste país, as pessoas fingiam que faziam, outras fingiam que acreditavam e o Brasil ia sendo tocado para a frente.

Está aqui um companheiro uruguaio, nosso companheiro duas vezes prefeito de Montevideú, candidato a Presidente da República do Uruguai. Nós temos dito ao mundo: “Nós, do Brasil, como o país mais importante da América



do Sul, como a maior economia, temos que ter generosidade para com os países menores na sua relação comercial.” Nós precisamos ajudar a quem precisa de nós, porque, em algum momento, nós iremos precisar de ajuda.

Queremos fazer isso como nunca foi feito na história deste país, porque o Brasil, por ser grande, por ser o maior país, as pessoas sempre entenderam que ele tinha que liderar. Liderança não se impõe. Liderança se conquista. E não se conquista liderança com arrogância, com prepotência. Isso é ditadura. Liderança se conquista com muita humildade, com muita tranquilidade e, necessariamente, nem sempre o maior é o líder. Às vezes, é o mais competente. Às vezes, é o mais inteligente. Às vezes, é o mais humilde. Às vezes, é o menos pretensioso.

Possivelmente nós tenhamos criado, na América do Sul, as mais importantes condições para as relações internacionais, porque, depois de todas as reuniões que fiz, ninguém disputa liderança, ninguém quer ter hegemonia. Nós queremos ter parcerias.

E vocês, como comerciantes, como empresários, sabem que não podem sufocar nem o concorrente de vocês e nem o comprador de vocês. É preciso que a gente os mantenha funcionando bem, para que a relação se torne cada vez mais harmônica.

É assim, meu caro Lovatelli, que queremos tratar com os companheiros do agronegócio neste país. Nós já tratamos, neste ano, eu diria, bem. Agora, vou dedicar uma parte do meu tempo para discutir um outro assunto, não menos importante, que é a questão da reforma agrária.

Passei a campanha inteira dizendo que nós vamos fazer uma reforma agrária tranqüila e pacífica. E vamos, agora, dedicar um espaço muito importante para cuidar dessa outra parte da sociedade brasileira, que precisa também da ação e da compreensão do governo.

Um dia, eu disse ao companheiro Roberto e a um grupo de produtores que estava com ele: “Roberto, nós precisamos fazer novas experiências. Não



podemos continuar tratando a reforma agrária como se tratava no século XIX. Nós precisamos imaginar que estamos no século XXI. A forma de produção no campo, hoje, é diferente, tem tecnologia. Ou seja, a reforma agrária não pressupõe que a gente pegue um camponês e o coloque numa área para ele plantar apenas milho, mandioca e viver da cultura de subsistência. Nós precisamos levar tecnologia para essa gente. Eles têm que produzir, eles têm que aprender que é importante conquistar e ganhar um pouco de dinheiro, para ter acesso a bens materiais, porque o Brasil precisa disso.”

E nós vamos fazer. Com o mesmo carinho que nós cuidamos da agricultura brasileira, nós, agora, vamos dedicar um tempo para cuidar da questão da reforma agrária, porque esse é um tema que, se não cuidarmos, pode ficar muito delicado. Em política, tudo que se demora a cuidar fica mais problemático e nós não temos tempo para ter problemas.

O Brasil está vivendo, provavelmente, um dos momentos mais importantes da sua história. A chance que se abriu para o Brasil nesses últimos meses é algo que muitas pessoas – que escreveram artigos, textos, prefácios de livros ou os livros – não imaginavam que pudesse acontecer. E nós não vamos permitir que haja um retrocesso. Nós vamos avançar, porque o Brasil precisa disso.

Muito obrigado e boa sorte a todos vocês.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de anúncio de medidas na área econômica para pequenos tomadores de crédito, empresários e sindicatos

Palácio do Planalto, 25 de junho de 2003

Depois da fala do ministro Palocci, achei que eu tinha mais coisas para assinar aqui.

Meus companheiros de governo,

Meu companheiro Antônio Palocci,

Companheiro José Dirceu,

Companheiro Jacques Wagner, ministro do Trabalho,

Roberto Rodrigues, ministro da Agricultura,

Márcio Fortes, ministro interino do Ministério do Desenvolvimento,

Meu caro companheiro Luiz Dulci, secretário-geral da Presidência da República,

Meus companheiros Carlos Lessa, presidente do BNDES,

Cássio Casseb, presidente do Banco do Brasil,

Jorge Mattoso, presidente da Caixa Econômica Federal,

Meus amigos interessados em cooperativas e minhas amigas interessadas em cooperativas,

Meu caro Nelson Pellegrini, líder do PT na Câmara dos Deputados,

Prefeitos aqui presentes, estou vendo o companheiro Marcelo Deda,

Nós estamos, com esse anúncio, realizando um compromisso. Quero só lembrar às pessoas interessadas no debate sobre cooperativas que eu participei, durante a campanha, de um congresso de cooperativas no Guarujá, em São Paulo, e grande parte das coisas que estamos anunciando, hoje, foram compromissos assumidos naquele instante. Se não apresentamos antes, não



foi por negligência, foi pelo tempo necessário, para fazer o debate e apresentar a proposta madura. Quero lembrar que, além dos companheiros da área econômica, dos Presidentes das nossas instituições financeiras, nós temos um ministro, também, fanático por cooperativas, que é o nosso companheiro Roberto Rodrigues, ministro da Agricultura.

O Brasil precisa de mais crédito e, de preferência, mais barato.

Estamos hoje tomando medidas que vão democratizar o acesso ao crédito neste país e contribuir para a redução do custo do dinheiro. Trata-se de um passo decisivo para estender a milhões de brasileiros o direito de financiar a compra de um bem ou produzir e gerar renda por conta própria. Livre do sacrifício de ter que cortar gasto com alimentação, por exemplo, para adquirir um bem de maior valor.

Democratizar o crédito é, também, uma questão de cidadania. No Brasil ele falta justamente para quem não dá calote. Justamente para o pobre que compra e paga em dia, que não desvia dinheiro, que não remete para fora, que não tem conta em paraíso fiscal, que honra sua dívida. E o faz porque sabe que ter o nome limpo na praça é o seu patrimônio mais valioso. Talvez o único para muita gente no Brasil.

A exclusão brasileira tem muitas faces. Por isso requer a abertura de múltiplas vias de ingresso para ser revertida. E uma das características dessa sociedade desigual, que exhibe uma das piores concentrações de renda do Planeta, é que sua população está dividida entre dois pólos: uma minoria que transita com desenvoltura pelo mercado financeiro e uma imensa maioria que sequer possui conta em banco.

Dados da Caixa Econômica Federal indicam que cerca de 25 milhões de brasileiros e brasileiras não têm acesso bancário. Ou seja, dezenas de milhões de jovens e adultos não possuem qualquer vínculo com o sistema financeiro, tornando-se, assim, excluídos de antemão de políticas de crédito ou financiamentos mais baratos.



Mas não é só: hoje, no Brasil, não é apenas o dinheiro do pobre, as necessidades do pobre que circulam à margem do mercado. Temos mais de 1.600 municípios sem atendimento bancário. E outros 1.400 com apenas uma agência. Significa dizer que quase 60% da rede urbana deste país está esquecida, excluída de eventuais políticas de desenvolvimento que passem pela democratização do crédito e do financiamento da produção.

E por incrível que pareça, na recente privatização das instituições financeiras do setor público – sempre em nome da eficiência –, ninguém pensou em incluir uma cláusula de eficiência que incorporasse ao mercado os cidadãos e os municípios exilados dentro de sua própria terra. Felizmente, estamos revertendo essa longa lista de esquecimentos.

Vamos facilitar o acesso bancário a milhões de pessoas sem condições de arcar com taxas e tarifas. Vamos simplificar a abertura de contas, sem burocracia, sem exigências de renda e de cadastros. E não se trata apenas da comodidade de usar um serviço, mas também de ter acesso a um crédito – ainda que pequeno, mas que para milhões de brasileiros pode representar um passo gigantesco. A democratização financeira que perseguimos vai mais além.

Queremos também fortalecer o cooperativismo na economia. E o elo que faltava para fechar a cadeia e tornar o cooperativismo brasileiro um parceiro forte na reestruturação do modelo de desenvolvimento era, justamente, a ponta do crédito.

Portanto, este é um anúncio especial para ampliar nossa plataforma de financiamento da economia.

Talvez nenhum outro instrumento possa agir de forma tão profunda para demarcar a prioridade social deste Governo do que a consolidação de um sistema de crédito cooperativo amplo, forte e eficiente entre nós. Um sistema assim permitirá, simultaneamente, ampliar o crédito e baixar seu custo, contribuindo para superar essa situação anômala de *spreads* tão altos.



Em diversos países do mundo o microcrédito e o crédito cooperativo já desempenham esse papel estratégico de regulação democrática do mercado e difusão do desenvolvimento. Na Alemanha representam 20% do sistema financeiro. Na Espanha participam com 45% do crédito. Na Itália somam 28% da movimentação financeira. E nos Estados Unidos reúnem mais de 80 milhões de associados com ativos de 480 bilhões de dólares.

No Brasil, embora em expansão, o crédito cooperativo ainda está limitado a 1,5% das operações. Essa, sem dúvida, é uma das causas dos juros altíssimos praticados entre nós. Mas eles já começaram a cair. E vão baixar mais. Com responsabilidade, mas também com mudanças estruturais e duradouras no sistema financeiro nacional, para que ele passe a servir a todos.

É para isso que estamos anunciando aqui um conjunto de medidas de fortalecimento do cooperativismo, bem como de ampliação do microcrédito e do financiamento para micro e pequenas empresas.

Eis os principais pontos:

Autorização para que os bancos simplifiquem a abertura de contas especiais para a população de baixa renda. Essas contas serão movimentadas por cartão magnético e contarão com isenção de tarifas em até doze operações. A Caixa Econômica Federal, por exemplo, já opera o programa *Caixa Aqui*, registrando 10 mil novos correntistas por dia.

Dois: o mesmo cartão magnético da Conta Especial Simplificada poderá servir também para a liberação de benefícios dos programas sociais do governo, bem como para acesso a operações microfinanceiras.

Decidimos ainda criar um Banco de Microfinanças, subsidiário do Banco do Brasil, para disseminar o microcrédito e outras operações junto à população de baixa renda, mediadas pela rede de correspondentes bancários, de modo a multiplicar o acesso aos recursos.

Também decidimos estimular os bancos a concederem empréstimos no valor de 200 a 600 reais, a juros de 2% ao mês – com recursos definidos pelo



governo –, para titulares de contas simplificadas e outros segmentos de baixa renda.

Para fortalecer a rede de acesso ao microcrédito, decidimos também enviar ao Congresso projeto de lei com normas que simplifiquem e barateiem cobranças judiciais de dívidas de pequeno valor pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (as OSCIPs), bem como pelas Sociedades de Crédito ao Microempreendedor.

Anunciamos, ainda, medidas no âmbito do Banco do Brasil, para facilitar o financiamento de bens duráveis à população de baixa renda, submetida muitas vezes a taxas de crediário abusivas, que dobram ou triplicam o valor do produto adquirido.

Para isso, encaminhamos providências que visam criar uma empresa administradora de consórcios, vinculada ao Banco do Brasil. A ampliação da concorrência nesse segmento estratégico do consumo pode alcançar 7 milhões de clientes, com 125 mil operações já no primeiro ano.

Com a mesma ênfase, orientamos os bancos públicos a expandirem sua atuação no fornecimento de capital de giro às micro, pequenas e médias empresas, com redução expressiva de taxas, como já deve ocorrer a partir de agora, com diversas linhas do Banco do Brasil.

Orientamos, também, o BNDES e ele já está direcionando parcela crescente de recursos para as microempresas e instituições que trabalham com o microcrédito destinado a cidadãos empreendedores.

Para o desenvolvimento do cooperativismo de crédito determinamos liberar o funcionamento de cooperativas abertas de crédito, com livre admissão de sócios, para captação e empréstimo, em municípios com população de até 100 mil habitantes, o que abrange 95% da rede urbana brasileira. A mesma autorização vale para municípios com até 750 mil habitantes, desde que para conversão de cooperativas já consolidadas ao novo modelo desvinculado de requisitos corporativos.



Para assegurar a saúde e a solidez financeira do sistema cooperativo, determinamos a filiação obrigatória dessas novas instituições a uma cooperativa central, com existência mínima de três anos e capital variável, de acordo com a região do país.

Temos objetivos claros. Por isso escolhemos o caminho do crédito cooperativo e do microcrédito para romper a muralha financeira que transformava milhões de brasileiros em seres invisíveis, sem lugar no presente e sem acesso ao futuro.

O que anunciamos hoje, aqui, tem um destino certo: aprofundar a democracia social e econômica, começando pelos setores mais frágeis. Estamos retomando o acesso ao crédito para o desenvolvimento brasileiro.

Eu só quero lembrar a todos os brasileiros e brasileiras que devem estar felizes com o anúncio do microcrédito e das cooperativas, que o fato de nós estarmos anunciando, aqui, não significa que amanhã a gente já tenha um sistema, como tem na Alemanha, nos Estados Unidos ou na Itália. O que nós estamos fazendo, na verdade, depois da decisão do governo, é desafiar a sociedade brasileira a agir quase como se fosse num sistema de auto-gestão coletiva do financiamento para o povo brasileiro.

Quando nós anunciamos a liberação de 200 a 600 reais, certamente parece muito pouco para quem pode tomar alguns milhões emprestados num banco. Mas eu tive a oportunidade, Palocci, de ir ao estado do Acre, ver o empréstimo de 525 reais feito para um seringueiro. Esse seringueiro não apenas agradeceu ao governador, mas disse-lhe que, com esse dinheiro, poderia se embrenhar na mata e voltar seis meses depois para vender os seus produtos, porque o dinheiro era suficiente até para comprar um burrico, para que ele pudesse transitar com desenvoltura na selva amazônica.

Seiscentos ou duzentos reais parece pouco para quem tem muito. Mas para uma mulher ou um homem que precisa ir a uma loja comprar um aparelho simples para sua casa, e tem que pagar 330% de juros a uma financeira,



significa que 2% ao mês são quase que uma revolução do *spread* para o financiamento das pessoas mais pobres neste país.

Esse plano é como uma criança: nasceu. Agora é preciso fazê-la andar. E para fazer uma criança andar, todo mundo aqui tem idade para saber a dedicação e o compromisso que temos que ter, para fazer valer o que nós estamos anunciando. Eu acho que a bola está em campo. Cada um de nós, agora, tem que assumir o papel do ministro da Fazenda, o papel do Presidente do Banco do Brasil, o papel da Caixa Econômica Federal, o papel de cada ministro e o papel do Presidente da República e dizer: nós temos tanta responsabilidade quanto o governo para que essa iniciativa se torne realidade, para que essa iniciativa possa permitir que, daqui a algum tempo, a gente volte para um ato e vocês digam: “Presidente Lula, ministro Palocci, Presidente do Banco do Brasil, Presidente da Caixa Econômica Federal, Presidente do BNDES, nós já utilizamos o dinheiro que vocês liberaram em apenas poucos meses, precisamos de muito mais dinheiro, porque tem muito mais gente querendo crédito a juros mais baratos no nosso país”.

Muito obrigado, companheiros, e eu espero que esse anúncio possa, efetivamente, contribuir para aquilo que o ministro Palocci disse, para que os juros possam baixar, de verdade, para o povo brasileiro e para a parte mais pobre da população.

Boa sorte!



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
abertura do 4º Congresso de Metalúrgicos do ABC**

**Sede do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – São Bernardo do Campo-
SP, 26 de junho de 2003**

Toda vez que a gente vê um filme em que passam muitas histórias, em que a gente vê muitos companheiros, sentimos, de um lado, a alegria de estar encontrando companheiros que, há 30 anos, estão juntos conosco mas, de outro lado, a gente tem a certeza de que está ficando velho e que a velhice é implacável.

Meu companheiro Feijó,
Meu companheiro Marinho,
Meu companheiro Meneghelli,
Meu companheiro Guiba,
Minha querida companheira Maria Inês,
Companheiro Felipe,
Companheiro Osvaldo,
Companheiro Josa Mileno,
Companheiro Tarcísio,
Companheira Marisa,
Companheira Nézia,
Companheira Tia,
Companheira Maria Carla,
Companheiro Melo.

Não vou falar mais nomes aqui, porque a gente também pode esquecer, não é, Gonçalo? Se começar a falar muitos nomes aqui, a gente começa a esquecer, companheiro Natal.



Vocês sabem que estar aqui é sempre um encontro com a história. Eu sempre falo que este sindicato aqui foi a razão de muitas coisas que aconteceram no Brasil. Possivelmente muita gente daqui, da categoria, aliás, muita gente que lutou, não tenha a dimensão disso, porque às vezes não tem tempo de discutir, de estudar, de fazer reflexão, e não avalia os gestos que nós fizemos ao longo desses últimos 30 anos, que repercutiram neste país.

E eu não tenho nenhuma preocupação de dizer que este sindicato foi o motor, a mola propulsora do processo de mudanças que aconteceram neste país. Nós mudamos o movimento sindical brasileiro, mudamos a qualidade da política neste país, aprendemos a fazer democracia e a exercitá-la, e aprendemos uma coisa importante: que nós poderíamos chegar lá. Porque hoje é fácil. Mas eu me lembro quando, aqui, neste salão, há 30 anos, dizíamos: um dia a classe trabalhadora vai chegar ao poder. Aquilo parecia um sonho tão distante, inatingível. Muita gente falava: esses meninos do ABC são malucos.

E eu sempre pensava: um cara que teve a paciência de aturar o Damasceno, como eu, durante 20 anos – durante 20 anos o Damasceno saía da Volkswagen para me encher os pacotes, aqui neste sindicato, e eu, democraticamente, convivia com ele –, tinha consciência da importância da categoria.

E estou aqui, hoje, Feijó, Vicentinho, Guiba, Marinho, Meneghelli, muito mais tranquilo do que eu estava em 1975, quando assumi a Presidência deste sindicato. Por que mais tranquilo, se eu estou com muito mais responsabilidades? Se eu estou com uma carga muito maior nas costas para carregar? Por que eu estou mais tranquilo? Porque estou mais consciente, estou mais maduro, estou mais calejado.

Eu cheguei à Presidência do sindicato quase por acaso. E eu sou Presidente da República porque briguei muito para chegar onde cheguei hoje. Não foi por acaso. Então, eu estou mais tranquilo porque estou exercitando uma função que eu queria exercer.



Aqui há companheiros, alguns já com menos cabelos do que eu, que se lembram daquela cena em que eu apareço chorando na tela – aliás, não é nenhuma novidade eu aparecer chorando, quando estou aqui neste sindicato –, mas aquela foi uma assembléia e um momento histórico desta categoria.

Nós tínhamos sido cassados por 59 dias na greve de 79. Nós terminamos com a greve porque entendíamos que o acordo era correto, aliás, um dos melhores que nós já fizemos nesta categoria. A categoria não queria aprovar o acordo e eu a induzi a aceitá-lo, propondo um voto de confiança em mim, e não na proposta que estava sendo votada. A categoria aceitou me dar o voto de confiança, mas voltou para a fábrica como jamais eu vi uma categoria voltar: como um filho quando a gente diz que ele não vai a um lugar.

Quem é pai e mãe aqui sabe, quando a gente diz para um filho: “você não vai a tal lugar ou você não vai ganhar”, ele vira as costas para a gente e entra bufando, bate a porta, se tranca, e fica resmungando o dia inteiro. Vocês fizeram isso comigo, vocês aceitaram a idéia de voltar a trabalhar, mas voltaram para a fábrica irados comigo, nervosos. Aliás, me chamavam de traidor. Eu não esqueço porque essas coisas a gente não esquece e eu, graças a Deus, tenho memória boa.

Eu me lembro que nós levamos um ano para recuperar a confiança de vocês. Tinha gente que dizia que nós nunca mais iríamos conseguir organizar a categoria e, em 80, nós conseguimos fazer uma greve ainda maior do que a greve que fizemos em 79. E eu fico imaginando como a vida ensina a gente. Na greve de 79, nós ganhamos parte das coisas que queríamos e a categoria se sentiu derrotada.

Na greve de 80, nós não ganhamos nada e a categoria se sentiu vitoriosa. Isso demonstrou o quê? Que a luta da classe trabalhadora não é uma luta eminentemente economicista. Não vivemos para lutar apenas por 10% de aumento de salário; vivemos para lutar por isso, mas também por outros valores que significam melhorar a qualidade de vida de cada um de nós, o



nosso espaço democrático, o nosso espaço cultural, o nosso espaço de moradia, o nosso espaço de escola, e isso foi a grande lição que eu tive em 1980.

Imaginem vocês a dificuldade que tivemos, quando nós imaginamos criar o PT. Porque até então eu era unanimidade no movimento sindical brasileiro. Eu era convidado por todos os partidos políticos para fazer palestras. Quando eu inventei de criar o PT, os convites começaram a diminuir. Na verdade, as pessoas não queriam lutar por liberdade de organização partidária, porque as pessoas não queriam que nós existíssemos.

Naquele momento, falar que os trabalhadores iriam criar um partido era quase uma violência. Ninguém entendia isso porque não tinha hábito, não tinha cultura; o trabalhador, até então, era coadjuvante, era assistente; no máximo, ia a um comício, bater palmas para quem estivesse falando. Então, aparece um grupo de malucos no ABC e diz: vamos criar um partido dos trabalhadores – e a gente nem falava partido dos trabalhadores, porque nós aprendemos a comer o “s”, como eu nunca vi na vida.

A gente falava “Partido dos Trabalhador”, que era mais charmoso, mais forte, mais gostoso. E nós chegamos aqui; eu fico orgulhoso de ver tantos companheiros que começaram, alguns antes de mim, como a nossa companheira Maria Carla, e outras companheiras que já estavam aqui. O companheiro Laércio já era velho na Volkswagen Caminhão quando eu vim para cá.

Muitos já estavam aqui antes de mim, outros morreram, como o companheiro Afonso, que não viu o que aconteceu nesses últimos anos. E eu sempre dizia: a minha vontade de chegar ao governo é para provar que eu tenho capacidade de fazer aquilo que eu reivindico para os outros fazerem. Eu disse isso em 1982, quando fui candidato ao governo do estado de São Paulo, e me perguntaram: “por que o senhor quer ser candidato a governador?” E eu disse: porque eu quero ver se consigo fazer o que eu fico brigando para eles



fazerem por nós.

Parece pouco, mas é muito, é muito a gente querer provar se tem competência de fazer as coisas em que acredita, porque você está desafiando a si mesmo enquanto ser humano, e está desafiando outros seres humanos a partilharem com você essa responsabilidade. E é por isso que eu uso sempre a família como exemplo, porque todo mundo tem uma experiência de família, não tem um único ser vivo no planeta Terra que não tenha uma experiência de família.

Como, às vezes, nem todo mundo entende palavras difíceis, eu prefiro utilizar coisas do dia-a-dia, que nós dizemos. E é por isso que sempre trato a arte de governar como a arte de criar uma família. Parece fácil criar uma família, mas o mundo está cheio de irresponsáveis, homens ou mulheres que não conseguem criar uma família. Está cheio de gente que não consegue cuidar da educação correta dos filhos, que não consegue fazer o mínimo necessário que todos nós deveríamos fazer e muitas vezes não fazemos.

Então, o desafio de governar é exatamente esse, é a gente poder fazer as coisas simples com a precisão que a sociedade precisa, fazer com que o Estado esteja a serviço da comunidade e não a serviço de uma minoria, como historicamente sempre esteve no nosso país. Tudo isso não é fácil de ser construído, é muito mais fácil falar, e aqui eu estou vendo muita gente boa de discurso.

Quando vocês namoravam, o sujeito contava para vocês: “eu faço isso, eu faço aquilo, vamos fazer aquilo e tal”. Vocês casaram e o “isso” ou “aquilo” não era tanto quanto se queria, muita gente não teve a casa de praia que sonhou, não teve o carro que sonhou.

Veja, companheiro Marinho, que eu – não como Presidente da República, mas como sócio benemérito, com direito a votar na Diretoria deste sindicato –, com muito orgulho, vejo você assumir a Presidência da CUT, que já foi presidida pelo companheiro Meneghelli e pelo companheiro Vicentinho.



Quero dizer uma coisa para vocês, já que o tema é discutir liberdade e autonomia sindical. Aqui temos algumas pessoas que faziam oposição a mim em 1978, que são meus amigos, porque eu nunca consegui diferenciar um companheiro que não concordava comigo de um que concordava, na relação pessoal, na relação humana.

Este sindicato exercitou a democracia até as suas últimas conseqüências. Se tem uma coisa de que ninguém pode se queixar é de que, em algum momento da história deste sindicato, ele tenha deixado de exercitar a democracia até as suas últimas conseqüências. Há companheiros que se confundem com o significado da democracia. Há companheiros que acham que democracia é a minoria se sobrepor à maioria. Tem gente que acha que se entre 100 pessoas houver cinco votos de um lado e 95 do outro, os cinco é que têm razão. Eles podem até ter razão no futuro mas, naquele momento, a democracia é a prevalência da vontade e da decisão dos 95, se tiver sido garantido a todos participar.

Eu estou dizendo isso, Marinho, para dizer que, como Presidente da República, tenho um orgulho imenso de ter ajudado a criar esta central sindical, de ter tomado a maior via da minha vida exatamente no dia do congresso da Praia Grande, quanto a gente criou a CUT, porque tinha muita gente que não queria que criássemos a CUT.

Estou muito orgulhoso em dizer, na frente dos principais dirigentes sindicais deste país: vocês nunca ouvirão da minha boca um pedido de subserviência do movimento sindical aos atos do Presidente da República. Nunca. O que vocês ouvirão da minha boca é o convite, é o chamamento para repartirmos a responsabilidade pelas coisas boas e pelas coisas ruins que acontecerem neste país, participando, de forma igual, na discussão, desde a elaboração do Orçamento da União até a destinação dos recursos para o conjunto das coisas que nós precisamos fazer no Brasil. Para isso vocês serão convidados. Serão convidados através do Conselho de Desenvolvimento



Econômico e Social, como dirigentes sindicais da CUT, como meus amigos, assim como outras centrais também serão convidadas. No começo da minha carreira política neste sindicato, a pergunta que os jornalistas me faziam era a seguinte: “Lula, do que que você tem mais medo na vida?” E eu dizia: “De mentir para a categoria que eu represento.”

E por que eu dizia isso? Porque, para mim, política exige uma relação de confiança. Em política, um olho no olho vale mais do que um documento escrito. Política, para mim, a gente faz por telepatia. É isso, uma relação de confiabilidade, de sinceridade. E política e sinceridade não significam que a gente é amigo quando diz sim; a gente é amigo quando diz não. Muitas vezes, um pai é muito melhor para um filho quando diz não do que quando diz sim. Um não, dito com verdade, é muito mais frutífero do que um sim dito com mentira, para enganar, para ganhar tempo. E isso não faz parte do meu cotidiano, nem da minha vida política e nem da minha vida pessoal. É essa a relação que eu quero ter com a sociedade brasileira, com os trabalhadores, com os desempregados, com os empresários, pequenos, grandes e médios. É a relação direta, de olhar nos olhos, da conversa franca, do sim ou do não verdadeiro, sempre tendo em mente que nós precisamos utilizar todo o potencial que o Estado tem para fazer políticas que favoreçam a parte mais pobre da população, aquela que está excluída do processo de desenvolvimento do país.

Mas, também, é preciso lembrar que as coisas têm tempo para acontecer. Eu me lembro de quando fiquei parado 11 meses, em 1975. Quando você fica parado é uma desgraça, porque você vai perdendo amigos. As pessoas pensam que você vai pedir dinheiro emprestado. E quando você fica desempregado, vai fazendo dívidas. E depois que você arruma emprego, o que você recebe não dá para pagar um terço do que deve. E você é obrigado a dizer: “Companheiro, não dá, espera mais um mês”. Se a gente não tiver uma relação boa, a gente vai perdendo a amizade por conta disso e, muitas vezes,



o que está devendo não tem coragem de enfrentar e dizer: “Eu não posso lhe pagar”. E começa a correr. Não tem coisa pior do que você ir cobrar de uma pessoa que corre.

Como Presidente da República não esqueço a maioria das coisas que eu falei neste sindicato, das coisas em que eu acreditava e que, aos poucos, nós fomos construindo. Não esqueço os compromissos que eu assumi durante a campanha. Fui eleito para cumpri-las e vou cumpri-las, nas etapas necessárias, com a tranqüilidade necessária, porque não vou perder a tranqüilidade.

Se alguém pensa que vai me deixar nervoso, não vai. Eu demorei muito para chegar lá, cheguei lá não em nome pessoal, mas em nome de uma causa, em nome de uma parcela do povo brasileiro que acreditou, que nunca me pediu um favor para votar em mim, e disse: “Vai lá e faça o que tem que ser feito”. E eu cheguei lá e vou fazer o que tem que ser feito neste país.

Outro dia eu disse em um debate: “Esperem que o mês de julho será o mês do espetáculo do crescimento”. E eu estou convencido de que esse mês é o mês em que vamos começar a fazer as coisas que devemos fazer.

E por que não fizemos antes? Porque não podíamos fazer antes. Quem tem responsabilidade e quem faz política, com “P maiúsculo”, sabe, como disse o companheiro Palocci, que este país estava na UTI quando nós ganhamos as eleições. Havia muita gente dizendo até mesmo que nós não teríamos competência para tocar este barco para a frente. É porque elas não nos conheciam, não sabiam o que nós já tínhamos feito. E nós conseguimos.

Hoje eu posso dizer para vocês: a perspectiva de inflação de 40% que nós tínhamos em janeiro, companheiro Feijó, não existe mais. A nossa perspectiva agora é trabalhar com uma inflação de 5,5% para o próximo ano.

Quando nós ganhamos e tomamos posse, não havia um dólar para financiar as nossas exportações, porque este país não tinha confiabilidade lá fora, e não faltavam os preconceituosos para dizer: “Esse Lula não vai



conseguir fazer nada porque ele não fala nem inglês, como é que ele vai conseguir as coisas lá fora?” Pois bem, nós não estamos nem com seis meses de Governo, e eu posso olhar para cada companheiro metalúrgico aqui e dizer: nunca, na história deste país, nós tivemos a credibilidade internacional que nós temos agora, com apenas cinco meses de Governo.

E isso está acontecendo pela grandeza da sociedade de não cobrar o que ela sabia que não podia cobrar; pela competência de uma equipe de Governo, e não de um homem, que foi fazendo as coisas do modo que poderia fazer, no tempo em que poderia fazer. E nós já começamos a fazer coisas importantes para esta categoria, inclusive, ontem nós aprovamos a criação de uma empresa para financiar consórcio, através do Banco do Brasil, para ver se conseguimos resolver parte dos problemas do setor automotivo deste país.

Estamos discutindo a criação de uma “moderfrota” para ver se conseguimos a renovação da frota de caminhões. Queremos financiar caminhões para os motoristas autônomos, para que possamos tirar caminhões com 25 ou 30 anos da rua, facilitando para que aquele que tem um caminhão velho possa comprar um novo.

Anteontem nós anunciamos o maior plano de safra que a agricultura familiar brasileira já ouviu ser anunciado; 5 bilhões e 400 milhões de reais para a agricultura, que no ano passado recebeu apenas 2 bilhões. Com uma vantagem, porque, pela primeira vez na vida deste país, o financiamento da agricultura familiar não é apenas para o homem, o chefe de família.

Se um homem e uma mulher trabalham no campo e têm 20 hectares, o homem pode pedir um empréstimo para financiar cinco hectares de arroz e a sua mulher pode pedir um outro empréstimo para financiar cinco de feijão. E se tiverem um filho trabalhando, e ele tiver um projeto para produzir outra coisa, há financiamento também para o filho, para que se possa fazer com que o dinheiro comece a circular neste país. Isso não é pouca coisa.

Quando falamos nesse investimento é preciso levar em conta que um



simples pé de feijão demora 90 dias para nascer. Ao plantá-lo, não se colhe logo o que se plantou. É preciso ter paciência para esperar, tem que irrigar. Um pé de milho leva quase 150 dias para produzir. Então, é como um filho: entre a gravidez e o nascimento correm nove meses. Não adianta ficar querendo mais rápido. E isso nós vamos fazer. Vamos fazer com a certeza de que este país não pode retroceder. E vocês vão participar, companheiros, porque nós queremos fazer a coisa partilhada. Resolvido esse problema agora, vamos lançar, no dia 30, o programa Primeiro Emprego. E eu espero que a CUT esteja presente.

Lançaremos a proposta do Primeiro Emprego para ver ser conseguimos dar uma perspectiva de trabalho para os nossos filhos de 18, 19 ou 20 anos, que estão desempregados. O narcotráfico pode conquistá-los, se nós não oferecermos oportunidades para eles.

Vai acontecer num único dia? Não. Mas fiquem certos de que vai acontecer. Porque eu disse, durante a campanha, que o emprego seria a minha obsessão. E eu sei como é quando um pai ou uma mãe tem um filho ou uma filha de 18, 19 anos, desempregado, dentro de casa. Eu sei a angústia e o sofrimento que passa, não apenas quem está desempregado, mas o pai e a mãe. Isso nós vamos fazer e vamos lançar agora, no dia 30, já está tudo preparado pelo ministro Jaques Wagner, do Trabalho. Vamos anunciar a cooperativa de crédito para a agricultura, como anunciamos, agora, o microcrédito. Foram 4 bilhões anunciados para o microcrédito, para as pessoas que querem comprar um liquidificador e não querem pagar 100% de juros. Elas podem ir à Caixa, pegar 200 reais e pagar 2% de juros ao mês.

Quem trabalha dentro de fábrica sabe que, quando a gente recebe o pagamento no dia 5, no dia 6 já não tem mais dinheiro, e vai pedir 50 reais para um amigo, que fala: “eu dou 50 reais agora, para você me dar 100 daqui a dez dias”. É agiotagem pura.

Na televisão tem a propaganda: “você precisa de dinheiro? Vá não sei



onde, ligue não sei para onde.” Aí a pessoa vai. Sabe quanto ela paga de juros daquele dinheiro? 332% ao ano. Se a pessoa vai a uma loja comprar uma televisão, para pagar em 24 meses, são, no mínimo, 116% ao ano. Outro dia, eu perguntava ao companheiro Marinho: se a gente fizesse um acordo para que fosse dada garantia no holerite de pagamento do trabalhador para que, ao invés de pagar 160% de juros, ele pagasse 20% ou 30%, você toparia? O Marinho falou: topo. Nós também estamos discutindo isso com o sistema financeiro. E antes de fazer o acordo com eles, vamos fazer com os bancos, onde a gente pode fazer, que é o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, para darmos o exemplo.

Nós queremos fazer com que aconteçam as coisas e por isso estamos discutindo, pela primeira vez na história deste país, um Plano Plurianual com a sociedade brasileira, com o modelo de desenvolvimento que nós queremos.

Agora, para isso acontecer, nós teremos que fazer algumas coisas. Todo mundo aqui sabe: Benzetacil dói, mas que ela cura, cura. Mesmo que a gente fique um dia mancando. Mas depois de dois dias, melhora. Nós, se quisermos recuperar o Brasil, vamos ter que aplicar algumas Benzetacis. Uma é a reforma tributária, outra é a reforma da Previdência Social.

Essa reforma não é para atingir o sistema geral da Previdência, não é para prejudicar os pequenos, não é para tirar direito de quem ganha pouco. É para mexer no setor público brasileiro, para tentar harmonizar e fazer justiça social, porque não é justo, num país onde as pessoas ganham 240 reais de salário mínimo, alguém se aposentar com 30 ou 40 mil reais por mês.

Nós queremos criar um sistema único em que o setor público e o setor privado estejam juntos. O movimento sindical está brigando para negociar. O que não dá é para um peão, que trabalha a vida inteira, ter que se matar de trabalhar para se aposentar aos 60 anos, e alguém se aposentar com 53 anos, no auge da sua atividade intelectual. O Brasil precisa dessa gente trabalhando, porque são a inteligência na vida da nação. O que nós queremos é fazer



apenas um ajuste e redistribuir melhor a parte do bolo que nós temos neste país.

Uma advogada da União, que é uma pessoa importante para nós, porque precisamos dela, porque é inteligente, pode se aposentar com 47 anos de idade ou 48; mas uma cortadora de cana tem que se aposentar com 60 anos; uma começou a trabalhar com 20 e poucos anos e a outra começou a trabalhar com 10; uma teve a opção de saber o que queria ser; a outra, coitada, não teve opção, foi para o corte de cana como única alternativa de sobrevivência. E enxergar isso não é querer o mal de quem está melhor, é apenas querer dar um degrauzinho a mais para quem está embaixo. As pessoas têm que saber que, se não houver a reforma, não haverá dinheiro para pagar. Vou pegar este sindicato como exemplo.

Este sindicato aqui, e este companheiro sofreram na pele. Eu sei o quanto você, Marinho, foi xingado aqui dentro. Pelo menos lá fora, para mim, as pessoas diziam. O companheiro Tarcísio está na mesa. Essa categoria aqui perdeu mais de 50 mil trabalhadores, e era normal que o sindicato não pudesse continuar com a mesma quantidade de funcionários. Se eu tenho uma quantidade de sócios e perco metade desses sócios, diminui pela metade o dinheiro que recebo; então, se não posso manter a mesma folha de pagamento, tenho que mandar gente embora.

Até na casa da gente, quando diminui o dinheiro, diminuimos a comida e as coisas que compramos. Este sindicato aqui teve que mandar muita gente embora, e mandou porque era necessário fazer um ajuste. Vai tirar dinheiro de onde? Para pagar aposentadoria é preciso ter dinheiro; para ter dinheiro é preciso ter contribuinte; para haver contribuição, as pessoas precisam pagar.

Quando Dom Pedro criou o sistema de aposentadoria no Brasil, o funcionário público recebia a aposentadoria como um prêmio. Tudo bem, isso acontecia naquela época, mas nós não estamos mais na época de Dom Pedro.

Hoje, se a gente não cuidar disso, daqui a cinco anos não teremos



dinheiro para pagar. Então, nós queremos fazer tudo com a maior responsabilidade. É preciso aprovar a política de reforma da Previdência, é preciso aprovar a política tributária; depois, nós vamos mandar a política de reforma sindical que vocês vão fazer, discutindo com a sociedade; depois, vamos discutir a reforma trabalhista para adequar o mundo do trabalho ao século XXI; depois, vamos fazer a reforma política e, antes disso, vamos fazer a reforma agrária. Ontem, eu disse que nós vamos fazer a reforma agrária; já fizemos o lançamento do programa de Agricultura Familiar, agora vamos cuidar de assentar as pessoas que precisam ser assentadas.

Agora, é importante ficar claro que reforma agrária não é colocar o trabalhador em uma terra e deixá-lo lá. Reforma agrária é arrumar a terra, arrumar assistência técnica, dar garantia de preço, fazer investimento, cuidar da educação e de uma série de coisas para que as pessoas se sintam produtivas, possam sustentar a sua família e, ainda, possam produzir alimentos no Brasil inteiro. Significa gerar empregos e acabar com o inchaço das grandes cidades.

É por isso que nós vamos fazer a reforma agrária, e vamos fazê-la da forma mais competente possível, conversando com a CUT, com a Contag, com os sem-terra, com a Igreja. Tudo que nós vamos fazer não é uma coisa minha, ou uma coisa para nós, é uma coisa para o povo brasileiro, portanto, temos que fazer com competência, porque precisamos ser lembrados no futuro pelas coisas boas que fizemos para outras pessoas e não pelas coisas boas que fizemos para nós mesmos.

É por isso que eu comecei dizendo, aqui, que eu estou mais tranquilo hoje do que quando tomei posse, no dia 24 de abril de 1975, estou muito mais feliz. Primeiro, porque estou com um otimismo, não exagerado, de que este país vai dar um salto de qualidade como jamais teve na sua história, por uma razão simples: o povo brasileiro recuperou a auto-estima, voltou a gostar e a acreditar no Brasil, na honestidade, voltou a acreditar que o amanhã pode ser



melhor para ele.

Segundo, as perspectivas do Brasil no mundo são extraordinariamente boas. Lógico que não podemos ficar apenas brigando com os Estados Unidos ou com a União Européia para que abram mão das suas conquistas e as cedam para nós. Temos que continuar brigando na Organização Mundial do Comércio, mas temos que procurar novos parceiros.

Foi por isso que, em cinco meses, a gente estabeleceu a relação mais sábia possível que o Brasil já teve com a América do Sul. É por isso que, no mês que vem, estarei viajando para visitar cinco países africanos; é por isso que, em dezembro, vou visitar países árabes. É por isso que, no ano que vem, vou à China, à Índia, ao México, à Rússia.

Por que? Porque este país tem que mostrar lá fora que nós temos crianças de rua, sim, que somos bons de futebol, sim, que somos bons de carnaval, sim, mas que temos uma classe trabalhadora competente, uma agricultura competente, que temos tecnologia capaz de competir com a deles. Da mesma forma que o ser humano precisa de uma oportunidade para vencer na vida, o Brasil precisa se dar uma oportunidade.

Acontece que essas coisas não acontecem de graça, ninguém vai comprar o nosso produto se a gente não for vender, nós é que temos que ir lá fora dizer que o metalúrgico do ABC produz carros com qualidade melhor do que a de qualquer outro país do mundo.

Não são eles que têm que descobrir, nós é que temos que mostrar. Não adianta dizermos que “o Brasil é o país mais bonito do mundo, por isso todo turista do mundo vem para cá”, é preciso que a gente vá lá mostrar o que o Brasil tem. É preciso que tenhamos estradas, pontes, aeroportos, segurança, porque é isso que garante que as pessoas se sintam motivadas a virem para cá.

Hoje, os africanos que quiserem vir ao Brasil, têm que ir até Paris. Ora, se eles vão a Paris, já fazem negócio em Paris. Por que vir ao Brasil? Alguns moradores de países da América do Sul, para irem a Brasília, primeiro têm que



ir para Miami e já fazem negócio em Miami.

Nós temos que garantir, numa discussão com os Presidentes dos outros países, que é preciso que haja vôos para que as pessoas circulem. O Brasil tem fronteira com nove países na América do Sul. Nós cansamos de falar na integração da América Latina. Integração não é só uma palavra, é uma atitude, integração tem que ser comercial, econômica, política e cultural, mas ela só vai acontecer com a integração física. É preciso que as pessoas tenham como transitar, é preciso que tenha estradas, ferrovias, pontes. Se não tiver, não haverá integração.

É por isso que eu disse ao presidente Bush: presidente Bush, o Brasil é um país que tem muitas condições de ajudar no desenvolvimento de toda a América do Sul. Agora, para isso, é preciso que o mundo desenvolvido constitua um fundo para o desenvolvimento de infra-estrutura, para que possamos fazer as estradas que precisamos, as pontes, as ferrovias, porque o governo anterior não teve nem condições de fazer a manutenção nas estradas que nós já tínhamos, estão todas esburacadas. E quem viaja, no Brasil, sabe como estão as estradas brasileiras.

Eu quero terminar dizendo para vocês do orgulho que eu tenho de o Feijó me chamar de Lula, de o Marinho me chamar de Lula, porque as pessoas lá em Brasília só me chamam de “Excelência” e de “Presidente”. Vocês me chamam de companheiro Lula e isso me dá orgulho, porque mostra que o fato de eu ser o Presidente do país não afastou a nossa relação de companheiros, construída há tantos e tantos anos.

Se alguém me perguntasse do que eu tenho medo hoje, eu diria: eu tenho medo de não conseguir cumprir os compromissos que assumi com este país durante tantos e tantos anos. É por isso que, sem querer ofender ninguém, eu digo sempre: qualquer pessoa pode ser Presidente; depois que ele sai, o povo nem lembra que ele existe. Mas eu, no dia em que vencer o meu mandato, virei morar a 600 metros deste sindicato. Então, se eu não fizer as coisas direito, muita gente sabe onde eu moro. Quero encontrar vocês,



durante todo o meu mandato, e quero encontrar vocês também depois do meu mandato e olhar na cara do Marinho, do Feijó, do Vicentinho, do Meneghelli, do Guiba, de cada um de vocês, e dizer: companheiros, missão cumprida, porque eu estou aqui de cabeça erguida, olhando no olho de cada um de vocês.

Muito obrigado meus companheiros, bom Congresso, e que Deus abençoe todos vocês.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
abertura do encontro nacional de vereadores e deputados estaduais do
Partido dos Trabalhadores**

Hotel Blue Tree Towers – Brasília-DF, 27 de junho de 2003

Meu querido companheiro Aloizio Mercadante, líder do Governo no
Senado,

Meu querido companheiro Tião Viana, líder do PT no Senado,

Queridas senadoras que estão aqui, Ana Júlia, e o senador Eurípedes
Camargo,

Meu querido companheiro Suplicy,

Companheiro Jorge Bittar,

Companheiro Nelson Pellegrini, líder do PT na Câmara,

Minha querida companheira Trindade,

Meu querido, se Deus quiser, futuro governador de Brasília, Geraldo
Magela,

Meu querido companheiro Edmilson Rodrigues, prefeito de Belém,

Meu querido companheiro João Paulo Lima, prefeito de Recife,

Minha querida companheira Marta Suplicy, prefeita de São Paulo,

Meu querido companheiro Fernando Pimentel, prefeito de Belo
Horizonte,

Meu querido companheiro Pedro Wilson, prefeito de Goiânia,

Meu querido companheiro Verle, prefeito de Porto Alegre,

Meu querido companheiro João Henrique, prefeito de Macapá,

Meu querido companheiro Carlão,

Companheiro Vacareza,

Ministros e ministras presentes neste ato,

Companheiros vereadores,



Eu estou vendo aqui um companheiro portador de deficiência física. Estou vendo o Arnaldo Godoy sentado, tentando me olhar, mas ele não pode me ver porque ele é cego. Eu estou aqui à tua esquerda, viu, Arnaldo! Agora, você está olhando para mim.

Meu querido companheiro, que é nosso vereador em Belo Horizonte, em nome de quem eu quero cumprimentar todos os vereadores, de todas as cidades brasileiras, que estão presentes neste ato. Quero cumprimentar todos os nossos deputados estaduais, os nossos secretários de Governo, lamentando que o Luizinho esteja sentado – como ele é baixinho, ele não consegue botar o pé no chão –, mas o companheiro Luizinho tem sido um gigante na Câmara.

Minha querida companheira Maria José, da região de Teófilo Otoni,
Clara Chaves, outra querida companheira,
Meus companheiros e companheiras,

Eu tenho dito a todos os públicos, em todas as oportunidades, que eu nunca estive tão tranqüilo na minha vida, e nunca estive tão dotado da certeza de que nós vamos cumprir, não cada coisa que nós colocamos no nosso programa, mas cada coisa que foi a razão da nossa entrada na vida política do nosso país.

E vamos cumprir com as coisas em que nós acreditamos, do jeito que é possível fazer. Sem pressa, sem afobamento e sem atabalhoamento. Eu disse, no Congresso da CUT que, se o ser humano tivesse consciência de que o seu corpo é mais leve do que a água, e se ele tivesse equilíbrio psicológico, ele nunca morreria afogado. Ele só morre afogado porque fica nervoso, não controla a respiração, começa a se bater demais, vai ficando cansado, abrindo a boca e gritando socorro para quem não está ouvindo. Dali a pouco, morre. Na política, também é assim. Na política, nós temos que ter cuidado. Na política, nós temos que saber que não estamos sozinhos, que tem gente do nosso lado,



mas tem gente contra a gente. Tem gente querendo que a gente acerte, mas tem gente querendo que gente erre. E, por isso, a cautela, o controle psicológico e a ação de cada passo medido e contado no tempo certo são para obtermos sucesso, para cada um de nós fazer as coisas certas.

Isso vale até para o casamento. Tem gente que, na primeira briga, já se separa; tem gente, como eu, que tem paciência; quando a parceira tem razão, não custa nada pedir desculpas e dizer: você tem razão, eu errei, vamos para outra. E assim eu já estou chegando aos 30 anos de casado.

Tem gente que se apavora, e como eu não estou Presidente por acaso, eu estou Presidente porque eu queria ser Presidente da República, porque vocês queriam que eu fosse Presidente da República, e eu estou Presidente da República porque uma grande parcela da sociedade, ao longo do tempo, foi acreditando nas coisas que nós íamos dizendo para ela.

Eu queria provar a muita gente no país e no mundo que a mazela da coisa chamada “experiência” não é a principalidade, como diria o Genoíno, para você fazer um belo Governo. Eu venho aprendendo a governar desde 1982, quando a gente elegeu uma única prefeitura, a prefeitura de Diadema, no estado de São Paulo.

Aquele tempo, sim, era duro. Era duro porque o PT, naquele tempo, não tinha a experiência que nós temos. O PT era mais novo, todos nós éramos mais exigentes, eu diria até, mais inconscientes do que somos hoje, e queríamos, a partir da cidade de Diadema, fazer o socialismo.

A gente foi aprendendo que o prefeito tinha limitações de tal ordem que ele não podia fazer, muitas vezes, nem 10% daquilo que era o sonho da militância. Eu morava em São Bernardo do Campo, e aqui, se tiver vereador de Diadema, eu peço o testemunho: as pessoas eram muito radicalizadas, e às vezes, às duas horas da manhã, chegava uma turma partidária do prefeito Gilson na minha casa, alguns até pulavam o muro, com um gravador para ouvir os conselhos que eu dava; aí, quando a turma favorável ao Gilson ia embora,



chegava a turma contra o Gilson e eu ficava, às vezes, até às 3, 4 horas da manhã, tentando pacificar.

Às vezes eu ia para Diadema, às vezes ia um outro companheiro do PT, e às vezes era briga, “pau puro,” naquelas reuniões, porque as pessoas não tinham experiência e achavam que o prefeito podia tudo, achavam que o prefeito tinha obrigação de fazer tudo, tinha que resolver o problema de salário, da água, do asfalto, quando o prefeito tinha uma limitação enorme, como tem até hoje.

Mas isso foi um processo de aprendizado. Depois vieram outras prefeituras, vieram os governos dos Estados. Quem é que não se lembra da nossa experiência no Espírito Santo? Quem é que se lembra quantas horas nós passamos acordados, para tentar encontrar uma solução política para o problema do Espírito Santo? Sem discutir se quem estava errado era o governador ou os deputados ou se quem estava certa era a oposição, que batia muito na gente, o dado concreto é que nós utilizamos aquilo como experiência e essas experiências me davam a certeza de que, quando chegássemos à Presidência da República, nós iríamos fazer um governo inesquecível neste país.

E sabíamos das limitações. Vocês não pensem que eu fiquei chorando aquilo que foi deixado de herança para nós, porque entendíamos que não tínhamos tempo de ficar chorando as coisas que não aconteceram, tínhamos que pensar no que fazer. Afinal de contas, um mandato é de apenas quatro anos, e não tínhamos tempo de ficar culpando quem passou antes de nós, tínhamos que começar a dizer o que iríamos fazer a partir de nós.

A primeira coisa era montar um time. E o time foi montado. Mas também era preciso montar um Ministério, que no Brasil, companheiro João Paulo, é como convocar a Seleção Brasileira. Como são muitos jogadores, há sempre alguém que vai ficar de fora. Mas sempre será assim. Sempre. Quando se tem que escolher o Papa, um monte de gente fica de fora. Quando se tem que



escolher os cardeais, um monte de gente fica de fora. Na política também é assim. Montamos o time. Criamos as coisas que, ao longo do tempo, nós entendíamos que deveríamos criar.

Criamos o Ministério das Cidades, que era um sonho e uma reivindicação do movimento que lutava, neste país, por habitação e saneamento básico. Criamos o Ministério da Pesca, porque nunca admitimos que um país que tinha 8 milhões de quilômetros de costa não tivesse um Ministério da Pesca. Reforçamos a Secretaria da Mulher, com a companheira Emília. Criamos a Secretaria da Igualdade Racial, com a companheira Matilde. Criamos o Ministério da Promoção e Assistência Social, com a companheira Benedita. Criamos o Ministério da Segurança Alimentar, que era para termos um órgão específico para cuidar da fome. Criamos o Ministério do Turismo. Tem muita gente que pensa que aumentou muito o número de Ministérios. Não aumentou muito. Nós fizemos apenas o necessário.

Eu era muito pequeno e minha mãe falava: meu filho, cachorro de muitos donos morre de fome, porque todo mundo pensa que alguém pôs comida e ninguém pôs. Não adiantaria colocarmos num Ministério 300 funções, que um homem só não daria conta de resolvê-las. A fome é tão importante que, se os estudiosos deste país soubessem que falar da fome daria a repercussão internacional que deu o nosso programa, eles teriam falado antes de mim. Ou não teriam falado? Teriam.

Nós falamos da fome, não porque nós sabíamos, teoricamente, que há fome, mas porque já passamos fome e convivemos com gente que passa fome até hoje. Então, a fome deveria ser colocada na ordem do dia. E era preciso um Ministério específico para cuidar disso. É demorado? É. Eu digo sempre e vou dizer para os vereadores: a coisa mais simples que se planta, que é um pé de feijão, temos que esperar 90 dias para colher. E, muitas vezes, nós somos afobados. Muitas vezes queremos colher antes de plantar. E não dá.

Temos que dar tempo às coisas que queremos fazer. Alguém tem



dúvida de que o companheiro Humberto Costa será melhor ministro da Saúde do que foram os que passaram antes dele? Alguém tem dúvida de que o Ricardo Berzoini será melhor ministro da Previdência do que os que passaram antes dele? Alguém tem dúvida se um Waldir Pires vai combater, de verdade, a corrupção neste país? Alguém tem dúvida de que o Olívio Dutra vai ser melhor ministro das Cidades do que os secretários de Desenvolvimento Urbano que nós tivemos? Alguém tem dúvida de que a Benedita pode cuidar de política social melhor do que os que passaram antes dela? Alguém tem dúvida de que a Marina vai ser melhor ministra do Meio Ambiente do que outros que já houve? Alguém tem dúvida, meus companheiros e companheiras, de que o companheiro José Graziano entende de fome?

Essas dúvidas precisam sair da cabeça de vocês, para que vocês comecem a perceber. O companheiro Fritsch é de uma cidade que não tem nem praia, e foi escolhido ministro da Pesca, porque não é preciso morar perto do mar, é preciso acreditar na proposta de que nós precisamos ter o Ministério da Pesca e construí-lo.

Eu estou orgulhoso do meu time. Orgulhoso. Inclusive dos que não são do PT, como o companheiro Ciro Gomes, o companheiro Mares Guia, o companheiro Roberto Rodrigues, o companheiro Gilberto Gil, o companheiro Luiz Furlan, o companheiro Miro Teixeira, companheiros que não eram nossos. A Dilma é do PT, ou seja, o time está preparado.

Agora, vocês têm que convir, alguns Ministérios começaram agora, somente agora é que conseguiram montar a sua estrutura, porque a primeira medida que eu tomei foi pedir à Casa Civil para cortar funcionários em todos os Ministérios; e nós criamos um monte de Ministérios com a mesma estrutura de funcionários que havia antes de tomarmos posse.

Aí é preciso um milagre da multiplicação dos pães, porque é fácil montar um Ministério e contratar logo “um milhão” de pessoas de fora, mas ficar esperando que alguém ceda um funcionário para o Ministério do Fritsch, que



todo dia liga para o José Dirceu, que todo dia fala comigo, liga para o Gilberto Carvalho...

Somente agora é que ficou pronta a estrutura do Ministério da Cultura, e não pensem que demorou, é porque é preciso fazer a combinação de moralizar a máquina administrativa, combater a corrupção, olhar as deficiências e tentar fazer alguma coisa melhor. Isso não é fácil, mas como sabemos que o nosso mandato e o nosso projeto têm muito tempo pela frente, então teve que mudar para uma coisa sólida, e eu não tenho dúvida e por isso eu disse, companheiro Genoíno, que esperem o mês de julho. Eu citei a frase que vocês iriam assistir ao espetáculo do crescimento, porque acredito que as coisas que foram plantadas começarão a brotar agora e em poucos meses. Este ano, o que nós plantamos já estará dando frutos que nós queremos colher para alimentar a nossa gente.

Essa convicção me fortalece todo santo dia, essa convicção me dá a certeza de que nós vamos fazer aquilo que assumimos o compromisso de fazer. Até porque eu digo sempre: eu tenho que fazer e não posso errar, porque qualquer pessoa neste mundo velho de guerra pode ganhar as eleições, não fazer o que prometeu e depois ninguém lembrar, porque a pessoa desaparece e fica por isso mesmo. Eu, não.

A maior conquista que eu tenho na minha vida não é a de ser Presidente da República, é ter conquistado o direito de andar de cabeça erguida, de olhar na cara de cada um de vocês e ter a certeza de que estou falando e fazendo aquilo que historicamente nós defendemos, e isso eu não posso perder.

Somente nós poderemos fazer as reformas. Quando eu dizia, durante a campanha, que somente nós sabíamos fazer as reformas, é porque eu tinha convicção. Ninguém tem que ter vergonha de fazer as reformas necessárias. Não queremos tirar direitos de ninguém, queremos aumentar o direito de quem não tem direito neste país, de quem está excluído.

Ao querer que um professor universitário se aposente com 60 anos, não



estamos querendo penalizá-lo, pelo contrário, estamos querendo manter na universidade a inteligência brasileira que a sociedade financiou. Queremos valorizar o profissional, queremos que ele, no auge da sua capacidade intelectual, continue dando aula da mesma forma que nós não queremos penalizar um juiz ou qualquer outra pessoa.

Agora, o que não é justo é um cortador de cana ter que se aposentar depois dos 60 anos, e um outro profissional se aposentar com 53 anos. Nós queremos apenas fazer justiça. Não estamos diminuindo o salário de ninguém. Estamos apenas pedindo: companheiro, quando você se aposentar, não pegue aumento de salário. Se um aposentado federal paga 11% de imposto quando está na ativa e, quando ele sai, deixa de pagar e recebe o salário integral, significa que obteve 11% de aumento. Então nós estamos pedindo: companheiro, deixe esses 11% para a gente poder contribuir para que o seu filho ou o seu neto, amanhã, tenha o direito de se aposentar. Não estamos fazendo nenhum mal, não estamos querendo privatizar a Previdência.

Agora, nós temos que acreditar. O que nós não podemos é aceitar que uma minoria determine as condições de vida da maioria do nosso povo. Afinal de contas, hoje, nós somos uma sociedade de maioria excluída, que não está no mundo do trabalho, que não está no mundo da Previdência, que não está, inclusive, no mundo da saúde, companheiro Humberto Costa. E nós precisamos trabalhar para que essa gente possa vir a participar do processo distributivo do Estado brasileiro.

Eu sei que muita gente tem afinidade, é ligado, como eu, às corporações. Eu sei. Eu sei que é difícil, às vezes, o companheiro falar: “os meus amigos são do sindicato tal”. Eu não estou falando isso agora. Quem me conhece sabe que já faz, aproximadamente, oito anos que eu estou fazendo o seguinte discurso para o movimento sindical: vocês precisam deixar de ser corporativos, de pensar apenas no aumento de salário e começar a pensar no tipo de Brasil que nós queremos construir. O sindicato precisa ser mais aberto,



o sindicato precisa pensar naqueles que não estão no mercado de trabalho, naqueles que não estão na escola. Não há tempo para defendermos apenas o pão da gente. O que nós queremos é repartir o pouco que temos até termos condições para criar o muito que nós precisamos.

Isso não acontece por milagre, isso acontece por gestos, isso acontece por ações. E por mais perfeitas que sejam as ações, elas não acontecem no dia que a gente quer. Quem é vereador, prefeito, deputado, sabe o que eu estou falando. É fácil fazer um discurso. Mas tente transformar o seu discurso em coisa prática para ver o quanto demora, porque não depende só de você, depende da estrutura de poder, de concorrência, de aprovação de lei, depende de uma série de coisas. E vocês, que são vereadores, sabem perfeitamente bem o papel importante que vocês podem jogar na construção desse projeto, que não é um projeto do Lula ou do Genoíno, é um projeto partidário.

Nós, agora, no mês de julho, companheiro Genoíno, estamos preparando uma data – eu não tenho a data definida – em que vamos fazer uma apresentação dos seis meses de Governo: o que foi feito em cada Ministério, quais políticas já estão feitas, que já estão produzindo. E eu não tenho dúvida de afirmar, antecipadamente, o resultado: que nesses seis meses, nós já fizemos muito mais do que qualquer Governo fez. Não tenho dúvida disso. E eu quero fazer para que cada um de vocês tenha nas mãos, no dia-a-dia de vocês, as coisas que já foram feitas.

Eu me lembro, quando tomamos posse, da dúvida que havia no país, se iríamos conseguir tocar a economia ou não. É importante lembrar que muita gente que escreve hoje contra a política econômica, não teve coragem de escrever em dezembro. Sabe por quê? Porque em dezembro a perspectiva inflacionária era de 40%. Não são os 7,5% que nós já conseguimos, agora, ou da previsão de 5,5% para o ano que vem. E foi preciso coragem, muita coragem, porque o mais fácil seria blefarmos para a sociedade. Mas eu sempre trato as decisões que tomo com se eu estivesse fazendo alguma coisa para o



meu filho. Eu não quero tratar nenhum brasileiro de forma diferente; às vezes, temos que dizer “não” para um filho da gente, porque isso faz mais bem para o futuro dele do que não dizermos nada. Às vezes, o bom é aquele que diz “não”, não é o que diz “sim”.

Nós fizemos isso com a certeza de que teríamos o controle da situação. Vocês estão lembrados de que, em dezembro, este país não tinha um dólar de crédito internacional para financiar nossas exportações? Pois bem, em seis meses nós conquistamos uma credibilidade que, possivelmente, na história do Brasil, nenhum Governo teve, em seis meses.

Conseguimos fazer pela América do Sul o que não tinha sido feito em 100 anos. Hoje, quando falamos em integração na América do Sul, cada Presidente da República, de cada país da América do Sul, sabe que “integração” não pode ser apenas uma palavra solta no seu discurso, porque nós falamos com facilidade na integração da América do Sul, da América Latina, mas integração não é só palavra, integração é estrada, é ponte, é ferrovia, é aeroporto, são portos, isso é integração.

Hoje, tem gente da América do Sul que tem que ir para Miami, se quiser vir para o Brasil fazer negócio; já faz negócio em Miami, não precisa vir ao Brasil.

O Brasil não tem um vôo de empresa brasileira para a África. Como é que nós podemos falar em integração? E, vejam a vergonha: Cabo Verde, que só tem 500 mil habitantes, tem um vôo semanal para o Brasil, e nós não temos para lá.

A África do Sul tem vôo para cá, mas nós não temos para lá. Como é que nós queremos falar em integração, João Paulo, se nós não cuidarmos concretamente da integração física deste nosso continente?

Muitos de vocês aqui participaram da polêmica se eu deveria ir ou não a Davos. Eu me lembro que teve gente que falou: “olhe, cuidado, você vai a um fórum social em Porto Alegre dizer que vai a Davos, você vai ser vaiado”.



Acontece que, na minha vida, eu nunca tive preocupação com vaia, isso nunca me abalou, até porque eu acho que as pessoas têm o direito de gostar e de não gostar, é um direito normal das pessoas.

Mas porque eu fui a Davos? E fui a Porto Alegre avisar que eu ia. Porque eu tinha consciência de que era uma oportunidade ímpar para o Brasil se apresentar, onde os “megas” se apresentam todo ano, e dizer: “olhe, tem gente nova no pedaço”. E fui lá com muito orgulho, foi a única vez em Davos que alguém falou em português, a única vez.

Eu acho que poucas vezes o português foi tão entendido como em Davos, porque a palavra universal não é o inglês, o francês, o russo ou o português, a palavra universal é o sentimento, é o caráter, é a força da palavra e do assunto que você está discutindo. Fomos lá para colocar a fome na ordem do dia, e foi colocada.

Depois eu fui convidado para ir a Evian, e foi a primeira vez que um Presidente, que não é do G-8, participou do G-8. E nós fomos lá com muita tranquilidade, para dizer: “nós existimos, nós somos um país com problemas sociais, mas nós não queremos tratar com vocês de forma subordinada, nós nos respeitamos, temos auto-estima”. E fui dizer também para os outros governantes: nós precisamos parar de pedir as coisas para os ricos, todo dia: “olhem, quero um subsídio de vocês, quero um subsídio não sei das quantas.” Eles não vão dar. Nós temos que criar alternativas. E qual é a alternativa? É o Brasil ter ousadia, é o Brasil fazer política internacional com mais competência, é o Brasil viajar por esse mundo dizendo: “olhem, o Brasil tem crianças de rua, sim, o Brasil tem carnaval, sim, o Brasil tem futebol, sim, o Brasil tem prostituição infantil, sim, mas o Brasil tem agricultura, tem trabalhador, tem tecnologia e nós temos coisas para vender para vocês, e queremos vender”.

Vejam, não foi pouca coisa o que nós fizemos. Se alguém tem dúvidas, procure no seu estado, na sua capital, um especialista de política internacional.

Hoje, eu estarei viajando para Medellin. Era para ter embarcado ao



meio-dia, já são meio-dia e meia. É a primeira vez, na história da Comunidade Andina, que um Presidente estrangeiro é convidado. Sabem o que significa isso? Confiança, porque nós estabelecemos uma política de confiança com os nossos parceiros da América do Sul. Vamos estabelecer uma política de confiança com a América Latina, vamos estabelecer uma política de confiança com a África. Em agosto, eu estarei indo à África. Em dezembro, eu estarei indo ao Oriente Médio estabelecer uma política de confiança com os países árabes. Depois, nós vamos à China, à Índia, à Rússia, à Argélia. E nós vamos dizer: nós só iremos ter os países ricos cedendo àquilo que a gente quer, quando construirmos uma força própria.

E aí eu me lembro do primeiro boletim que eu fiz no sindicato, Ricardo. Eu fazia um boletim em que eu mostrava o João Ferrador com uma varinha só, e um texto, que dizia: uma varinha só é fácil de quebrar. Aí, eu mostrava um feixe e um texto que dizia: mas um feixe é impossível de quebrar. Os países em vias de desenvolvimento têm que se formar num feixe para que possamos estabelecer políticas de complementaridade entre nós e os outros perceberem que nós não estamos mendigando, nós queremos fazer negócio, nós queremos fazer parcerias. E nisso nós já estamos adiantados. E vamos continuar fazendo.

Aqui vai ter debate sobre a Previdência e eu estou “doido” para debater Previdência, mas o Presidente não pode se meter em tudo. É porque eu estou ouvindo uns discursos contra, e por isso eu adoraria participar dos debates. Para mim, quanto mais radical, melhor. Adoro. Adoro fazer esse debate. Mas eu sei que o Ricardo Berzoini e outros ministros virão aqui debater. O que nós fizemos esta semana e vamos fazer na semana que vem, foi muita coisa neste país.

Foram 4 bilhões de reais que nós liberamos para o microcrédito e para as cooperativas. Neste país, meu companheiro Waldir Pires, as pessoas de vez em quando invertem a discussão. É lógico que a taxa de juros é alta. Quem é



que não sabe, 26% na taxa Selic. Agora, não é esse juro que está matando o povo. Esse juro está dificultando o papel do Estado de investir, mas é engraçado que eu nunca tenha visto as pessoas fazerem um discurso questionando por que essas empresas que fazem propaganda para as pessoas pegarem dinheiro emprestado cobram 333% de juros ao ano.

Eu nunca vi ninguém fazer discurso questionando porque um companheiro que vai comprar um liquidificador para pagar em 12 meses, paga 116% de juros ao ano. Ou seja, porque esse juro é o juro real de economia. Quando criamos esse investimento que fizemos essa semana, e vamos criar, na próxima semana, a cooperativa de crédito para a agricultura, estamos oferecendo alternativas para que uma mulher que queira comprar uma televisão não tenha que ir numa dessas empresas de crédito pagar 200% ao ano. Ela vai à Caixa tomar os 600 reais emprestados e pagar 2% de juros ao mês, o que é muito mais barato.

Nós não temos ainda todo o dinheiro que precisamos, mas estamos andando no caminho que precisa ser feito. Nós achamos que é preciso reduzir os juros, por isso estamos controlando a inflação, para baixar os juros. Por isso estamos fazendo essas cooperativas, para fazer com que o sistema financeiro baixe os juros ou ganhe dinheiro investindo em outra coisa e não apenas comprando títulos do Governo.

Eu só quero que vocês, quando voltarem para as suas cidades, voltem de cabeça erguida, dizendo: olha, nós temos “uns bichinhos” naquele Governo que sabem o que querem. E que sabem como fazer as coisas para dar certo. E podem ficar certos de que cada um de nós, aqui, desses “meninos” e “meninas” que estão no Governo, cada um de nós sabe o que quer, porque o nosso compromisso não é eleitoral, o nosso compromisso é histórico. O nosso compromisso é com a história deste país.

Eu quero terminar dizendo para vocês, companheiros, que eu não quero passar para a história do Brasil e não quero ser lembrado como Presidente



apenas porque no salão de honra do Palácio do Planalto vai ter uma fotografia de um velhinho de cabelo branco: esse foi Presidente. Eu não quero passar para a história por essa fotografia. Eu quero passar para a história pelas obras que nós fomos capazes de fazer neste país, pela mudança de relação entre Estado e sociedade. E para isso, podem ficar certos, eu tenho as pernas curtas, mas os passos são largos.

Muito obrigado, meus companheiros, e boa sorte!



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de inauguração do Portal da cidade de Parintins**

Parintins – AM, 28 de junho de 2003

Minha querida companheira Marisa Letícia Lula da Silva,
Meu querido companheiro governador do estado do Amazonas, Eduardo
Braga, e sua senhora, Sandra Braga,
Senhores embaixadores que participam desta festa de Parintins,
Meu querido companheiro Walfrido Mares Guia, ministro do Turismo,
Meu companheiro Omar Aziz, vice-governador do Amazonas,
Meu companheiro Enéas Gonçalves, prefeito de Parintins e sua senhora
Cleomara,

Eu quero pedir a atenção especial do povo de Parintins, porque hoje
estamos recebendo visitas importantes aqui. Nesses seis meses de Governo,
não houve uma única vez em que eu encontrei o companheiro Eduardo Braga,
que ele não desafiasse o Presidente da República a vir à Festa de Parintins.

E hoje, estão presentes, aqui, o nosso companheiro Blairo Maggi,
governador do estado do Mato Grosso, o nosso companheiro Germano Rigotto,
governador do Rio Grande do Sul e a sua esposa Cláudia Rigotto; está
presente aqui – eu acho que sou o único brasileiro que fala, corretamente, o
nome do estado dele porque, normalmente, o brasileiro diz “Roraima” – o
companheiro Flamarion Portela, governador de Roraima.

Quero cumprimentar o meu companheiro João Pedro Gonçalves da
Costa, presidente do Incra,

Meu companheiro Sinésio, que está aqui, na minha frente, me olhando
com “cara feia”,

Quero cumprimentar a senhora Leda Mara Albuquerque,



Os deputados que estão aqui,
Os vereadores,
Os secretários de Estado,
Os secretários da Prefeitura,
O nosso querido Bispo, que está aqui participando desta festa,
Todas as mulheres e todos os homens que vieram participar deste momento,

Desde 1993 ou 1994, todo ano, os companheiros aqui do estado do Amazonas me convidavam para vir aqui. E, muitas vezes, Eduardo, eu era convidado em ano eleitoral. Eu sempre dizia para as pessoas que eu não poderia vir a uma festa popular, num ano eleitoral, porque eu não queria confundir a minha presença no estado com fins eminentemente eleitoreiros.

E, na última vez, eu disse aos companheiros do PT: “Eu só vou ao estado do Amazonas e a Parintins como Presidente da República do Brasil”. Porque, aí, eu não venho pedir votos, eu já ganhei. E venho participar de uma festa que, sem dúvida nenhuma, começou no anonimato, começou com os nossos migrantes, com os nossos companheiros do Brasil, perdidos, aqui, no estado do Amazonas. E uma festa que não foi, durante muitos anos, levada em conta pela grande elite intelectual brasileira. Muitas vezes, as coisas só acontecem no Brasil quando acontecem no “New York Times”. Se não acontecer, não acontece no Brasil.

Mas a bravura, a competência, a capacidade intelectual, a capacidade artística do povo do estado do Amazonas e, sobretudo, do povo da cidade de Parintins fizeram com que, independentemente de qualquer coisa, o Festival de Parintins se transformasse numa referência nacional e mundial da cultura do mundo contemporâneo.

Eu não vou dizer a vocês para quem eu torço. A única orientação que eu recebi foi de que eu não deveria colocar nem camisa vermelha, nem camisa



azul. Então, eu vim aqui para torcer pelos dois. Eu vim aqui, na verdade, para desejar que os companheiros que participam do “Garantido” e do “Caprichoso” façam a melhor apresentação que Deus permita que eles façam. E que todos nós possamos sair daqui com a certeza de que participamos de uma festa não só de Parintins, mas de uma festa universal, porque esta é uma festa que envolve, sobretudo, a parte mais pobre da Humanidade que, se dependesse de dinheiro, não participaria de festa. Só participa porque a cultura não depende do mercado, depende da criatividade, da inteligência e da competência das pessoas.

Venho aqui para dizer ao meu querido governador Eduardo Braga e ao meu querido prefeito Enéas, que nós estamos, junto com o governador Eduardo Braga, há apenas seis meses no Governo. E seis meses é tão pouco tempo que não dá nem tempo de uma criança nascer. E nós já nascemos.

Nós já nascemos, em apenas seis meses, porque sabe o companheiro Eduardo Braga que ele não tem um Presidente alheio, lá em Brasília. Ele tem, antes de tudo, um companheiro para as horas boas e para as horas más; um companheiro que conhece a realidade do povo do Amazonas.

Em 1994, resolvemos fazer uma caravana por este Estado e, durante 14 dias, percorremos de barco várias cidades, até chegarmos a Belém, para sabermos como é que vivia o povo que morava nas cidades do interior do estado do Amazonas.

Quero dizer para vocês, meu querido companheiro Eduardo e meu prefeito Enéas, que eu nem li o abaixo-assinado ainda, nem li. Mas vou lhes dizer uma coisa: não li e gostei. E posso assumir, aqui, um compromisso com vocês: se o grande problema de iluminar Parintins for trazer uma linha de transmissão de Tucuruí para cá, vocês podem ficar certos de que nós vamos trazer. Vocês podem ficar certos de que esse não será o problema, porque nós temos clareza de que algumas coisas são tão elementares para a sociedade que não temos nem que fazer promessa, temos apenas que executar a tarefa.



Por exemplo, as pessoas terem o direito de comer três vezes ao dia; de ter uma escola de qualidade; de ter a saúde; e de acender uma luz, para não viver no escuro, são coisas tão elementares que a gente já deveria ter, no Brasil, para todo mundo.

Lamentavelmente, ao longo de tantos e tantos anos, o Brasil foi governado apenas para uma parcela pequena da sociedade.

Chegou a hora do Brasil chegar de onde ele jamais deveria ter saído. A hora das pessoas mais humildes conquistarem o direito de andar de cabeça erguida; das crianças pobres terem acesso à educação de qualidade; das mulheres pobres terem acesso a uma política de saúde de qualidade; das pessoas terem o direito de tomar, se quiserem, um banho quente, mesmo numa terra de muito calor, como é o estado do Amazonas. O que nós não podemos é frustrar a sociedade brasileira de ter os direitos considerados elementares à existência da pessoa humana.

E isso, vocês podem ficar certos, meu caro Eduardo, meu caro Enéas, nós vamos fazer. O Eduardo sabe que, quando ele quiser falar comigo, não tem interferência de secretário ou secretária na nossa relação. É uma relação direta, porque eu sei que, independentemente da minha presença no Estado, o companheiro Eduardo é um defensor das políticas públicas que estamos tentando implantar neste país.

Da mesma forma que, para mim, como Presidente da República, ele é um exemplo de governador. Eu acho que todos os Estados brasileiros deveriam ter pessoas com compromisso, com dedicação, que, sem interesses pessoais, acham que devem fazer as coisas porque as pessoas precisam que sejam feitas.

O Governador me dizia: “Presidente Lula, a grande vantagem é que antes deste Festival, no dia do Festival tinha luz e, depois do Festival, a luz ia embora e o povo ficava por conta de apagão”. Eu quero olhar na cara de vocês e dizer: quando terminar este Festival, não terá mais apagão nesta cidade.



Vocês vão poder namorar no claro, o que nem sempre é muito bom, mas é necessário. E vocês vão poder ter a certeza de que nós estamos apenas começando a fazer o que precisamos fazer para toda a região amazônica e para o estado do Amazonas.

Esta região não pode ser tratada como se fosse uma coisa do outro mundo, intocável, onde as pessoas não têm direito aos benefícios. Em nome do discurso da preservação se deixou de mandar para cá investimentos para o desenvolvimento, e nós achamos que aqui as mulheres e os homens têm direito de trabalhar, como em qualquer outro lugar deste país, têm o direito de receber um salário digno, como em qualquer outro lugar deste país, têm o direito de criar os seus filhos com dignidade, como em qualquer outro lugar deste país.

É por isso que, quando tomamos posse, a primeira reunião de governadores que fizemos para discutir o desenvolvimento regional foi exatamente na região da Amazônia, no estado do Acre, com a presença de todos os governadores dos estados Amazônicos, para discutir como desenvolver a região da Amazônia, como tirar proveito do turismo, como trazer indústria para cá, como trazer energia elétrica, como fazer as nossas estradas, as nossas ferrovias, como construir as nossas hidrovias para que o transporte fluvial possa ser uma das formas de enriquecimento desta região. Como, enfim, garantir que todos os brasileiros desta região tenham cidadania.

Foi a primeira reunião que fizemos, e posso confessar a vocês que, poucas vezes na vida, eu tive uma reunião tão produtiva como aquela que nós fizemos no Palácio do governador do estado do Acre. Por isso eu quero, meus queridos e minhas queridas parintinenses, dizer para vocês que é com uma alegria imensa que eu estou aqui.

Nós ainda temos uma série de tarefas hoje, mas o que eu quero mesmo é, lá pelas 9 horas da noite, ir lá para a arena ver o desfile, ver a festa que vocês vão patrocinar para nós. Prometo a vocês que vou ter o equilíbrio



psicológico de não me manifestar, nem contra nem a favor. Vou apenas torcer, como manda a boa cultura da cidade de Parintins, não vou aplaudir um, não vou vaiar o outro, ou seja, eu vou torcer para que Deus ajude que todos nós ganhemos e que vença o melhor, porque isto faz parte da cultura de vocês.

Muito obrigado, gente, muito obrigado, Eduardo Braga, muito obrigado, Enéas, e que vocês possam patrocinar para tantas pessoas do Brasil inteiro um final de semana excepcional, com um show de cultura popular.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de lançamento do Programa Primeiro Emprego**

Palácio do Planalto, 30 de junho de 2003

Excelentíssimo senhor senador José Sarney, presidente do Congresso Nacional,

Excelentíssimo senhor deputado João Paulo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados,

Companheiros e companheiras ministros e ministras aqui presentes,

Companheiros senadores e senadoras,

Deputados e deputadas,

Governadores e governadoras,

Aliás, quero registrar, aqui, mais uma excepcional reunião de que os governadores participaram, proporcionando-me a certeza de que a democracia vai de vento em popa no nosso país.

Quero agradecer a presença de todos os governadores, no ato de agora e na reunião que fizemos pela manhã. Quero, sobretudo, dizer que o Jaques Wagner tem alguma coisa a mais, porque conseguiu trazer, praticamente, todos os ministros e ainda conseguiu fazer o Palocci abrir o caixa.

Companheiro José Dirceu,

Minha querida companheira Marisa,

Meu querido companheiro Jaques Wagner, dona Maria de Fátima, sua esposa,

Wagner, quero começar lhe dando os parabéns. O Wagner trabalhou praticamente cinco meses e meio nesse Programa. Ouviu vários setores da sociedade, conversou com muitos empresários, com muitos governadores e prefeitos de cidades importantes deste país.

Nós íamos lançar o Programa no mês passado e, por exigência do



companheiro Wagner, esperamos para lançá-lo hoje, para aperfeiçoarmos, ainda mais o trabalho que a sua equipe tinha feito.

Eu diria que, nós estamos dando, hoje, um passo excepcional para resolver um dos problemas mais graves que o Brasil vive. A verdade é que a geração de empregos não é um compromisso só do Presidente da República ou do ministro do Trabalho ou de qualquer pessoa individualmente. Gerar empregos é uma responsabilidade coletiva. E gerar empregos para jovens é mais do que uma responsabilidade coletiva, é a gente plantar, hoje, o futuro que precisamos colher amanhã.

Se analisarmos quanto custa um adolescente, numa dessas instituições de recuperação que existem nos Estados, como a FEBEM, em São Paulo ou em outro Estado; se analisarmos quanto custa cuidar de um preso no Brasil, nós vamos perceber que estaremos investindo muito pouco no Primeiro Emprego. Por mais dinheiro que tenhamos e que venhamos a investir, será muito pouco, diante do resultado que poderemos colher com a geração de empregos para a juventude.

E porque geração de empregos para a juventude e não geração de empregos, como um todo? Gerar empregos para todo o povo brasileiro é um sonho, uma obsessão e uma determinação do meu Governo. E eu não tenho dúvida de que é também de todos os governos estaduais, dos prefeitos, dos deputados e senadores, dos ministros e de todas as pessoas que têm responsabilidade no nosso país.

Por que, então, priorizar, com o nome “Primeiro Emprego” o lançamento de hoje? É porque a juventude brasileira vive, possivelmente, o maior momento de incerteza e de angústia que a juventude brasileira já viveu. Nós temos a responsabilidade, enquanto governantes, e eu diria, também toda a sociedade civil brasileira, de não permitir que o narcotráfico e o crime organizado possam conquistar um jovem, ao invés de o Estado conquistá-lo. Todas as pesquisas e estudos científicos já demonstraram que grande parte da juventude, por falta



de políticas públicas, cai na criminalidade. É exatamente a constatação de que essas pessoas não tiveram oportunidade de estudar, de que o Estado não lhes ofereceu escola, não lhes ofereceu creche, não lhes ofereceu área de lazer e tampouco lhes ofereceu oportunidade de trabalhar e de aprender uma profissão.

Por isso, qualquer recurso que nós gastarmos para gerar emprego para um jovem ainda será barato diante do custo de um emprego, hoje, no Brasil. Dependendo da indústria, o emprego sai muito caro ao país. Mesmo assim, nós achamos que é vantajoso e precisamos incentivar que mais indústrias possam gerar mais empregos.

Por isso, quero começar agradecendo às empresas que já acordaram com o companheiro Wagner e ele já anunciou aqui, de imediato, 6 mil empregos já contratados com empresas que fizeram convênios com o Ministério do Trabalho.

Seis mil empregos, de começo, pode ser pouco, mas eu não tenho dúvida nenhuma de que muitos empresários brasileiros vão assinar acordo com o Ministério do Trabalho. Como eu não tenho dúvida, Wagner, de que muitas prefeituras, no Brasil, vão fazer acordo com o Ministério do Trabalho. Quando pensamos no emprego para o jovem, pensamos na obrigatoriedade deste jovem trabalhar, mas não de parar de estudar, porque o objetivo é garantir que ele continue estudando.

O emprego para esse jovem pressupõe também que ele aprenda uma profissão. Pressupõe que quem o contratar tenha como compromisso, não apenas de pagar o pequeno salário, mas também de formá-lo profissionalmente. Isso, na verdade, significa dar uma oportunidade a todo ser humano para vencer na vida. Quem de nós aqui não teve uma oportunidade? Quem de nós aqui não teve a primeira chance? Quem de nós aqui não poderia servir de exemplo para milhões e milhões de jovens que estão pela periferia dos grandes centros urbanos à procura de uma oportunidade que hoje não



têm? Uma jovem ou um jovem, quando sai para procurar emprego, hoje a primeira pergunta que lhe fazem é se tem experiência. Mas, se a pessoa nunca trabalhou, como é que pode ter experiência? A segunda pergunta que fazem é se tem o segundo grau completo. Se não tiver, não tem chance.

Então, nós precisamos profissionalizá-los para garantir que essas pessoas tenham uma profissão e possam arrumar emprego em qualquer lugar do Brasil em que quiserem trabalhar.

O Primeiro Emprego é, na verdade, a primeira possibilidade que temos de dar oportunidade às pessoas para conquistarem a sua cidadania. Até porque está muito mais difícil do que no nosso tempo ou do que no meu tempo de jovem. Muito mais complicado. Eu diria que a menina de hoje tem menos possibilidade do que eu tive, há 45 anos.

E cabe a nós, enquanto Estado brasileiro, cabe a nós, empresários brasileiros, cabe a todos nós, políticos brasileiros, criarmos as condições para que as oportunidades possam se apresentar diante dos olhos das nossas meninas e dos nossos meninos.

E se nós estamos lançando o Primeiro Emprego hoje, uma proposta condensada com números, uma proposta trabalhada com muita gente, é porque temos a certeza de que essa proposta será capaz de sensibilizar a sociedade brasileira para o tema da geração de empregos.

Essa menina que prestou depoimento, aqui, do Rio Grande do Sul, e milhares de outros Estados, como o do Maranhão – que me entregaram os documentos aqui –, são pessoas que alguém conseguiu tirar do caminho da criminalidade, do caminho do narcotráfico ou do caminho do desespero, pois é o desespero que leva uma criança a fazer coisas que não gostaria de fazer. Desespero levado pelo desemprego da mãe, desespero levado pelo desemprego do pai, desespero porque, depois de fazer o segundo grau, não tem dinheiro para pagar uma faculdade particular; desespero por chegar no final de semana e não ter um centavo para participar de uma festa, para ir num



cinema, para ter uma atividade cultural. Tudo isso é um acúmulo de problemas que vai levando o jovem ao desespero.

Eu digo isso porque quem já ficou desempregado, neste país, sabe que o desemprego é como uma das doenças crônicas do ser humano. Não tem nada que possa dar maior prazer a um ser humano do que trabalhar e, no final do mês, receber o seu salário e poder gastar o seu dinheirinho, ajudando a família ou a si próprio.

Hoje, as nossas meninas e os nossos meninos, muitas vezes, não gostam nem de pedir dinheiro para o pai ou para a mãe, porque antes de receber o dinheiro recebem um discurso: “o pai e a mãe não têm dinheiro”. Então, isso, às vezes, deixa a pessoa ainda... A Mariana riu, é porque deve acontecer com o Jaques Wagner.

A verdade é que isso vai deixando a juventude sem nenhuma condição de acreditar que alguém vai fazer alguma coisa por ela. Muitos jovens, hoje, não acreditam em política, não acreditam em sindicato, não acreditam em religião. Ou seja, é um ajuntamento de pessoas que não vêem perspectivas.

E essa proposta de Primeiro Emprego vem dar, para essa juventude, a certeza de que nós começamos a trilhar um caminho. E se estamos começando com 250 mil, é plenamente possível chegarmos a 500 mil ou a muito mais. Vai depender, Wagner, da nossa capacidade de convencimento da sociedade, vai depender da sensibilidade dos governadores, dos prefeitos, dos empresários. E da nossa sensibilidade de entender que essa tarefa é uma tarefa prioritária, que deve permear o comportamento de cada ministro deste Governo.

Nas mais diferentes áreas do Governo, cada ação do Ministério tem que ser pensada, sempre, com a possibilidade de gerar uma oportunidade de trabalho para uma menina ou para um menino.

E eu acho que, se nós levarmos isso a sério, como estou percebendo na fisionomia de cada um de vocês, certamente nós estaremos dando, para as



futuras gerações, a certeza de que um dia, neste país, a gente fez a opção de investir na educação ou no emprego ao invés de construir prisões. O ministro da Justiça sabe a quantidade de reivindicações que existem hoje no Brasil para construirmos prisões. E, cada vez mais, as prisões exigidas são prisões de segurança máxima portanto, cada vez mais se gasta para punir os criminosos deste país. Se este Programa for executado com carinho, como eu sonho que deva ser executado, e se nós investirmos na educação como estamos pensando em investir, inclusive com convênios com empresários para a política de alfabetização, nós vamos apenas constatar o óbvio daqui a alguns anos: de que era muito mais barato investirmos na educação e no emprego do que investirmos nas prisões que tanto a sociedade reivindica que a gente invista.

Eu acho, meus companheiros e companheiras, que o Wagner disse uma frase muito importante, com a qual eu quero terminar. Não vamos ficar preocupados com a questão “de quem é a idéia”. Não vamos ficar preocupados com “quem foi que fez a proposta”. Nós estamos fazendo um projeto de lei que pode ser discutido no Congresso Nacional. Um assunto dessa envergadura poderia ser tratado por uma medida provisória, mas, até para permitir que haja um debate maior, vamos fazer um projeto de lei e vamos debater. A nós não interessa amanhã ou depois de amanhã, fazermos DNA para saber quem é o “pai” do Primeiro Emprego. Se eu pudesse pedir a Deus, eu pediria que este fosse o filho de uma imensa coletividade que conseguiu produzir – sem nenhuma vaidade pessoal, sem nenhum interesse menor, sem nenhum interesse político-eleitoral – uma proposta que nos permitisse olhar os nossos filhos nos olhos, olhar nossas crianças bem no fundo dos olhos e dizer para elas: estamos apenas fazendo a nossa obrigação, dando a vocês a oportunidade que nós, políticos, tivemos, que nós recebemos de nossos pais. Isso é o mínimo que nós poderemos fazer pela juventude brasileira. Portanto, é nossa obrigação estar preocupados com vocês para que vocês possam se preocupar com aqueles que virão depois.



Por isso, meu querido Jaques Wagner – que já foi sindicalista, ainda é sindicalista não-militante porque é ministro e não pode militar no sindicato, agora; que já foi lutador das boas causas democráticas deste país, que já foi deputado e, agora, virou ministro do Trabalho –, você está conseguindo colocar em prática o sonho que alimentou durante toda a sua vida política, o sonho dos discursos que você fazia no movimento sindical: “porque o Governo tem que fazer isto, porque o Governo tem que fazer aquilo”. Pois bem, agora você é Governo, a bola está com você, “divirta-se” e gere os empregos que este país precisa que sejam criados.

Meus parabéns, Jaques Wagner.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse do doutor Cláudio Lemos Fonteles no cargo de Procurador-Geral da República

Palácio do Planalto, 30 de junho de 2003

Alguns nomes, aqui, eu vou parar de citar, porque eu os cito muitas vezes por dia, a começar pelo nosso presidente do Congresso, o nosso companheiro Senador José Sarney,

Meu caro Cláudio Fonteles,

Meus companheiros ministros,

Secretários especiais,

Marco Aurélio Mello, nosso ministro do Supremo Tribunal Federal,

Meu caro Geraldo Brindeiro, que até agora ainda é o procurador-geral da República,

Ministros do Supremo Tribunal Federal,

Meus amigos e minhas amigas,

Quando fui eleito Presidente da República, eu tinha em mente a idéia quase fixa de que era preciso fazermos as mudanças que pudessem significar mudanças de verdade no país.

Quando fui indicar os três ministros do Supremo Tribunal Federal a que eu tinha direito, pela aposentadoria de três ministros, eu tinha definido, na minha cabeça, algumas coisas: eu precisava de um nordestino, precisava de alguém que representasse o Poder Judiciário e precisava de uma personalidade negra no Supremo Tribunal Federal.

E não foi fácil escolher, porque tem muita gente boa. E conseguimos, graças a Deus, escolher três personalidades para o Supremo Tribunal Federal que, certamente, haverão de dar orgulho ao Judiciário brasileiro, junto com



outras personalidades importantes que lá estão, como o Marco Aurélio Mello e meu amigo Sepúlveda Pertence. O Pertence, eu nunca consigo vê-lo como ministro do Supremo Tribunal Federal, porque o vejo como meu advogado. Então, preciso até aprender a não vê-lo como meu advogado, mas respeitar a função nobre que ele exerce hoje.

E, quando chegou a hora de me debruçar sobre o nome do procurador-geral da República, eu, poucas vezes vi, na política, pessoa que pudesse juntar tanta unanimidade como o Cláudio Fonteles.

Eu tenho o hábito de consultar muita gente, Cláudio. Faz parte da minha vida. Eu levo muito a sério o fato de Deus ter me dado apenas uma boca e dois ouvidos, que é para eu aprender a ouvir muito. E eu sempre tento, em qualquer decisão em que nomes devem ser escolhidos, conversar com muita gente. Conversar com gente que é amiga, com gente que não é amiga, com gente da carreira, com pessoas ligadas à área, que é para poder formular o meu juízo sobre a pessoa que vou escolher.

O Ministério Público brasileiro tem grandes nomes. É uma área que produziu nomes excepcionais. E eu fui formulando, na minha cabeça e nas minhas discussões, vários nomes. Tão difícil quanto escalar a Seleção Brasileira de 58, não vou citar o time do Corinthians, que não está muito bem. Mas, era tanta gente boa que a gente ficava... Bem, qual é o critério para a gente poder dizer: “Bom, a hora em que eu escolher o nome, esse nome tem que, definitivamente, ser levado em conta”?

E, de todos os nomes que eu discuti, que eu analisei – eu já tinha feito isso para escolher todos os meus ministros –, eu acho que poucas vezes um Presidente da República teve tanta facilidade para escolher um procurador-geral da República como eu tive. Foi fácil, porque o critério de aferição mostrava, primeiro, o seu quadro profissional.

Segundo, mostrava uma carreira com um comportamento ético exemplar. Terceiro, dentre todos os nomes sobre os quais eu conversei, todo



mundo respeita todo mundo como profissional, mas, certamente, o seu nome estava acima nessa hierarquia e nesse respeito que você conseguiu acumular em 36 anos de trabalho. Portanto, eu quero lhe dizer que você foi escolhido procurador-geral da República, não em detrimento de que o Geraldo Brindeiro pudesse continuar procurador e que outras pessoas não tivessem qualidades. É que, dentre todos, você, possivelmente, seja a maior e mais importante liderança que o Ministério Público tem hoje. Talvez o mais respeitado e ouvido entre os seus amigos e os seus colegas. Eu acho que essas são qualidades que podem definir o critério da escolha do novo procurador-geral da República.

Eu quero que você saiba que não me deve um milímetro de favor por ter sido escolhido; você deve isto à sua excepcional qualidade como representante do Ministério Público. Você deve isto ao seu alto grau de competência intelectual e à respeitabilidade que você conseguiu acumular em todos esses anos de carreira. Um homem que construiu uma vida como você construiu, passando por tantos momentos históricos importantes que o nosso país passou; e que acumulou, ao longo desse tempo o carinho, o respeito e o reconhecimento que você conquistou no Ministério Público, você está, hoje, sendo premiado pelos serviços prestados ao Ministério Público e ao nosso querido Brasil, que espera que você possa, como procurador-geral da República, fazer ainda mais do que você já fez como representante do Ministério Público.

Eu quero desejar a você, meu caro, toda a sorte do mundo. Quero que você saiba que o procurador-geral da República terá que, antes de tudo, ser um grande representante da sociedade civil brasileira. Que Deus o abençoe e boa sorte para você nesta nova empreitada.